



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
AJUDÂNCIA GERAL



ADITAMENTO AO BOLETIM GERAL N.º 70 II  
11 DE ABRIL DE 2025

Para conhecimento dos órgãos subordinados e devida execução publico o seguinte:

**I PARTE (SERVIÇOS DIÁRIOS)**

● **SEM REGISTRO**

**II PARTE (ENSINO & INSTRUÇÃO)**

● **ATO DO DEPARTAMENTO-GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**PORTARIA N.º 81/2025 – DGEC/SE/SSFComp**

O CHEFE DO DEPARTAMENTO-GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a PORTARIA N.º 70/2025 – SSFComp/SE/DGEC, publicada no ADIT. BG N.º 65 II, 4 de abril de 2025, que versa sobre a matrícula dos policiais militares no **II CURSO DE AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO DA PMPA**.

**RESOLVE:**

Art. 1º **DESLIGAR** os policiais militares abaixo relacionados do **II CURSO DE AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO DA PMPA – TURMA I**.

Nº	GRAD/RG/NOME	UNIDADE
01	3º SGT PM RG 37180 MAX ROBERTO GUIMARÃES	DGP
02	3º SGT PM RG 38150 WENDELL RODRIGUES BARROS	DL
03	SD PM RG 45647 CAMILA CRISTINA DE OLIVEIRA PINHEIRO	DGP
04	SD PM RG 43439 KILLDERRY AFFONSO FARIAS PRIMO	1º BPM

Art. 2º **MATRICULAR** os policiais militares abaixo relacionados no **II CURSO DE AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO DA PMPA – TURMA I**:

Nº	GRAD/RG/NOME	UNIDADE
01	3º SGT PM RG 32382 PAULO VITÓRIO BASTOS CONCEIÇÃO	BAC
02	SD PM RG 44272 FERNANDO RAPHAEL COSTA CHAGAS	1º BPM

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 7 de abril de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Icoaraci, 11 de abril de 2025.

UBIRAJARA **MAGELA** DE SOUSA FALCÃO – CEL QOPM 16842

Chefe do Departamento-Geral de Educação e Cultura

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

### PORTARIA N.º 78/2025 – SSFI/SE/DGEC

O CHEFE DO DEPARTAMENTO-GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA PMPA – DGEC, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de acompanhar a condição de saúde dos policiais militares que estão na condição de AL CFP PM, oriundos de demanda judicial, os quais estão aguardando o início de uma nova turma do Curso de Formação de Praças da PMPA.

#### RESOLVE:

Art. 1º **CONVOCAR** os 4 (quatro) policiais militares, os quais estão na condição de AL CFO PM, aguardando o início de uma nova turma do Curso de Formação de Oficiais, para serem submetidos à inspeção de saúde, nos dias, horários e locais, nos termos abaixo:

CAPITAL E RMB			
DATA		HORÁRIO	LOCAL
25 ABR 2025		08h00	Rua Cesário Alvim, nº. 691 (Antigo CIOP) – JRS/PMPA.
ORD.	GRAD/RG/NOME	UNIDADE	LOTAÇÃO
1	AL OF PM RG 33044 FERNANDO JOSÉ SENA SANTOS	DGEC	DGP
2	AL OF PM RG 34911 MOISÉS PROGÊNIO NOGUEIRA	DGEC	DGEC
3	AL OF PM RG 26095 EMANOEL CARLOS VELASCO AZEVEDO NETO	DGEC	DGP
COMANDO DE POLICIAMENTO REGIONAL I – SANTARÉM			
DATA		HORÁRIO	LOCAL
25 ABR 2025		08h00	USA - CPR I
ORD.	GRAD/RG/NOME	UNIDADE	LOTAÇÃO
4	AL OF PM RG 42453 BÁRBARA VANESSA DA SILVA MARINHO	DGEC	CPR-I (3º BPM)

Art. 2º Os policiais militares convocados deverão comparecer a inspeção de saúde, munidos dos resultados dos seguintes exames:

EXAMES	
Hemograma Completo	Parasitoscopia das Fezes (direto)
Glicemia	Teletórax PA
Colesterol e Frações	Ecocardiograma
Triglicerídeos	Teste Ergométrico
Urina Rotina	Beta HCG (público feminino)

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

Art. 3º O não comparecimento na inspeção de saúde, ou ainda, o comparecimento com os exames incompletos, implicará em adoção de medidas disciplinares.

Art. 4º Não haverá em hipótese alguma nova data para inspeção de saúde, bem como, a possibilidade de reinspeção por qualquer motivo.

Art. 5º Fica a Subseção de Formação Inicial – SSFI, encarregada de controlar o resultado da referida inspeção de saúde junto ao Comando Militar de Saúde (CMS).

Art. 6º Para dirimir eventuais dúvidas, os convocados poderão entrar em contato com a Subseção de Formação Inicial, por meio do numeral (091) 98583-9936.

Art. 7º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belém, 11 de abril de 2025.

UBIRAJARA **MAGELA** DE SOUSA FALCÃO – CEL QOPM RG 16842  
Chefe do Departamento-Geral de Educação e Cultura da PMPA

**PORTARIA N.º 79/2025 – SSFI/SE/DGEC**

O CHEFE DO DEPARTAMENTO-GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA PMPA – DGEC, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de acompanhar a condição de saúde dos policiais militares que estão na condição de AL CFP PM, oriundos de demanda judicial, os quais estão aguardando o início de uma nova turma do Curso de Formação de Praças da PMPA.

**RESOLVE:**

Art. 1º **CONVOCAR** os 11 (onze) policiais militares, os quais estão na condição de AL CFP PM, aguardando o início de uma nova turma do Curso de Formação de Praças, para serem submetidos à inspeção de saúde, nos dias, horários e locais, nos termos abaixo:

CAPITAL E RMB			
DATA		HORÁRIO	LOCAL
25 ABR 2025		08h00 às 12h00	Rua Cesário Alvim, nº. 691 (Antigo CIOP) – JRS/PMPA.
ORD.	GRAD/RG/NOME	UNIDADE	LOTAÇÃO
1	AL CFP PM ERIVALDO CRUZ POMPEU	DGEC	DGEC
2	AL CFP PM RAMON FELIPE MIRANDA MOURÃO	DGEC	APM
3	AL CFP PM RAILSON MELO DE MIRANDA	DGEC	DGEC
4	AL CFP PM ECTOR PENICHE DA SILVA	DGEC	DGEC
5	AL CFP PM PEDRO DE SOUZA SOARES COSTA DA SILVA	DGEC	DGP
6	AL CFP PM MIQUÉIAS DE CARVALHO PIRES	DGEC	DGEC
7	AL CFP PM JANAÍNA DUARTE PINHEIRO	DGEC	DGEC

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

8	AL CFP PM SAULO BARBOSA DA SILVA	DGEC	DGEC
9	AL CFP PM PAULA MAYARA RODRIGUES DE OLIVEIRA	DGEC	DGP
<b>COMANDO DE POLICIAMENTO REGIONAL II – MARABÁ</b>			
<b>DATA</b>		<b>HORÁRIO</b>	<b>LOCAL</b>
25 ABR 2025		08h00 às 12h00	USB - CPR V (REDEÇÃO)
<b>ORD.</b>	<b>GRAD/RG/NOME</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>LOTAÇÃO</b>
10	AL CFP PM ITALLO DANIEL FARIA SILVA	DGEC	CPR-II (4º BPM)
<b>COMANDO DE POLICIAMENTO REGIONAL VIII – ALTAMIRA</b>			
<b>DATA</b>		<b>HORÁRIO</b>	<b>LOCAL</b>
25 ABR 2025		08h00 às 12h00	USA - CPR I (SANTARÉM)
<b>ORD.</b>	<b>GRAD/RG/NOME</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>LOTAÇÃO</b>
11	AL CFP PM ALESSANDRA DANIELLA BUFFON	DGEC	CPR-VIII(16º BPM)

Art. 2º Deixa de ser convocado, pelo motivo abaixo relacionado, o seguinte AL CFP PM:

<b>ORD.</b>	<b>GRAD/RG/NOME</b>	<b>MOTIVO</b>
1	AL CFP PM PEDRO JOSÉ COSTA SOARES	Inspecionado pela JRS, em SESSÃO ORDINÁRIA Nº 0163/2024, publicada no BG nº 198, 23 OUT 2024.

Art. 3º Os policiais militares convocados deverão comparecer a inspeção de saúde, munidos dos resultados dos seguintes exames:

<b>EXAMES</b>	
Hemograma Completo	Parasitoscopia das Fezes (direto)
Glicemia	Teletórax PA
Colesterol e Frações	Ecocardiograma
Triglicerídeos	Teste Ergométrico
Urina Rotina	Beta HCG (público feminino)

Art. 4º O não comparecimento na inspeção de saúde, ou ainda, o comparecimento com os exames incompletos, implicará em adoção de medidas disciplinares.

Art. 5º Não haverá em hipótese alguma nova data para inspeção de saúde, bem como, a possibilidade de reinspeção por qualquer motivo.

Art. 6º Fica a Subseção de Formação Inicial – SSFI, encarregada de controlar o resultado da referida inspeção de saúde junto ao Comando Militar de Saúde (CMS).

Art. 7º Para dirimir eventuais dúvidas, os convocados poderão entrar em contato com a Subseção de Formação Inicial, por meio do numeral (091) 98583-9936.

## **ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

Art. 8º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belém, 11 de abril de 2025.

UBIRAJARA **MAGELA** DE SOUSA FALCÃO – CEL QOPM RG 16842

Chefe do Departamento-Geral de Educação e Cultura da PMPA

O CEL QOPM UBIRAJARA **MAGELA** DE SOUSA FALCÃO, Chefe do Departamento-Geral de Educação e Cultura da PMPA (Icoaraci), no uso de suas atribuições legais, informou a este Comando que **APROVOU**:

### **PROJETO PEDAGÓGICO FORMATIVO - PPF**

#### **CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA USO DO FUZIL BERETTA ARX 200 CAL. 7,62 - CPR XIII**

##### **1. FINALIDADE**

Regular as atividades pedagógicas, atribuições, execução e responsabilidades, referente à ação formativa para a capacitação técnica do uso e manuseio da Fuzil Beretta ARX 200 CAL. 7.62, a ser desenvolvido pelo COMANDO DE POLICIAMENTO REGIONAL XIII.

##### **2. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Rio de Janeiro, 1940.

BRASIL. Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Disponível em: [https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matriz-curricular-nacional\\_versao-final\\_2014.pdf](https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 2 jan. 2025.

CUBA. Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (PBUFAF). Havana, 1990.

FRANÇA. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.>

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Conselho Estadual de Segurança Pública. Resolução nº 202, 20 de dezembro de 2012. Aprova normas procedimentais nas ocorrências que resultem letalidade ou lesão corporal envolvendo os agentes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. Belém: 2012.

**3. OBJETIVOS**

**3.1. Objetivo Geral:**

Capacitar os Policiais Militares pertencentes ao efetivo do CPR XIII – SEDE, 17º BPM e 36º BPM, no domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes pertinentes a regras de segurança, manuseio, e emprego adequado do armamento Fuzil Beretta ARX 200 CAL. 7.62.

**3.2. Objetivos Específicos**

3.2.1. Habilitar o Policial Militar no manejo do Fuzil Beretta ARX 200 CAL. 7.62, empregando os procedimentos operacionais padrão adotados na PMPA;

3.2.2. Proporcionar estudo teórico e prático visando à capacitação dos policiais militares quanto ao uso eficaz do armamento citado;

3.2.3. Difundir os materiais didáticos quanto às prescrições de fábrica, presentes no manual oficial do armamento.

**4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

4.1. Carga horária: 5 h/a.

4.2. Nível de Ensino/Tipo de Formação/ Modalidade de Ensino: Ensino Técnico-Profissional/ Formação Complementar/ Presencial.

4.3. Período de realização: 15 e 16 de abril de 2025.

4.4. Público-alvo: Polícias militares do CPR XIII – Sede, 17º BPM e 36º BPM

4.5. Local/Estrutura física:

TURMA	PERÍODO	LOCAL/INSTRUÇÃO	INSTRUTOR	QTD
I	15 a 16 ABR 2025	Instalações do 17º BPM Rua rio Araguaia nº 504 marajoara I e CTK - Clube de Tiro Xinguara (Rua Bragança KM 25, S/N, Complexo VS-10), - teóricas e prática	2º TEN QOPM AUDRY PINHEIRO DOS SANTOS	20
II	15 a 16 ABR 2025	Instalações do 36º BPM Rua Osterno Maia nº 2.931 Alecrim e CTK - Clube de Tiro são Félix do Xingu (PA 279), - teóricas e prática	2º TEN QOPM RENAN WESLEY FONSECA DE OLIVEIRA	20
TOTAL DAS VAGAS			40	

4.6. Das vagas: 40 (quarenta).

4.7. Local: Estandes de tiro CTK (São Félix do Xingu e Xinguara) - Clube de Tiro.

4.8. Uniforme: 5º A, previsto no RUPM.

4.9. Equipamento de Proteção Individual - EPI: Colete balístico, cinto N/A, coldre, e o que mais for pertinente, de acordo com a orientação da coordenação da capacitação.

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

4.10. Normas Gerais de Ensino: As ações formativas na Corporação seguem as diretrizes da Matriz Curricular Nacional para as ações formativas na área de segurança pública.

### 4.10.1. Matriz Curricular:

EIXOS		DISCIPLINA	C.H
VIII – FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	01	ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	5H
CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS			5 H/A

### 4.10.2. Quadro de Trabalho Semanal – QTS:

QTS		
Horário	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA
MANHÃ	15 ABR	16 ABR
7h – 9h	INSTRUÇÃO TEÓRICA FUZIL BERETTA ARX 200 CAL. 7.62	INSTRUÇÃO TEÓRICA FUZIL BERETTA ARX 200 CAL. 7.62
9h – 10h	INSTRUÇÃO PRÁTICA (MANEJO)	INSTRUÇÃO PRÁTICA (MANEJO)
11h30 – 13h	PRÁTICA DE TIRO	PRÁTICA DE TIRO
INTERVALO		
TARDE	INSTRUÇÃO TEÓRICA PISTOLA BERETTA APX FULL SIZE, CAL. 40	INSTRUÇÃO TEÓRICA PISTOLA BERETTA APX FULL SIZE, CAL. 40
13h – 15h		
15h – 16h	INSTRUÇÃO PRÁTICA (MANEJO)	INSTRUÇÃO PRÁTICA (MANEJO)
16h – 18h	PRÁTICA DE TIRO	PRÁTICA DE TIRO

4.10.3. Metodologia de Ensino: As ações formativas em Segurança Pública, fundamenta-se em uma abordagem por competência, o que pressupõem o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para reflexão e discussão pelos docentes e discentes, na prática pedagógica.

4.10.4. Técnicas de Ensino: Aulas expositivas dialogadas e prática simulada.

4.10.5. Avaliação da Aprendizagem, Critérios de Aprovação e Classificação: Será de acordo com RESOLUÇÃO N.º 381/2024 – GAB CMDO/PMPA, da Diretriz-Geral de Educação da PMPA.

4.10.6. Avaliação do Discente: Nos termos da Instrução Normativa nº 01/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

4.10.8. Quanto ao Tipo: Vertical;

4.10.9. Quanto à Modalidade: Avaliação Somativa (AS);

4.10.9 Quanto aos Instrumento: Súmula de avaliação.

- A súmula de avaliação conterá os procedimentos operacionais pertinentes à instrução de armamento e tiro, a qual será aplicada pelo instrutor aos policiais militares não habilitados ao uso do referido armamento e que exigirá a necessidade de aproveitamento mínimo de 60%.

4.10.10. Critérios de Aprovação e Classificação:

a) Critérios de aprovação: Nos termos da Instrução Normativa n.º 3/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

O discente será considerado **APROVADO** quando atender cumulativamente aos seguintes critérios:

- Obter nota igual ou superior a 6,00 (seis);

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

- Obter frequência mínima 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina;

b) Classificação: Não se aplica.

### 5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

5.1. Custo com instrutores/monitores: Não haverá pagamento de hora-aula aos instrutores/professores, conforme art. 4º, § 7º, da Instrução Normativa N.º 6/2024 – GAB CMD, publicada no ADIT. BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

5.2. Custo com discente: Não haverá custo com pagamento de diária para alunos.

5.3. Custo com Munição: As munições são carga do CPR XIII, as quais foram fornecidas pelo DGEC, por meio da aprovação da Nota de Instrução N.º 001/2023 - 3ª SEÇÃO/CPR-XIII CAPACITAÇÃO TÉCNICA - FUZIL BERETTA - CAL. 7.62 – CPR XIII, publicada no ADIT. BG N.º 235, de 27 de dezembro de 2023.

MUNIÇÃO						
ORD	DESCRIÇÃO	QTD ALUNOS	QTD POR ALUNO	TOTAL MUNIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR PARCIAL
01	CAL... 7.62	40	17	680	R\$ 6,75	R\$ 4.590,00
TOTAL						<b>R\$ 4.590,00</b>

Valor total: R\$ 4.590,00 (quatro mil, quinhentos e noventa reais).

Custo por aluno: R\$114,75 (cento e quatorze reais e setenta e cinco centavos).

### 6. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

6.1. Supervisão-Geral: Departamento-Geral de Educação e Cultura – DGEC.

6.2. Órgão Executor: Comando de Policiamento Regional - CPR XIII.

6.3. Coordenador-Geral: Subcomandante do CPR XIII.

6.3.1. São atribuições do Coordenador-geral:

– Coordenar, controlar e fiscalizar a execução do presente planejamento, adotando as medidas necessárias para que não sofra solução de continuidade;

– Acompanhar diariamente o funcionamento das atividades acadêmicas e o progresso da ação formativa.

6.4. Coordenador Administrativo: Chefes do P3 do 17º e 36º BPM.

6.4.1. São atribuições do Coordenador administrativo:

– Adotar todas as providências necessárias para o bom andamento da ação formativa;

– Providenciar, equipe médica, com apoio de ambulância, para todas as instruções em que haja risco à integridade física da discente, equipe de instrutor e coordenação.

– Encaminhar ao DGEC a ata de conclusão da capacitação, por meio de mídia editável para o Drive, e via PAE, após 2 (dois) dias úteis após a conclusão da ação formativa, para fins de conhecimento, controle, estatística e publicação em Aditamento ao Boletim Geral.

6.5. Coordenador Executivo: Subcomandante do 17º BPM e 36º BPM.

6.5.1. São atribuições do Coordenador executivo:



- Cumprir e fazer cumprir o presente planejamento, adotando as medidas necessárias para o pleno êxito da Ação Formativa;
- Acompanhar todas as atividades acadêmicas;
- Comunicar de imediato, ao Coordenador-Geral, qualquer intercorrência que venha trazer prejuízo para o bom andamento da capacitação;
- Adotar medidas de prevenção, a fim de evitar e/ou mitigar acidentes/incidentes durante as instruções;
- Encaminhar ao Coordenador Administrativo o militar que porventura venha a ser desligado, a fim de que possa controlar e adotar as medidas administrativas pertinentes para o encaminhamento ao órgão responsável.

6.6. Oficial de Segurança: Chefes dos P/2 dos 17º e 36º BPM.

6.6.1. São atribuições do Oficial de segurança:

- Acompanhar, controlar e fiscalizar o fiel cumprimento das ações formativas realizadas no âmbito da PMPA, sempre com a premissa de minimizar e/ou controlar os eventuais riscos inerentes às instruções;
- Intervir nas instruções sempre que estas estiverem em discordância com o planejamento, ou ainda, quando os requisitos mínimos de segurança não estiverem presentes, reportando o fato, imediatamente, ao Chefe do DGEC, sendo posteriormente encaminhado Relatório Circunstanciado, para conhecimento e providências.

6.7. São atribuições dos instrutores:

- Cumprir e fazer cumprir as ordens emanadas pela Coordenação, adotando as medidas no seu âmbito de responsabilidade, para o pleno êxito da Ação Formativa;
- Auxiliar o Coordenador Executivo, quanto ao cumprimento do QTS;
- Informar de imediato ao escalão superior qualquer ato que atente contra a segurança de qualquer um dos envolvidos no processo.

## **7. LIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO:**

7.1. Supervisão-Geral: Departamento-Geral de Educação e Cultura – DGEC.

7.2. Coordenador-Geral: Subcomandante do CPR XIII - (91) 989180995.

7.3. Coordenador executivo: Subcomandantes dos 17ºBPM (94-992441403) e 36º BPM (94-981883354).

7.4. Coordenador administrativo: Comandantes dos 17ºBPM (91984536780) e 36º BPM (91-991914558).

## **8. PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

8.1. A ação formativa é considerada **ATO DE SERVIÇO**, conforme Art. 56 da Resolução n.º 381/2024 – GAB CMDO/PMPA, da Diretriz-Geral de Educação da PMPA;

8.2. Em caso de necessidade os Hospital São Félix do Xingu e Xinguaçu ficarão definidos por ocasião de possíveis atendimentos, como hospitais de retaguarda;

8.3. Para o exercício da função de Instrutor de Tiro, é requisito indispensável a Certificação no Curso de Instrutor de Tiro;

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

8.4. As Unidades terão que devolver as munições não utilizadas, assim como os estojos deflagrados no Almojarifado Central (AC);

8.5. Os casos omissos serão dirimidos pelo Chefe do DGEC em conjunto com a Coordenação-Geral da Capacitação.

Tucumã, 4 de abril de 2025.

MARCUS VINICIUS OEIRAS **FORMIGOSA** – CEL QOPM RG 27319  
Comandante do CPR XIII

Icoaraci, 11 de abril de 2025.

SILVIO BENEDITO FERREIRA **COSTA** – TEN CEL QOPM  
CHEFE DA SEÇÃO DE ENSINO DO DGEC

(Nota n.º 288/2025 – SSFCOMP/SE/DGEC).

**APÊNDICE A**  
**PLANO DE ENSINO – PE**

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA						
DISCIPLINA:	ARMAMENTO E TIRO POLICIAL			C/H TOTAL	5H	
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		INICIAL		CONTINUADA	X	COMPLEMENTAR
MODALIDADE	X	PRESENCIAL		PRESENCIAL		PRESENCIAL
LOCAL DA INSTRUÇÃO	CLUBES DE TIRO (CTK SÃO FELIX DO XINGU / XINGUARA					
INSTRUTORES / EQUIPES INSTRUÇÃO:	2º TEN QOPM AUDRY PINHEIRO DOS SANTOS – 17º BPM – INNSTRUTOR					
	3º SGT PM GENÉSIO LOPES DA COSTA – 17º BPM					
	3º SGT VALTEIR ALVARÁ DE SOUSA – 17º BPM					
	CB QPMP-0 RG 42133 RAFAEL ANDRADE DA SILVA - 17º BPM					
	2º TEN QOPM RENAN WESLEY FONSECA DE OLIVEIRA - 36º BPM – INNSTRUTOR					
	3º SGT QPMP-0 RG 33198 ANTONIO DA SILVA FRANCO - 36º BPM					
	CB QPMP-0 RG 42224 IGOR JEAN DE SOUZA RAMOS - 36º BPM					
OBJETIVO GERAL: CAPACITAR OS POLICIAIS MILITARES DO CPR XIII QUANTO AO MANUSEIO, DESMONTAGEM E MONTAGEM DE 1º ESCALÃO, COM FUZIL BERETTA ARX 200 CAL. 7.62, AS QUAIS FORAM ADQUIRIDAS PELA FORÇA POLICIAL.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
A) CONHECER O MANUSEIO (DESMONTAGEM/ MONTAGEM E MANEJO) DO NOVO ARMAMENTO, EMPREGANDO OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO ADOTADOS NA PMPA;						
B) MANUSEAR DE FORMA TÉCNICA O ARMAMENTO RECÉM-ADQUIRIDOS PELA FORÇA POLICIAL;						
C) ADOTAR UMA POSTURA ÉTICA, LEGAL E TÉCNICA QUANDO DO EMPREGO DO ARMAMENTO POLICIAL NO SERVIÇO OPERACIONAL.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS		
01/05	1 – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA.			CLUBES DE TIRO (CTK XINGUARA E SÃO FÉLIX DO XINGU)		
02/05	2 – REGRAS DE SEGURANÇA			EPI (ÓCULOS, COLETE BALÍSTICO E ABAFADOR)		
03/05	3 – ESTUDO DO FUZIL BERETTA ARX 200 CAL. 7.62			COMPUTADOR, DATA SHOW		
04/05	4 –DESMONTAGEM, MONTAGEM E MANEJO			FUZIL BERETTA ARX 200 CAL. 7.62, COM CARREGADORES SEM MUNIÇÃO.		
05/05	5 – FUNDAMENTOS DE TIRO			FUZIL BERETTA ARX 200 CAL. 7.62, C/ 02 CARREGADORES CADA. ALVO TIPO SILHUETA OU PM L - 74 ARMAÇÃO EM MADEIRA OBREIA OU FITA CREPE; MUNIÇÕES E ESTANDE DE TIRO.		
AVALIAÇÃO						

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

ESCRITA( ) OBJETIVA( ) SUBJETIVA( ) MISTA		PRÁTICA: ( X )SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO:</b>		
( X ) – AULA EXPOSITIVA DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( X ) – SIMULAÇÃO ( ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO		
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>		
1) SERÃO REALIZADOS DISPAROS DE ARMA DE FOGO, NOS SEGUINTE TERMOS: - POSIÇÃO EM PÉ, LIVRE, A UMA DISTÂNCIA DE MÍNIMA DE 5M E MÁXIMA DE 7M. 2) SERÃO REALIZADAS ATIVIDADES DE DESMONTAGEM, MONTAGEM E MANEJO DOS ARMAMENTOS. 3) HAVERÁ EXERCÍCIOS DE FUNDAMENTOS DE TIRO, ONDE OS ALUNOS SERÃO SUBMETIDOS A ESFORÇO FÍSICO CONTROLADO E AINDA, A EXPOSIÇÃO DE INTEMPÉRIES (CHUVA E SOL). 4) HA NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO DE EQUIPE MÉDICA E AMBULÂNCIA. 5) TODAS AS INSTRUÇÕES DE CARÁTER PRÁTICO, DEVERÃO SER ACOMPANHADAS PELO COORDENADOR EXECUTIVO.		
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>		
BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. PORTARIA INTERMINISTERIAL NO 4.226, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010. ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DA FORÇA PELOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA. BRASÍLIA: 2010. GIRALDI, NILSON. MANUAL DE TIRO DEFENSIVO DE PRESERVAÇÃO DA VIDA, 1999. LIMA, JOÃO CAVALIM DE. ATIVIDADE POLICIAL E CONFRONTO ARMADO. CURITIBA: JURUÁ, 2005. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA LEI: 1979. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PRINCÍPIOS BÁSICOS SOBRE O USO DA FORÇA E ARMAS DE FOGO PELOS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA LEI (PBUFAF): 1990. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA APLICAÇÃO EFETIVA DO CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA LEI: 1989.		
<b>DESPACHO</b>		
CEL QOPM RG 27319 MARCUS VINICIUS OEIRAS <b>FORMIGOSA</b>	2º TEN QOPM RGAUDRY PINHEIRO DOS SANTOS – 17º BPM 2º TEN QOPM RG RENAN WESLEY FONSECA DE OLIVEIRA - 36º BPM	
COORDENADOR GERAL	INSTRUTOR DA DISCIPLINA	
2º TEN QOPM RG 44435 MARCOS HENRIQUE BORGES ARAUJO - 36º BPM 2º TEN QOPM RG 44523 ESTEVÃO MENEZES DE OLIVEIRA - 17º BPM		
OFICIAL DE SEGURANÇA		
MAJ RG 27289 JULIO TC RG 27257 AVIZ		
COORDENADOR ADMINISTRATIVO		
MAJ QOPM RG PEREIRA 30322		
COORDENADORA EXECUTIVO		

### **PROJETO PEDAGÓGICO FORMATIVO – PPF** **CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO** **NEUROMUSCULAR – TASER X2 – MÓDULO OPERADOR-CPR II.**

#### **1. FINALIDADE**

Regular as atividades pedagógicas, atribuições, execuções e responsabilidades, referentes a presente ação formativa em Segurança Pública, a ser realizada pelos policiais militares do efetivo das Unidades da Região Metropolitana de Belém.

#### **2. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/legislacao/const/const.asp>. Acesso em: 2 jan. 2025.

## **ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1.969. Código Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.002 de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1002.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.455 de 07 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9455.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ensino-e-pesquisa/matriz-curricular-nacional>. Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaatec48.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/codigo\\_de\\_etica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_etica_e_disciplina_da_pmpa.pdf).

ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm>. Acesso em: 02 jan. 2025.

### **3. OBJETIVOS:**

#### **3.1. Geral:**

Capacitar os policiais militares no uso adequado e eficiente do dispositivo elétrico incapacitante TASER – Modelo X2, promovendo a compreensão de suas funções, para que

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

seja utilizado de forma segura e ética como instrumento de menor potencial ofensivo, garantindo o uso diferenciado da força nas ações policiais e contribuindo para a redução de riscos à integridade física de envolvidos nas ocorrências, em conformidade com os princípios dos direitos humanos e as normas legais vigentes.

### 3.2. Específicos:

3.2.1. Promover o conhecimento técnico sobre o funcionamento do instrumento, incluindo suas características, modos de operação e condições ideais de uso, para garantir a eficácia e segurança no seu emprego nas ações policiais.

3.2.2. Desenvolver habilidades práticas nos policiais militares para o manuseio seguro do TASER – Modelo X2, com foco na aplicação correta do dispositivo em situações de risco, minimizando os danos físicos aos envolvidos

3.2.3. Discutir e aplicar os princípios legais e éticos relacionados ao uso diferenciado da força, com o emprego dos procedimentos operacionais padrão adotados na PMPA.

## 4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

4.1. Carga horária: 10 horas-aula.

4.2. Nível de Ensino / Tipo de Formação/ Modalidade: Ensino Técnico-Profissional / Formação Complementar / Presencial.

4.3. Período de realização: 22 de abril a 22 de maio de 2025.

4.4. Público-alvo: Oficiais e Praças da ativa da PMPA.

4.5. Turmas, datas e efetivo do CPR II:

TURMA	DATA	COInt./EFETIVO										TOTAL
		CPRII/ SEDE	4ºBP M	34ºB PM	24ºCIP M	11ª CIPM	1º BPR	1ºBME	NIOP	CORCPRI I	NRI-MAB	
I	22 ABR	8	16	14	----	----	----	----	1	1	----	40
II	23 ABR	8	16	14	----	----	----	----	1	1	----	40
III	24 ABR	8	16	14	----	----	----	----	1	1	----	40
IV	25 ABR	8	16	14	----	----	----	----	1	1	----	40
V	28 ABR	8	16	14	----	----	----	----	1	1	----	40
VI	29 ABR	8	16	14	----	----	----	----	1	1	----	40
VII	30 ABR	8	16	14	----	----	----	----	1	1	----	40
VIII	01 MAI	6	16	14	2	----	----	----	1	1	----	40
IX	02 MAI	----	16	14	6	----	2	----	1	1	----	40
X	05 MAI	----	16	12	8	----	2	----	1	1	----	40
XI	06 MAI	----	16	----	8	----	12	2	----	1	1	40
XII	07 MAI	----	16	----	8	----	7	7	----	1	1	40
XIII	08 MAI	----	16	----	6	----	7	9	----	1	1	40

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

XIV	09 MAI	----	16	----	6	----	7	9	----	1	1	40	
XV	12 MAI	----	16	----	7	----	7	9	----	----	1	40	
XVI	13 MAI	----	18	----	6	----	6	9	----	----	----	39	
XVII	14 MAI	----	18	----	8	----	3	11	----	----	----	40	
XVIII	15 MAI	----	19	----	----	----	----	21	----	----	----	40	
XIX	16 MAI	----	14	----	----	----	----	13	----	----	----	27	
XX	19 MAI	----	17	----	----	----	----	----	----	----	----	17	
XXI	20 MAI	----	----	----	----	30	----	----	----	----	----	30	
XXII	21 MAI	----	----	----	----	30	----	----	----	----	----	30	
XXIII	22 MAI	----	----	----	----	37	----	----	----	----	----	37	
TOTAL			62	326	138	65	97	53	90	10	14	5	860

Obs. 1. Cabe aos respectivos Comandantes das unidades subordinadas definirem as escalas e controlarem seus efetivos, conforme distribuição constante nos itens 4.5 do presente projeto, remetendo, gradativamente, ao P/3-CPR II, para que este confeccione as atas de conclusão da capacitação, via PAE.

4.6.2 Quantitativo: 860 (Oitocentos e sessenta) policiais militares.

4.6.3 Locais das instruções:

N.º	ÓRGÃO	LOCAL
01	1º BME	AUDITÓRIO DO 1º BME

4.7. Uniforme: 5º A2 – Uniforme de Instrução – Característico de cada OPM

4.8. Equipamento de Proteção Individual – EPI: Cinto N/A, colete balístico, óculos de proteção.

4.9. Normas Gerais de Ensino:

4.9.1. Matriz Curricular:

ÁREAS TEMÁTICAS	DISCIPLINAS		C.H.
VIII Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.	01	Estudo do Equipamento Taser X2	05 h
	02	Uso diferenciado da força	05 h
<b>TOTAL DA CARGA HORÁRIA</b>			<b>10 h/a</b>

4.9.2. Planos de Ensino: A cargo da coordenação/Instrutores.

4.9.3. Quadro de Instrutores:

ORD	COINT	INSTRUTOR	TURMA
01	CPR II	1º TEN QOPM RG 40918 GILSON ALVES PEREIRA – 4º BPM	Conforme item 4.5

4.9.4. Metodologia de Ensino:

As Ações Formativas na Corporação têm como referencial teórico-metodológico a Matriz Curricular Nacional para as ações formativas na área de segurança pública, a qual se fundamenta em uma abordagem por competência, sob a perspectiva andragógica.

## **ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

Isto pressupõe o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para reflexão e discussão pelos docentes e discentes, nas práxis pedagógicas, considerando sobretudo a construção metodológica do conhecimento científico.

4.11.6. Técnicas de Ensino: Aulas Expositivas/ Dialogadas, Prática Simulada.

4.11.7. Avaliação da Aprendizagem, Critérios de Aprovação e Classificação:

a) Avaliação da Aprendizagem: Será aplicada a Avaliação Formativa (AF), do tipo vertical, por meio de instrumento de avaliação desenvolvido pelo instrutor, a fim de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, nos termos da Instrução Normativa n.º 01/2024 - GAB CMD, publicada no ADIT. BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

b) Critérios de Aprovação: Conforme Instrução Normativa N.º 03/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024, nos seguintes termos:

- Obter frequência mínima de 75% (Setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina.

c) Classificação: Não se aplica.

4.11.8. Avaliação do curso e docentes: Realizada pelos alunos, através de processo e instrumentos próprios, construídos para esse fim, sob a responsabilidade da Seção de Apoio Pedagógico (SAP), do DGEC.

4.12. Regime Disciplinar: Conforme Código de Ética e Disciplina da PMPA.

4.13. Desligamento: Conforme art. 4º da Instrução Normativa n.º 5/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG n.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

4.14. Logística: Serão disponibilizados os materiais abaixo relacionados.

<b>MATERIAL</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Taser X2	CPR II	A cargo do DGA
Cartucho Azul (treinamento)	CPR II	172
Cartucho Vermelho (manejo treinamento)	CPR II	05
Alvo Híbrido Condutivo	CPR II	01
Quadro de Alvo	CPR II	01
Terno Modelo II	CPR II	01

### **5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

5.1. Custo com instrutores/monitores: Não haverá pagamento de hora-aula aos instrutores/professores, conforme art. 4º, § 7º, da Instrução Normativa n.º 6/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

### **6. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES**

6.1. Supervisão-Geral: Departamento-Geral de Educação e Cultura – DGEC.

6.2. Órgão Executor: CPR II

6.3. Coordenador-Geral: Comandante do CPR II

6.3.1. São atribuições do Coordenador-geral:

– Coordenar, controlar e fiscalizar a execução do presente planejamento, adotando as medidas necessárias para que não sofra solução de continuidade;

– Acompanhar diariamente o funcionamento das atividades acadêmicas e o progresso da ação formativa.

6.4. Coordenadores Administrativos: P3 do CPR II

6.4.1. São atribuições do Coordenador administrativo:

– Adotar todas as providências necessárias para o bom andamento da ação formativa;

– Encaminhar ao CTPM as Atas de Conclusão da Capacitação, gradativamente ao CTPM, por meio de mídia editável e via PAE, até o segundo dia útil após a conclusão da ação formativa, para fins de conhecimento, controle, estatística e publicação em Boletim Geral;

6.5. Coordenador Executivo: P4 do CPR II

6.5.1. São atribuições do Coordenador executivo:

– Cumprir e fazer cumprir o presente planejamento, adotando as medidas necessárias para o pleno êxito da Ação Formativa;

– Acompanhar todas as atividades acadêmicas;

– Comunicar de imediato, ao Coordenador-Geral, qualquer intercorrência que venha trazer prejuízo para o bom andamento da capacitação;

– Adotar medidas de prevenção, a fim de evitar e/ou mitigar acidentes/incidentes durante as instruções;

– Encaminhar ao Coordenador Administrativo o militar que porventura venham a ser desligado, a fim de que possa controlar e adotar as medidas administrativas pertinentes para o encaminhamento ao órgão responsável;

– Adotar as providências quanto ao controle de uso, devendo registrar o material entregue a cada policial.

## **7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

7.1. a) A ação formativa é considerada ato de serviço, conforme Art. 56 da Resolução n.º 381/2024 – GAB CMDO/PMPA, da Diretriz-Geral de Educação da PMPA;

b) Não serão disponibilizadas passagens aéreas, diárias e/ou ajuda de custo para os militares envolvidos na ação formativa.

c) Cabe a este COINT controlar a relação nominal dos policiais militares que estejam impedidos, por motivos diversos, de participarem da capacitação, além daqueles que porventura não a concluírem; a fim de providenciarem novo planejamento para que, em momento oportuno, todos sejam capacitados;

d) Os casos omissos na presente nota deverão ser deliberados junto ao Departamento-Geral de Educação e Cultura da PMPA.

Marabá, 10 de abril de 2025.

**RICARDO BATISTA DA SILVA** – CEL QOPM RG 24027

Comandante do CPR II



## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

Icoaraci, 11 de abril de 2025.

**SILVIO BENEDITO FERREIRA COSTA** – TEN CEL QOPM RG 30334

Chefe da Seção de Ensino do DGE

(Nota n.º 270/2025 – SSFCOMP/SE/DGEC).

### APÊNDICE A PLANO DE ENSINO – PE

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA						
DISCIPLINA:	O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR			C/H TOTAL	10	
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		INICIAL		CONTINUADA	X	COMPLEMENTAR
MODALIDADE	X	PRESENCIAL		EAD		HÍBRIDO
LOCAL DA INSTRUÇÃO	AUDITÓRIO DO 1º BME					
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO:	1º TEN QOPM RG 40918 GILSON ALVES PEREIRA					
<b>OBJETIVO GERAL:</b> Capacitar os discentes de conhecimentos, habilidades e atitudes para a utilização do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, em todas as suas variáveis, com eficiência, eficácia e efetividade dentro das técnicas e táticas Policiais Militares.						
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b> · Conhecer o manejo adequado e aplicação do equipamento de incapacitação neuromuscular de acordo com as técnicas e táticas policiais conforme rege as legislações referentes ao uso diferenciado da força; · Habilitar os discentes para que possam operar com segurança no disparo do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, sem que haja um dano permanente no operador e demais pessoas.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS		
5h	1 – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA. - Estudo do equipamento Taser X2; - Uso diferenciado da força.			SALA DE AULA CLIMATIZADA COMPUTADOR DATA SHOW		
5h	2 – Prática - Disparo de cartucho tipo treina.					
AVALIAÇÃO						
	ESCRITA( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA (X) MISTA			PRÁTICA: (X) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS		
ESTRATÉGIAS DE ENSINO:						
(X) – AULA EXPOSITIVA DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO (X) – SIMULAÇÃO ( ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO						
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS						
· Há previsão de aulas praticas nas quais serão utilizadas as tecnologias para disparos.						
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA						
BRASIL. Decreto-Lei nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024. Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm">https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm</a> . BRASIL. Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. Brasília, DF: Poder Executivo, 2014. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13060.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13060.htm</a> Acesso em: 31 out. 2019. BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial n.º 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelo Agentes de Segurança Pública. Brasília,DF: Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <a href="https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf">https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf</a> . Acesso em: 31 out. 2019. BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <a href="https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871">https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871</a> . Acesso em: 02 jan. 2025. PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <a href="http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf">http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf</a> . Acesso em: 02 jan. 2025. PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <a href="file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20Nº%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf">file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20Nº%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf</a> . Acesso em: 02 jan. 2025. PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: <a href="http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_etica_e_disciplina_da_pmpa.pdf">http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_etica_e_disciplina_da_pmpa.pdf</a> .						

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <a href="https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm">https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.	
EXÉRCITO BRASILEIRO. Caderno de Instrução de Tecnologias Menos Letal. Brasília, DF: Boletim do Exército, 2017. Disponível em: <a href="http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf">http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf</a> . Acesso em: 31 out. 2019.	
<b>DESPACHO</b>	
MAJ LUCIANA – SUBCMT do 4º BPM	CONFORME ITEM 4.9.3 DO PPF
<b>COORDENADOR EXECUTIVO</b>	<b>INSTRUTOR DA DISCIPLINA</b>
TEN CEL HARLEY – SUBCMT do CPR II	
<b>COORDENADOR ADMINISTRATIVO</b>	
CEL BATISTA - CMT do CPR II.	
<b>COORDENADORA-GERAL</b>	

### **PROJETO PEDAGÓGICO FORMATIVO – PPF - CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR – TASER X2 – MÓDULO OPERADOR - CPR III**

#### **1. FINALIDADE**

Regular as atividades pedagógicas, atribuições, execuções e responsabilidades, referentes a presente ação formativa em Segurança Pública, a ser realizada pelos policiais militares do efetivo das Unidades da circunscrição do Comando de Policiamento Regional III.

#### **2. REFERÊNCIAS**

**BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/legislacao/const/const.asp>. Acesso em: 2 jan. 2025.

**BRASIL.** Decreto-Lei n.º 1.001, de 21 de outubro de 1.969. Código Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

**BRASIL.** Decreto-Lei n.º 1.002 de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1002.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

**BRASIL.** Decreto-Lei n.º 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

**BRASIL.** Decreto-lei n.º 3.689 de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

**BRASIL.** Lei nº 9.455 de 07 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9455.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

**BRASIL.** Ministério da justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ensino-e-pesquisa/matriz-curricular-nacional>. Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaatec48.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/codigo\\_de\\_etica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_etica_e_disciplina_da_pmpa.pdf).

ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm>. Acesso em: 02 jan. 2025.

### **3. OBJETIVOS:**

#### **3.1. Geral:**

Capacitar os policiais militares no uso adequado e eficiente do dispositivo elétrico incapacitante TASER – Modelo X2, promovendo a compreensão de suas funções, para que seja utilizado de forma segura e ética como instrumento de menor potencial ofensivo, garantindo o uso diferenciado da força nas ações policiais e contribuindo para a redução de riscos à integridade física de envolvidos nas ocorrências, em conformidade com os princípios dos direitos humanos e as normas legais vigentes.

#### **3.2. Específicos:**

3.2.1. **Promover o conhecimento técnico** sobre o funcionamento do instrumento, incluindo suas características, modos de operação e condições ideais de uso, para garantir a eficácia e segurança no seu emprego nas ações policiais.

3.2.2. **Desenvolver habilidades práticas** nos policiais militares para o manuseio seguro do TASER – Modelo X2, com foco na aplicação correta do dispositivo em situações de risco, minimizando os danos físicos aos envolvidos

3.2.3. **Discutir e aplicar os princípios legais e éticos** relacionados ao uso diferenciado da força, com o emprego dos procedimentos operacionais padrão adotados na PMPA.

### **4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

4.1. Carga horária: 10 horas-aula.

4.2. Nível de Ensino / Tipo de Formação/ Modalidade: Ensino Técnico-Profissional / Formação Complementar / Presencial.

4.3. Período de realização: 14 de abril a 23 de maio de 2025.

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

4.4. Público-alvo: Oficiais e Praças da ativa do CPR III (efetivo pronto), extensivo às unidades de outros COInts que abrangem a mesma área circunscricional.

CPR III	ORGANIZAÇÃO POLICIAL MILITAR	Quantitativo de PPMM a Serem Capacitados
	CPR III - SEDE	25
	5º BPM / CPR III	400
	12º BPM / CPR III	135
	42º BPM / CPR III	92
	48º BPM / CPR III	118
	3ª CIPM / CPR III	80
	2º BPR / CPE	99
	3º BME / CME	64
	CorCPR III	11
	NRI-Castanhal/CINT	03
	NIOP-Castanhal/SEGUP	05
<b>TOTAL</b>		<b>1.032 PPMM</b>

4.5. Turmas, datas e efetivo das unidades da circunscrição do CPR III:

TURMA	DATA	COInt./EFETIVO											TOTAL
		CPR III - Sede	5º BP M	12º BP M	42º BP M	48º BP M	3ª CIP M	2º BPR	3º BM E	CorC PR 3	NRI-Cast.	NIOP-Cast.	
I	14 ABR	2	15	5	3	4	3	3	2	1	1	1	40
II	15 ABR	2	15	5	3	4	3	3	2	1	1	1	40
III	16 ABR	2	15	5	3	4	3	3	2	1	1	1	40
IV	17 ABR	2	16	5	3	4	3	3	2	1	***	1	40
V	22 ABR	2	16	5	3	4	3	3	2	1	***	1	40
VI	23 ABR	2	16	5	3	4	3	4	2	1	***	***	40
VII	24 ABR	2	16	5	3	4	3	4	2	1	***	***	40
VIII	25 ABR	2	16	5	3	4	3	4	2	1	***	***	40
IX	28 ABR	2	16	5	3	4	3	4	2	1	***	***	40
X	29 ABR	2	16	5	3	4	3	4	2	1	***	***	40
XI	30 ABR	2	16	5	3	4	3	4	2	1	***	***	40
XII	5 MAI	3	16	5	3	4	3	4	2	***	***	***	40
XIII	6 MAI	***	16	5	4	5	3	4	3	***	***	***	40
XIV	7 MAI	***	15	5	4	5	3	4	3	***	***	***	39
XV	8 MAI	***	15	5	4	5	3	4	3	***	***	***	39
XVI	9 MAI	***	15	5	4	5	3	4	3	***	***	***	39
XVII	12 MAI	***	15	5	4	5	3	4	3	***	***	***	39
XVIII	13 MAI	***	15	5	4	5	3	4	3	***	***	***	39
XIX	14 MAI	***	15	5	4	5	3	4	3	***	***	***	39
XX	15 MAI	***	15	5	4	5	3	4	3	***	***	***	39
XXI	16 MAI	***	15	5	4	5	3	4	3	***	***	***	39
XXII	19 MAI	***	15	6	4	5	3	4	3	***	***	***	40
XXIII	20 MAI	***	15	6	4	5	3	4	3	***	***	***	40
XXIV	21 MAI	***	15	6	4	5	3	4	3	***	***	***	40

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

XXV	22 MAI	***	15	6	4	5	4	4	2	***	***	***	40	
XXVI	23 MAI	***	15	6	4	5	4	4	2	***	***	***	40	
TOTAL			25	400	135	92	118	80	99	64	11	03	05	1.032

Obs. 1. Cabe aos respectivos Comandantes de Unidades definirem as escalas e controlarem seus efetivos, conforme distribuição constante no item 4.5 do presente projeto, remetendo, gradativamente, ao CPR III, as referidas escalas, via PAE.

4.6. Quantitativo: 1.032 (hum mil e trinta e dois) policiais militares.

4.7. Local das instruções: Auditório do 5º BPM ou outro local a ser definido, conforme a disponibilidade e/ou necessidade do serviço.

4.8. Uniforme: 5º A2 – Uniforme de Instrução – Característico de cada OPM

4.9. Equipamento de Proteção Individual – EPI: Cinto N/A, colete balístico, óculos de proteção.

4.10. Normas Gerais de Ensino:

4.10.1. Matriz Curricular:

ÁREAS TEMÁTICAS	DISCIPLINAS		C.H.
VIII Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.	01	Estudo do Equipamento Taser X2	05 h
	02	Uso diferenciado da força	05 h
TOTAL DA CARGA HORÁRIA			10 h/a

4.10.2. Plano de Ensino: A cargo da coordenação/Instrutores, conforme Apêndice I.

4.10.3. Metodologia de Ensino:

As Ações Formativas na Corporação têm como referencial teórico-metodológico a Matriz Curricular Nacional para as ações formativas na área de segurança pública, a qual se fundamenta em uma abordagem por competência, sob a perspectiva andragógica.

Isto pressupõe o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para reflexão e discussão pelos docentes e discentes, nas práxis pedagógicas, considerando sobretudo a construção metodológica do conhecimento científico.

4.10.4. Técnicas de Ensino: Aulas Expositivas/ Dialogadas, Prática Simulada.

4.11. Avaliação da Aprendizagem, Critérios de Aprovação e Classificação:

4.11.1. Avaliação da Aprendizagem: Será aplicada a Avaliação Formativa (AF), do tipo vertical, por meio de instrumento de avaliação desenvolvido pelo instrutor, a fim de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, nos termos da Instrução Normativas n.º 01/2024 - GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

4.11.2. Critérios de Aprovação: Conforme Instrução Normativa N.º 3/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024, nos seguintes termos:

a) Obter frequência mínima de 75% (Setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina.

4.11.3. Classificação: Não se aplica.

## **ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

4.12. Regime Disciplinar e desligamento: Conforme art. 4º da Instrução Normativa n.º 005/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

4.13. Logística: Serão disponibilizados pelo DGA/DAL/AC os materiais abaixo relacionados.

<b>MATERIAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Taser X2	A CARGO DO DGA
Cartucho Azul (treinamento)	207 cartuchos
Cartucho Vermelho (manejo treinamento)	05 cartuchos
Alvo Híbrido Condutivo	01 alvo
Quadro de Alvo	01

### **5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

5.1. Custo com instrutores/monitores: Não haverá pagamento de hora-aula aos instrutores/professores, conforme art. 4º, § 7º, da Instrução Normativa n.º 6/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

### **6. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES**

6.1. Supervisão-Geral: Departamento-Geral de Educação e Cultura – DGEC.

6.2. Órgão Executor: Comando de Policiamento Regional III – CPR III.

6.3. Coordenador-Geral: Subcomandante do CPR III.

6.3.1. São atribuições do Coordenador-geral:

- Coordenar, controlar e fiscalizar a execução do presente planejamento, adotando as medidas necessárias para que não sofra solução de continuidade;
- Acompanhar diariamente o funcionamento das atividades acadêmicas e o progresso da ação formativa.

6.4. Coordenador Administrativo: Chefe da 3ª Seção do CPR III

6.4.1. São atribuições do Coordenador administrativo:

- Adotar todas as providências necessárias para o bom andamento da ação formativa;
- Encaminhar ao CTPM a Ata de conclusão da capacitação (somente uma ata para toda a ação formativa), por meio de mídia editável e via PAE, até o segundo dia útil após a conclusão da capacitação, para fins de conhecimento, controle, estatística e publicação em Boletim Geral;

6.5. Coordenador Executivo: Chefe da 4ª Seção do CPR III

6.5.1. São atribuições do Coordenador executivo:

- Cumprir e fazer cumprir o presente planejamento, adotando as medidas necessárias para o pleno êxito da Ação Formativa;
- Acompanhar todas as atividades acadêmicas;
- Comunicar de imediato, ao Coordenador-Geral, qualquer intercorrência que venha trazer prejuízo para o bom andamento da capacitação;

- Adotar medidas de prevenção, a fim de evitar e/ou mitigar acidentes/incidentes durante as instruções;
- Encaminhar ao Coordenador Administrativo o militar que porventura venham a ser desligado, a fim de que possa controlar e adotar as medidas administrativas pertinentes para o encaminhamento ao órgão responsável;
- Adotar as providências quanto ao controle de uso, devendo registrar o material entregue a cada policial.

6.6. Instrutor: 2º TEN QOPM RG 44482 ERIKO HENRIQUE PINTO ARAÚJO, Oficial Multiplicador da Capacitação Técnica para o Uso do Equipamento de Incapacidade Neuromuscular - Taser X2, conforme publicação constante no ADIT. BG N.º 44 II, de 6 de março de 2025.

## **7. LIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

7.1. Supervisão Geral: (91) 98404-7352

7.2. Coordenador Geral: (91) 99164-0661

7.3. Coordenador Administrativo: (91) 98725-0241 / (91) 99256-3547

7.4. Coordenador Executivo: (91) 98113-2240

## **8. PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

8.1. A ação formativa é considerada ato de serviço, conforme Art. 56 da Resolução n.º 381/2024 – GAB CMDO/PMPA, da Diretriz-Geral de Educação da PMPA;

8.2. Fica estipulado o prazo de 54 (cinquenta e quatro) dias para a execução da presente ação formativa a contar da data de publicação deste PPF, de acordo com o período constante no item 4.3 do presente projeto;

8.3. Cabe aos Comandantes de Unidades controlarem a relação nominal dos policiais militares de seus respectivos efetivos que estejam impedidos, por motivos diversos, de participarem da capacitação, além daqueles que porventura não a concluírem; a fim de providenciarem junto ao CPR III novo planejamento para que, em momento oportuno, todos sejam capacitados;

8.4. Os casos omissos no presente PPF deverão ser deliberados junto ao Departamento-Geral de Educação e Cultura da PMPA.

Castanhal, 8 de abril de 2025.

MARCOS CÉSAR DE OLIVEIRA **REBÊLO** – CEL QOPM RG 23127

Comandante do CPR III

Icoaraci, 11 de abril de 2025.

**SILVIO BENEDITO FERREIRA COSTA** – TEN CEL QOPM RG 30334

CHEFE DA SEÇÃO DE ENSINO DO DGEC

(Nota n.º 270 /2025 – SSFCOMP/SE/DGEC).

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

### APÊNDICE A PLANO DE ENSINO – PE

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA:	O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR			C/H TOTAL	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		INICIAL		CONTINUADA	X
MODALIDADE	X	PRESENCIAL		EAD	
LOCAL DA INSTRUÇÃO	AUDITORIO DO 5º BPM OU OUTRO LOCAL DEFINIDO PELO CPR III				
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO:	2º TEN QOPM RG 44482 ERIKO HENRIQUE PINTO ARAUJO				
<b>OBJETIVO GERAL:</b> Capacitar os discentes de conhecimentos, habilidades e atitudes para a utilização do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, em todas as suas variáveis, com eficiência, eficácia e efetividade dentro das técnicas e táticas Policiais Militares.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b> . Conhecer o manejo adequado e aplicação do equipamento de incapacitação neuromuscular de acordo com as técnicas e táticas policiais conforme rege as legislações referentes ao uso diferenciado da força; . Habilitar os discentes para que possam operar com segurança no disparo do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, sem que haja um dano permanente no operador e demais pessoas.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS	
5h	1 – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA. - Estudo do equipamento Taser X2; - Uso diferenciado da força.			SALA DE AULA CLIMATIZADA COMPUTADOR DATA SHOW	
5h	2 – Prática - Disparo de cartucho tipo treina.				
AVALIAÇÃO					
	ESCRITA( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( X ) MISTA			PRÁTICA: ( X ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS	
ESTRATÉGIAS DE ENSINO:					
( X ) – AULA EXPOSITIVA DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( X ) – SIMULAÇÃO ( ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO					
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS					
. Há previsão de aulas praticas nas quais serão utilizadas as tecnologias para disparos.					
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA					
BRASIL. Decreto-Lei nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024. Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03//_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm">https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03//_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm</a> .					
BRASIL. Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. Brasília, DF: Poder Executivo, 2014. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13060.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13060.htm</a> Acesso em: 31 out. 2019.					
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial n.º 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelo Agentes de Segurança Pública. Brasília,DF: Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <a href="https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf">https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf</a> . Acesso em: 31 out. 2019.					
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <a href="https://dspace.mj.gov.br/handle/11/3871">https://dspace.mj.gov.br/handle/11/3871</a> . Acesso em: Acesso em: 02 jan. 2025.					
PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <a href="http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf">http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.					
PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.					
PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: <a href="http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf">http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf</a> .					
ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <a href="https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm">https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.					
EXERCITO BRASILEIRO. Caderno de Instrução de Tecnologias Menos Letal. Brasília, DF: Boletim do Exército, 2017. Disponível em: <a href="http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf">http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf</a> . Acesso em: 31 out. 2019.					
DESPACHO					
CLEIDERSON TORRES DA COSTA - TEN CEL QOPM				2º TEM PM ERIKO	
COORDENADOR EXECUTIVO				INSTRUTOR DA DISCIPLINA	



WERVERSON HERMINIO DA SILVA - MAJ QOPM
COORDENADOR ADMINISTRATIVO
ADEMIR CESAR GOMES DA SILVA - TEN CEL QOPM
COORDENADORA-GERAL

**PROJETO PEDAGÓGICO FORMATIVO – PPF**  
**CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO**  
**NEUROMUSCULAR – TASER X2 – MÓDULO OPERADOR – CPR IX**

**1. FINALIDADE**

Regular as atividades pedagógicas, atribuições, execuções e responsabilidades, referentes a presente ação formativa em Segurança Pública, a ser realizada pelos policiais militares do efetivo das Unidades da Região Metropolitana de Belém.

**2. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/legislacao/const/const.asp>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1.969. Código Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm). Acesso em: 2 de janeiro de 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.002 de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1002.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.455 de 07 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9455.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ensino-e-pesquisa/matriz-curricular-nacional>. Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ n.º 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/cdigo\\_de\\_tica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/cdigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf).

ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm>. Acesso em: 02 jan. 2025.

**3. OBJETIVOS:**

**3.1. Geral:**

Capacitar os policiais militares no uso adequado e eficiente do dispositivo elétrico incapacitante TASER – Modelo X2, promovendo a compreensão de suas funções, para que seja utilizado de forma segura e ética como instrumento de menor potencial ofensivo, garantindo o uso diferenciado da força nas ações policiais e contribuindo para a redução de riscos à integridade física de envolvidos nas ocorrências, em conformidade com os princípios dos direitos humanos e as normas legais vigentes.

**3.2. Específicos:**

3.2.1. Promover o conhecimento técnico sobre o funcionamento do instrumento, incluindo suas características, modos de operação e condições ideais de uso, para garantir a eficácia e segurança no seu emprego nas ações policiais.

3.2.2. Desenvolver habilidades práticas nos policiais militares para o manuseio seguro do TASER – Modelo X2, com foco na aplicação correta do dispositivo em situações de risco, minimizando os danos físicos aos envolvidos

3.2.3. Discutir e aplicar os princípios legais e éticos relacionados ao uso diferenciado da força, com o emprego dos procedimentos operacionais padrão adotados na PMPA.

**4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

4.1. Carga horária: 10 horas-aula.

4.2. Nível de Ensino / Tipo de Formação/ Modalidade: Ensino Técnico-Profissional / Formação Complementar / Presencial.

4.3. Período de realização: 22 de abril a 13 de maio de 2025.

4.4. Público-alvo: Oficiais e Praças da ativa da PMPA.

4.5. Turmas, datas e efetivo dos COInts da RMB:

ORD	OPM	DATA	EFETIVO DIÁRIO (média aproximada)	TOTAL
1	14º BPM BARCARENA	22 A 24 DE ABRIL	34 PPMM/DIA	104
2	32º BPM CAMETÁ	28 DE ABRIL A 02 DE MAIO	33 PPMM/DIA	134
3	CPR SEDE / 31º BPM ABAETETUBA	05 A 09 DE MAIO	33 PPMM/DIA	166
4	47º BPM MOJU / COR CPR IX	12 E 13 DE MAIO	25 PPMM/DIA	58
TOTAL				462

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

Obs. 1. Cabe aos respectivos Comandantes das unidades definirem as escalas e controlarem seus efetivos, conforme distribuição constante nos itens 4.5 do presente projeto, remetendo, gradativamente, ao CTPM, as atas de conclusão da capacitação, via PAE.

4.6.2 Quantitativo: 462 (Quatrocentos e sessenta e dois) policiais militares

4.6.3 Locais das instruções:

N.º	ÓRGÃO	LOCAL
01	CPR SEDE E 31º BPM	ABAETETUBA
02	32º BPM	CAMETÁ
03	14º BPM	BARCARENA
04	47º BPM / COR CPR IX	ABAETETUBA

4.7. Uniforme: 5º A2 – Uniforme de Instrução – Característico de cada OPM

4.8. Equipamento de Proteção Individual – EPI: Cinto N/A, colete balístico, óculos de proteção.

4.9. Normas Gerais de Ensino:

4.9.1. Matriz Curricular:

ÁREAS TEMÁTICAS	DISCIPLINAS		C.H.
VIII Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.	01	Estudo do Equipamento Taser X2	05 h
	02	Uso diferenciado da força	05 h
TOTAL DA CARGA HORÁRIA			10 h/a

4.9.2. Planos de Ensino: A cargo da coordenação/Instrutores.

4.9.3. Quadro de Instrutor:

ORD	COINT/ TURMA	INSTRUTOR
01	CPC IX	2º TEN QOPM RG 44535 FERNANDO SOUZA DA COSTA NETO

4.9.4. Metodologia de Ensino:

As Ações Formativas na Corporação têm como referencial teórico-metodológico a Matriz Curricular Nacional para as ações formativas na área de segurança pública, a qual se fundamenta em uma abordagem por competência, sob a perspectiva andragógica.

Isto pressupõe o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para reflexão e discussão pelos docentes e discentes, nas práticas pedagógicas, considerando sobretudo a construção metodológica do conhecimento científico.

4.11.6. Técnicas de Ensino: Aulas Expositivas/ Dialogadas, Prática Simulada.

4.11.7. Avaliação da Aprendizagem, Critérios de Aprovação e Classificação:

a) Avaliação da Aprendizagem: Será aplicada a Avaliação Formativa (AF), do tipo vertical, por meio de instrumento de avaliação desenvolvido pelo instrutor, a fim de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, nos termos da Instrução Normativas n.º 01/2024 - GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

b) Critérios de Aprovação: Conforme Instrução Normativa N.º 03/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024, nos seguintes termos:

- Obter frequência mínima de 75% (Setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina.

c) Classificação: Não se aplica.

4.11.8. Avaliação do curso e docentes: Realizada pelos alunos, através de processo e instrumentos próprios, construídos para esse fim, sob a responsabilidade da Seção de Apoio Pedagógico (SAP), do DGECE.

4.12. Regime Disciplinar: Conforme Código de Ética e Disciplina da PMPA.

4.13. Desligamento: Conforme art. 4º da Instrução Normativa n.º 005/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG nº 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

4.14. Logística: Serão disponibilizados os materiais abaixo relacionados.

MATERIAL	ÓRGÃO	QUANTIDADE
TASER X2	CPR - SEDE	A cargo do DGA
	31º BPM	
	32º BPM	
	14º BPM	
	47º BPM	
CARTUCHO AZUL (TREINAMENTO)	CPR - SEDE	93
	31º BPM	
	32º BPM	
	14º BPM	
	47º BPM	
CARTUCHO VERMELHO (MANEJO TREINAMENTO)	CPR IX	05
ALVO HÍBRIDO CONDUTIVO	CPR IX	01
QUADRO DE ALVO	CPR IX	01
TERNO MODELO II	CPR IX	01

### 5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

5.1. Custo com instrutores/monitores: Não haverá pagamento de hora-aula aos instrutores/professores, conforme art. 4º, § 7º, da Instrução Normativa n.º 6/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

### 6. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

6.1. Supervisão-Geral: Departamento-Geral de Educação e Cultura – DGECE.

6.2. Órgão Executor: Centro de Treinamento da Polícia Militar – CTPM.

6.3. Coordenador-Geral: Subcomandante do CPR IX

6.3.1. São atribuições do Coordenador-geral:

– Coordenar, controlar e fiscalizar a execução do presente planejamento, adotando as medidas necessárias para que não sofra solução de continuidade;

– Acompanhar diariamente o funcionamento das atividades acadêmicas e o progresso da ação formativa.

6.4. Coordenadores Administrativos: P3 CPR IX

## **ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

### **6.4.1. São atribuições do Coordenador administrativo:**

- Adotar todas as providências necessárias para o bom andamento da ação formativa;
- Encaminhar ao CTPM as Atas de Conclusão da Capacitação, gradativamente ao CTPM, por meio de mídia editável e via PAE, até o segundo dia útil após a conclusão da ação formativa, para fins de conhecimento, controle, estatística e publicação em Boletim Geral;

### **6.5. Coordenador Executivo: P4 CPR IX**

#### **6.5.1. São atribuições do Coordenador executivo:**

- Cumprir e fazer cumprir o presente planejamento, adotando as medidas necessárias para o pleno êxito da Ação Formativa;
- Acompanhar todas as atividades acadêmicas;
- Comunicar de imediato, ao Coordenador-Geral, qualquer intercorrência que venha trazer prejuízo para o bom andamento da capacitação;
- Adotar medidas de prevenção, a fim de evitar e/ou mitigar acidentes/incidentes durante as instruções;
- Encaminhar ao Coordenador Administrativo o militar que porventura venham a ser desligado, a fim de que possa controlar e adotar as medidas administrativas pertinentes para o encaminhamento ao órgão responsável;
- Adotar as providências quanto ao controle de uso, devendo registrar o material entregue a cada policial.

## **7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

A) A ação formativa é considerada ato de serviço, conforme Art. 56 da Resolução n.º 381/2024 – GAB CMDO/PMPA, da Diretriz-Geral de Educação da PMPA;

B) Cabe às UNIDADES controlar a relação nominal dos policiais militares que estejam impedidos, por motivos diversos, de participarem da capacitação, além daqueles que porventura não a concluírem; a fim de providenciarem novo planejamento para que, em momento oportuno, todos sejam capacitados;

C) Não serão disponibilizadas passagens aéreas, diárias e/ou ajuda de custo para os militares envolvidos na ação formativa.

D) Os casos omissos na presente diretriz deverão ser deliberados junto ao Departamento-Geral de Educação e Cultura da PMPA.

**ANTÔNIO MAURÍCIO SANTANA SILVA – TEN CEL QOPM RG 27318**  
**COMANDANTE DO CPR IX**

Quartel em Icoaraci, 10 de abril de 2025.

**SILVIO BENEDITO FERREIRA COSTA – TEN CEL QOPM RG 30334**

**Chefe da Seção de Ensino do DGEC**

(Nota n.º 277/2025 – SSFCOMP/SE/DGEC).

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

### APÊNDICE A PLANO DE ENSINO – PE

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA:	O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR			C/H TOTAL	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		INICIAL		CONTINUADA	X
MODALIDADE	X	PRESENCIAL		EAD	
LOCAL DA INSTRUÇÃO					
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO:	2º TEN QOPM RG 44535 FERNANDO SOUZA DA COSTA NETO				
<b>OBJETIVO GERAL:</b> Capacitar os discentes de conhecimentos, habilidades e atitudes para a utilização do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, em todas as suas variáveis, com eficiência, eficácia e efetividade dentro das técnicas e táticas Policiais Militares.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b> · Conhecer o manejo adequado e aplicação do equipamento de incapacitação neuromuscular de acordo com as técnicas e táticas policiais conforme rege as legislações referentes ao uso diferenciado da força; · Habilitar os discentes para que possam operar com segurança no disparo do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, sem que haja um dano permanente no operador e demais pessoas.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS	
5h	1 – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA. - Estudo do equipamento Taser X2; - Uso diferenciado da força.			SALA DE AULA CLIMATIZADA COMPUTADOR DATA SHOW	
5h	2 – Prática - Disparo de cartucho tipo treina.				
AVALIAÇÃO					
	ESCRITA( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( X ) MISTA			PRÁTICA: ( X ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS	
ESTRATÉGIAS DE ENSINO:					
( X ) – AULA EXPOSITIVA DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( X ) – SIMULAÇÃO ( ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO					
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS					
Há previsão de aulas praticas nas quais serão utilizadas as tecnologias para disparos.					
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA					
BRASIL. Decreto-Lei nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024. Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm</a> .					
BRASIL. Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. Brasília, DF: Poder Executivo, 2014. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13060.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13060.htm</a> Acesso em: 31 out. 2019.					
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelo Agentes de Segurança Pública. Brasília,DF: Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <a href="https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf">https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf</a> . Acesso em: 31 out. 2019.					
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <a href="https://dspace.mj.gov.br/handle/11/3871">https://dspace.mj.gov.br/handle/11/3871</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.					
PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <a href="http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf">http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.					
PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <a href="file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf">file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.					
PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: <a href="http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf">http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf</a> .					
ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <a href="https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm">https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.					
EXÉRCITO BRASILEIRO. Caderno de Instrução de Tecnologias Menos Letal. Brasília, DF: Boletim do Exército, 2017. Disponível em: <a href="http://bdexeb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf">http://bdexeb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf</a> . Acesso em: 31 out. 2019.					
DESPACHO					
COORDENADOR EXECUTIVO			INSTRUTOR DA DISCIPLINA		

COORDENADOR ADMINISTRATIVO
COORDENADORA-GERAL

**PROJETO PEDAGÓGICO FORMATIVO – PPF-CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA O  
USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR – TASER X2 –  
MÓDULO OPERADOR-CPR VI.**

**1. FINALIDADE**

Regular as atividades pedagógicas, atribuições, execuções e responsabilidades, referentes a presente ação formativa em Segurança Pública, a ser realizada pelos policiais militares do efetivo do Comando de Policiamento Regional VI, 3ª CIME, NIOP e CorCPR-VI.

**2. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/legislacao/const/const.asp>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.002 de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1002.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.455 de 07 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9455.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ensino-e-pesquisa/matriz-curricular-nacional>. Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

---

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/cdigo\\_de\\_tica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/cdigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf).

ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm>. Acesso em: 02 jan. 2025.

### 3. OBJETIVOS:

#### 3.1. Geral:

Capacitar os policiais militares do efetivo do CPR VI, NIOP 3ª CIME e CorCPR-VI no uso adequado e eficiente do dispositivo elétrico incapacitante TASER – Modelo X2, promovendo a compreensão de suas funções, para que seja utilizado de forma segura e ética como instrumento de menor potencial ofensivo, garantindo o uso diferenciado da força nas ações policiais e contribuindo para a redução de riscos à integridade física de envolvidos nas ocorrências, em conformidade com os princípios dos direitos humanos e as normas legais vigentes.

#### 3.2. Específicos:

3.2.1. Promover o conhecimento técnico sobre o funcionamento do instrumento, incluindo suas características, modos de operação e condições ideais de uso, para garantir a eficácia e segurança no seu emprego nas ações policiais.

3.2.2. Desenvolver habilidades práticas nos policiais militares para o manuseio seguro do TASER – Modelo X2, com foco na aplicação correta do dispositivo em situações de risco, minimizando os danos físicos aos envolvidos

3.2.3. Discutir e aplicar os princípios legais e éticos relacionados ao uso diferenciado da força, com o emprego dos procedimentos operacionais padrão adotados na PMPA.

### 4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

4.1. Carga horária: 10 horas-aula.

4.2. Nível de Ensino / Tipo de Formação/ Modalidade: Ensino Técnico-Profissional / Formação Complementar / Presencial.

4.3. Período de realização: 23 de abril a 28 de maio de 2025.

4.4. Público-alvo: Oficiais e Praças da ativa da PMPA.

4.5. Turmas, datas e efetivo:

CPR VI			
OPM	Turma	Data de Início	Número de Alunos
19º BPM	I	23/04/2025	30
	II	29/04/2025	30
	III	30/04/2025	30



## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

CPR VI			
	IV	06/05/2025	30
	V	07/05/2025	30
	VI	08/05/2025	30
	VII	13/05/2025	30
	VIII	14/05/2025	36
3ª CIME e CorCPR - VI*	IX	15/05/2025	27
51º BPM	X	20/05/2025	30
	XI	21/05/2025	30
	XII	22/05/2025	30
	XIII	27/05/2025	19
CPR VI (SEDE) e NIOP	XIV	28/05/2025	23
TOTAL DE ALUNOS			405 PPMM

4.6.2 Quantitativo: 405 (quatrocentos e cinco) policiais militares

**OBS:** O efetivo da 3ª CIME (Paragominas), NIOP (Paragominas) e da Cor CPR -VI foram incluídos no Projeto Pedagógico Formativo do CPR VI, levando em consideração a celeridade e aporte logístico do CPR VI para tão logo instruir os policiais militares dessas Unidades.

4.6.3 Locais das instruções:

ORD	OPM	LOCAL
01	CPR VI (SEDE)	POLO DE ENSINO PARAGOMINAS
02	19º BPM	
03	3ª CIME, NIOP e CorCPR - VI	
04	51º BPM	SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE DOM ELISEU

4.7. Uniforme: 5º A2 – Uniforme de Instrução – Característico de cada OPM

4.8. Equipamento de Proteção Individual – EPI: Cinto N/A, colete balístico, óculos de proteção.

4.9. Normas Gerais de Ensino:

4.9.1. Matriz Curricular:

ÁREAS TEMÁTICAS	DISCIPLINAS		C.H.
VIII Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.	01	Estudo do Equipamento Taser X2	05 h
	02	Uso diferenciado da força	05 h
TOTAL DA CARGA HORÁRIA			10 h/a

4.9.2. Planos de Ensino: A cargo da coordenação/Instrutores.

4.9.3. Quadro de Instrutores:

ORD	COINT/ TURMA	INSTRUTOR (A)	TURMA
01	CPR VI (SEDE); 19º BPM; 51º BPM; 3ª CIME, CorCPR – VI e NIOP.	1º TEN QOPM GLEICIANE MORAIS DA SILVA	TURMAS DE I A XIV

4.9.4. Metodologia de Ensino:

## **ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

As Ações Formativas na Corporação têm como referencial teórico-metodológico a Matriz Curricular Nacional para as ações formativas na área de segurança pública, a qual se fundamenta em uma abordagem por competência, sob a perspectiva andragógica.

Isto pressupõe o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para reflexão e discussão pelos docentes e discentes, nas praxis pedagógicas, considerando sobretudo a construção metodológica do conhecimento científico.

4.11.6. Técnicas de Ensino: Aulas Expositivas/ Dialogadas, Prática Simulada.

4.11.7. Avaliação da Aprendizagem, Critérios de Aprovação e Classificação:

a) Avaliação da Aprendizagem: Será aplicada a Avaliação Formativa (AF), do tipo vertical, por meio de instrumento de avaliação desenvolvido pelo instrutor, a fim de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, nos termos da Instrução Normativa n.º 01/2024 - GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

b) Critérios de Aprovação: Conforme Instrução Normativa N.º 3/2024 – GAB CMD, publicada no ADIT. BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024, nos seguintes termos:

- Obter frequência mínima de 75% (Setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina.

c) Classificação: Não se aplica.

4.11.8. Avaliação do curso e docentes: Realizada pelos alunos, através de processo e instrumentos próprios, construídos para esse fim, sob a responsabilidade da Seção de Apoio Pedagógico (SAP), do DGEC.

4.12. Regime Disciplinar: Conforme Código de Ética e Disciplina da PMPA.

4.13. Desligamento: Conforme art. 4º da Instrução Normativa n.º 005/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

4.14. Logística: Serão disponibilizados os materiais abaixo relacionados.

<b>MATERIAL</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Taser X2	CPR VI	A cargo do DGA
Cartucho Azul (treinamento)	CPR VI	81
Cartucho Vermelho (manejo treinamento)	CPR VI	05
Alvo Híbrido Condutivo	CPR VI	01
Quadro de Alvo	CPR VI	01
Terno Modelo II	CPR VI	01

### **5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

5.1. Custo com instrutores/monitores: Não haverá pagamento de hora-aula aos instrutores/professores, conforme art. 4º, § 7º, da Instrução Normativa n.º 6/2024 – GAB CMD, publicada no ADIT. BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

### **6. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES**

6.1. Supervisão-Geral: Departamento-Geral de Educação e Cultura – DGEC.

6.2. Órgão Executor: Comando de Policiamento Regional VI.

6.3. Coordenador-Geral: CEL DAYVID, Comandante do Comando de Policiamento Regional VI.

6.3.1. São atribuições do Coordenador-geral:

- Coordenar, controlar e fiscalizar a execução do presente planejamento, adotando as medidas necessárias para que não sofra solução de continuidade;
- Acompanhar diariamente o funcionamento das atividades acadêmicas e o progresso da ação formativa.

6.4. Coordenador Administrativo: CAP MODESTO, respondendo pela Chefia da 3ª Seção do CPR VI.

6.4.1. São atribuições do Coordenador administrativo:

- Adotar todas as providências necessárias para o bom andamento da ação formativa;
- Encaminhar ao CTPM as Atas de Conclusão da Capacitação, gradativamente ao CTPM, por meio de mídia editável e via PAE, até o segundo dia útil após a conclusão da ação formativa, para fins de conhecimento, controle, estatística e publicação em Boletim Geral;

6.5. Coordenador Executivo: Chefes da 3ª Seção do 19º BPM e 51º BPM.

6.5.1. São atribuições do Coordenador executivo:

- Cumprir e fazer cumprir o presente planejamento, adotando as medidas necessárias para o pleno êxito da Ação Formativa;
- Acompanhar todas as atividades acadêmicas;
- Comunicar de imediato, ao Coordenador-Geral, qualquer intercorrência que venha trazer prejuízo para o bom andamento da capacitação;
- Adotar medidas de prevenção, a fim de evitar e/ou mitigar acidentes/incidentes durante as instruções;
- Encaminhar ao Coordenador Administrativo o militar que porventura venham a ser desligado, a fim de que possa controlar e adotar as medidas administrativas pertinentes para o encaminhamento ao órgão responsável;
- Adotar as providências quanto ao controle de uso, devendo registrar o material entregue a cada policial.

**7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

a) A ação formativa é considerada ato de serviço, conforme Art. 56 da Resolução n.º 381/2024 – GAB CMDO/PMPA, da Diretriz-Geral de Educação da PMPA;

b) Não serão disponibilizadas passagens aéreas, diárias e/ou ajuda de custo para os militares envolvidos na ação formativa.

c) Cabe a este COINT controlar a relação nominal dos policiais militares que estejam impedidos, por motivos diversos, de participarem da capacitação, além daqueles que porventura não a concluírem; a fim de providenciarem novo planejamento para que, em momento oportuno, todos sejam capacitados;

d) Os casos omissos na presente nota deverão ser deliberados junto ao Comandante de Policiamento Regional VI.

Paragominas, 8 de abril de 2025.

**DAYVID SARAH LIMA- CEL QOPM RG 27029**  
**COMANDANTE DO CPR VI**

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

Quartel em Icoaraci, 9 de abril de 2025.  
**SILVIO BENEDITO FERREIRA COSTA – TEN CEL QOPM RG 30334**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE ENSINO DO DGEC**  
(Nota n.º 283/2025 – SSFCOMP/SE/DGEC).

**APÊNDICE A**  
**PLANO DE ENSINO – PE**

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA:	O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR			C/H TOTAL	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		INICIAL		CONTINUADA	COMPLEMENTAR
MODALIDADE	X	PRESENCIAL		EAD	HÍBRIDO
LOCAL DA INSTRUÇÃO	POLO DE ENSINO – PARAGOMINAS e SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE DOM ELISEU				
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO:	1º TEN QOPM GLEICIANE MORAIS DA SILVA				
OBJETIVO GERAL: Capacitar os discentes de conhecimentos, habilidades e atitudes para a utilização do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, em todas as suas variáveis, com eficiência, eficácia e efetividade dentro das técnicas e táticas Policiais Militares.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: . Conhecer o manejo adequado e aplicação do equipamento de incapacitação neuromuscular de acordo com as técnicas e táticas policiais conforme rege as legislações referentes ao uso diferenciado da força; . Habilitar os discentes para que possam operar com segurança no disparo do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, sem que haja um dano permanente no operador e demais pessoas.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS	
5h	1 – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA. - Estudo do equipamento Taser X2; - Uso diferenciado da força.			SALA DE AULA CLIMATIZADA COMPUTADOR DATA SHOW	
5h	2 – Prática - Disparo de cartucho tipo treina.				
AVALIAÇÃO					
	ESCRITA( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( X ) MISTA			PRÁTICA: ( X ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS	
ESTRATÉGIAS DE ENSINO:					
( X ) – AULA EXPOSITIVA DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( X ) – SIMULAÇÃO ( ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO					
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS					
. Há previsão de aulas praticas nas quais serão utilizadas as tecnologias para disparos.					
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA					
BRASIL. Decreto-Lei nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024. Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm">https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm</a> . BRASIL. Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. Brasília, DF: Poder Executivo, 2014. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13060.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13060.htm</a> Acesso em: 31 out. 2019. BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial n.º 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelo Agentes de Segurança Pública. Brasília,DF: Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <a href="https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf">https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf</a> . Acesso em: 31 out. 2019. BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <a href="https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871">https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871</a> . Acesso em: 02 jan. 2025. PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <a href="http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf">http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf</a> . Acesso em: 02 jan. 2025. PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <a href="file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf">file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf</a> . Acesso em: 02 jan. 2025. PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em:					

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

<a href="http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/cdigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf">http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/cdigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf</a> . ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <a href="https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm">https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm</a> . Acesso em: 02 jan. 2025. EXÉRCITO BRASILEIRO. Caderno de Instrução de Tecnologias Menos Letal. Brasília, DF: Boletim do Exército, 2017. Disponível em: <a href="http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf">http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf</a> . Acesso em: 31 out. 2019.	
<b>DESPACHO</b>	
CHEFES DA 3ª SEÇÃO DO 19º BPM E 51º BPM	<b>GLEICIANE MORAIS DA SILVA - 1º TEN QOPM</b>
<b>COORDENADOR EXECUTIVO</b>	<b>INSTRUTOR DA DISCIPLINA</b>
FELIPE PINHEIRO MODESTO – CAP QOPM	
<b>COORDENADOR ADMINISTRATIVO</b>	
DAYVID SARAH LIMA – CEL QOPM	
<b>COORDENADORA-GERAL</b>	

### **PROJETO PEDAGÓGICO FORMATIVO 002/2025** **CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO** **NEUROMUSCULAR – TASER X2 – MÓDULO OPERADOR- CPR VII**

#### **1. FINALIDADE**

Regular as atividades pedagógicas, atribuições, execuções e responsabilidades, referentes a presente ação formativa em Segurança Pública, a ser realizada pelos policiais militares do efetivo do Comando de Policiamento Regional VII.

#### **2. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/legislacao/const/const.asp>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1.969. Código Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.002 de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1002.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.455 de 07 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9455.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.

## **ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ensino-e-pesquisa/matriz-curricular-nacional>. Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaodoParaateaEC48.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/cdigo\\_de\\_tica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/cdigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf).

ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm>. Acesso em: 02 jan. 2025.

### **3. OBJETIVOS:**

#### **3.1. Geral:**

Capacitar os policiais militares no uso adequado e eficiente do dispositivo elétrico incapacitante TASER – Modelo X2, promovendo a compreensão de suas funções, para que seja utilizado de forma segura e ética como instrumento de menor potencial ofensivo, garantindo o uso diferenciado da força nas ações policiais e contribuindo para a redução de riscos à integridade física de envolvidos nas ocorrências, em conformidade com os princípios dos direitos humanos e as normas legais vigentes.

#### **3.2. Específicos:**

3.2.1. Promover o conhecimento técnico sobre o funcionamento do instrumento, incluindo suas características, modos de operação e condições ideais de uso, para garantir a eficácia e segurança no seu emprego nas ações policiais.

3.2.2. Desenvolver habilidades práticas nos policiais militares para o manuseio seguro do TASER – Modelo X2, com foco na aplicação correta do dispositivo em situações de risco, minimizando os danos físicos aos envolvidos

3.2.3. Discutir e aplicar os princípios legais e éticos relacionados ao uso diferenciado da força, com o emprego dos procedimentos operacionais padrão adotados na PMPA.

### **4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

4.1. Carga horária: 10 horas-aula.

4.2. Nível de Ensino / Tipo de Formação/ Modalidade: Ensino Técnico-Profissional / Formação Complementar / Presencial.

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

4.3. Período de realização: 22 de abril a 29 de maio de 2025.

4.4. Público-alvo: Oficiais e Praças da ativa da PMPA.

4.5. Turmas, datas e efetivo:

DATA	COInt./EFETIVO							TOTAL
	CPR VII	11º BPM	33º BPM	44º BPM	19ª CIPM	15ª CIPM	10ª CIPM	
22/04	-	40	-	-	-	-	-	40
23/04	-	40	-	-	-	-	-	40
24/04	-	40	-	-	-	-	-	40
28/04	-	-	-	40	-	-	-	40
29/04	-	-	-	40	-	-	-	40
30/04	-	-	-	40	-	-	-	40
02/05	-	-	-	40	-	-	-	40
12/05	-	40	-	-	-	-	-	40
13/05	-	-	20	-	10	10	-	40
14/05	-	-	20	-	10	10	-	40
15/05	-	-	20	-	10	10	-	40
16/05	-	-	19	-	14	07	-	27
19/05	-	-	-	27	-	-	-	27
20/05	-	-	-	27	-	-	-	27
21/05	-	-	37	-	-	-	-	37
22/05	-	-	36	-	-	-	-	36
23/05	-	-	-	-	-	-	37	37
26/05	-	-	-	-	-	-	35	35
27/05	-	-	-	-	-	-	35	35
28/05	12	18	-	-	-	-	-	30
29/05	11	18	-	-	-	-	-	29
	23	196	152	214	44	37	107	773

Obs. 1. Cabe aos respectivos Comandantes OPMs. definir as escalas e controlarem seus efetivos, conforme distribuição constante nos itens 4.5 do presente projeto, remetendo, gradativamente, ao CPR VII, as atas de conclusão da capacitação, via PAE.

4.6.2 Quantitativo: 773 (Setecentos e setenta e três) policiais militares

4.6.3 Locais das instruções:

N.º	ÓRGÃO	LOCAL
01	CPR VII	A CARGO DO CPR VII
02	44º BPM	A CARGO DO 44º BPM

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

03	33º BPM	A CARGO DO 33º BPM
04	11º BPM	A CARGO DO 11º BPM
05	10ª CIPM	A CARGO DA 10ª CIPM

4.7. Uniforme: 5º A2 – Uniforme de Instrução – Característico de cada OPM

4.8. Equipamento de Proteção Individual – EPI: Cinto N/A, colete balístico, óculos de proteção.

4.9. Normas Gerais de Ensino:

4.9.1. Matriz Curricular:

ÁREAS TEMÁTICAS	DISCIPLINAS		C.H.
VIII Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.	01	Estudo do Equipamento Taser X2	05 h
	02	Uso diferenciado da força	05 h
TOTAL DA CARGA HORÁRIA			10 h/a

4.9.2. Planos de Ensino: A carga da coordenação/Instrutores.

4.9.3. Quadro de Instrutores:

ORD	COINT	INSTRUTOR
01	CPR VII	1º TEN PM GEORGE LUIZ DE LIMA BRAGA (44º BPM)

4.9.4. Metodologia de Ensino:

As Ações Formativas na Corporação têm como referencial teórico-metodológico a Matriz Curricular Nacional para as ações formativas na área de segurança pública, a qual se fundamenta em uma abordagem por competência, sob a perspectiva andragógica.

Isto pressupõe o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para reflexão e discussão pelos docentes e discentes, nas práticas pedagógicas, considerando sobretudo a construção metodológica do conhecimento científico.

4.11.6. Técnicas de Ensino: Aulas Expositivas/ Dialogadas, Prática Simulada.

4.11.7. Avaliação da Aprendizagem, Critérios de Aprovação e Classificação:

a) Avaliação da Aprendizagem: Será aplicada a Avaliação Formativa (AF), do tipo vertical, por meio de instrumento de avaliação desenvolvido pelo instrutor, a fim de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, nos termos da Instrução Normativa n.º 01/2024 - GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

b) Critérios de Aprovação: Conforme Instrução Normativa N.º 03/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024, nos seguintes termos:

- Obter frequência mínima de 75% (Setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina.

c) Classificação: Não se aplica.

4.11.8. Avaliação do curso e docentes: Realizada pelos alunos, através de processo e instrumentos próprios, construídos para esse fim, sob a responsabilidade da Seção de Apoio Pedagógico (SAP), do DGECE.



## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

4.12. Regime Disciplinar: Conforme Código de Ética e Disciplina da PMPA.

4.13. Desligamento: Conforme Art. 4º da Instrução Normativa n.º 5/2024 – GAB CMD, publicada no ADIT. BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

4.14. Logística: Serão disponibilizados os materiais abaixo relacionados.

MATERIAL	ÓRGÃO	QUANTIDADE
Taser X2	CPR VII	A cargo do DGA
	11º BPM	
	33º BPM	
	44º BPM	
	19ª CIPM	
	15ª CIPM	
	10ª CIPM	
Cartucho Azul (treinamento)	CPR VII	155
	11º BPM	
	33º BPM	
	44º BPM	
	19ª CIPM	
	15ª CIPM	
	10ª CIPM	
Cartucho Vermelho (manejo treinamento)	CPR VII	05
	11º BPM	
	33º BPM	
	44º BPM	
	19ª CIPM	
	15ª CIPM	
	10ª CIPM	
Alvo Híbrido Condutivo	CPR VII	01
	11º BPM	
	33º BPM	
	44º BPM	
	19ª CIPM	
	15ª CIPM	
	10ª CIPM	
Quadro de Alvo	CPR VII	01
	11º BPM	
	33º BPM	
	44º BPM	
	19ª CIPM	
	15ª CIPM	
	10ª CIPM	
Terno Modelo II	CPR VII	01
	11º BPM	
	33º BPM	
	44º BPM	
	19ª CIPM	
	15ª CIPM	
	10ª CIPM	

**5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

5.1. Custo com instrutores/monitores: Não haverá pagamento de hora-aula aos instrutores/professores, conforme art. 4º, § 7º, da Instrução Normativa n.º 6/2024 – GAB CMD, publicada no ADIT. BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

**6. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES**

6.1. Supervisão-Geral: Departamento-Geral de Educação e Cultura – DGEC.

6.2. Órgão Executor: CPR VII, 44º BPM, 33º BPM, 11º BPM e 10ª CIPM.

6.3. Coordenador-Geral: Comandante do CPR VII.

6.3.1. São atribuições do Coordenador-geral:

- Coordenar, controlar e fiscalizar a execução do presente planejamento, adotando as medidas necessárias para que não sofra solução de continuidade;
- Acompanhar diariamente o funcionamento das atividades acadêmicas e o progresso da ação formativa.

6.4. Coordenadores Administrativos: CAP BRITO

6.4.1. São atribuições do Coordenador administrativo:

- Adotar todas as providências necessárias para o bom andamento da ação formativa;
- Encaminhar ao CTPM as Atas de Conclusão da Capacitação, gradativamente ao CTPM, por meio de mídia editável e via PAE, até o segundo dia útil após a conclusão da ação formativa, para fins de conhecimento, controle, estatística e publicação em Boletim Geral;

6.5. Coordenador Executivo: CAP SOUTO JÚNIOR

6.5.1. São atribuições do Coordenador executivo:

- Cumprir e fazer cumprir o presente planejamento, adotando as medidas necessárias para o pleno êxito da Ação Formativa;
- Acompanhar todas as atividades acadêmicas;
- Comunicar de imediato, ao Coordenador-Geral, qualquer intercorrência que venha trazer prejuízo para o bom andamento da capacitação;
- Adotar medidas de prevenção, a fim de evitar e/ou mitigar acidentes/incidentes durante as instruções;
- Encaminhar ao Coordenador Administrativo o militar que porventura venham a ser desligado, a fim de que possa controlar e adotar as medidas administrativas pertinentes para o encaminhamento ao órgão responsável;
- Adotar as providências quanto ao controle de uso, devendo registrar o material entregue a cada policial.

**7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

7.1. A ação formativa é considerada ato de serviço, conforme Art. 56 da Resolução n.º 381/2024 – GAB CMDO/PMPA, da Diretriz-Geral de Educação da PMPA;

b) Não serão disponibilizadas passagens aéreas, diárias e/ou ajuda de custo para os militares envolvidos na ação formativa.

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

c) Cabe as OPM's controlar a relação nominal dos policiais militares que aptos para realizarem a capacitação e enviarem ao CPR VII.

d) Cabe as OPM's controlar a relação nominal dos policiais militares que estejam impedidos, por motivos diversos, de participarem da capacitação, além daqueles que porventura não a concluírem; a fim de providenciarem novo planejamento para que, em momento oportuno, todos sejam capacitados;

e) Os casos omissos na presente nota deverão ser deliberados junto ao Departamento-Geral de Educação e Cultura da PMPA.

Capanema, 9 de abril de 2025.

**MARIO ANDRE GOMES DE LIMA –CEL QOPM RG 16954**

Resp. pelo Comando doo CPR VII

Icoaraci, 11 de abril de 2025.

**SILVIO BENEDITO FERREIRA COSTA – TEN CEL QOPM RG 30334**

**CHEFE DA SEÇÃO DE ENSINO DO DGEC**

(Nota n.º 268 /2025 – SSFCOMP/SE/DGEC).

**APÊNDICE A  
PLANO DE ENSINO – PE**

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA							
DISCIPLINA:		O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR		C/H Total	10		
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA			Inicial		Continuada	x	Complementar
MODALIDADE		x	Presencial		Ead		Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO		CPR VII - Sede, 44º BPM, 33º BPM e 11º BPM					
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO:		1) 1º TEN PM GEORGE LUIZ DE LIMA BRAGA (44º BPM)					
OBJETIVO GERAL: Capacitar os discentes de conhecimentos, habilidades e atitudes para a utilização do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, em todas as suas variáveis, com eficiência, eficácia e efetividade dentro das técnicas e táticas Policiais Militares.							
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:							
. Conhecer o manejo adequado e aplicação do equipamento de incapacitação neuromuscular de acordo com as técnicas e táticas policiais conforme rege as legislações referentes ao uso diferenciado da força;							
. Habilitar os discentes para que possam operar com segurança no disparo do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, sem que haja um dano permanente no operador e demais pessoas.							
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO							
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO					RECURSOS DIDÁTICOS	
05/10	1 – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA. - Estudo do equipamento Taser X2; - Uso diferenciado da força.					Sala de aula climatizada Computador Data show	
10/10	2 – Prática - Disparo de cartucho tipo treina.						
AVALIAÇÃO							
	ESCRITA ( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( X ) MISTA			PRÁTICA: ( x ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS			
ESTRATÉGIAS DE ENSINO:							
( x ) – AULA EXPOSTIVA DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( x ) – SIMULAÇÃO ( ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO							
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS							
1) . Há previsão de aulas práticas nas quais serão utilizadas as tecnologias para disparos.							
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA							
BRASIL. Decreto-Lei nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024. Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar							

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm).  
BRASIL. Lei n.º 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. Brasília, DF: Poder Executivo, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13060.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13060.htm) Acesso em: 31 out. 2019.  
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial n.º 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelo Agentes de Segurança Pública. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.  
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871>. Acesso em: 02 jan. 2025.  
PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.  
PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.  
PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/cdigo\\_de\\_tica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/cdigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf).  
ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm>. Acesso em: 02 jan. 2025.  
EXÉRCITO BRASILEIRO. Caderno de Instrução de Tecnologias Menos Letal. Brasília, DF: Boletim do Exército, 2017. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

DESPACHO	
CAP RG 39195 JOSÉ CARLOS OLIVEIRA SOUTO JÚNIOR	1º TEN PM GEORGE LUIZ DE LIMA BRAGA (44º BPM)
<b>COORDENADOR-EXECUTIVO</b>	<b>INSTRUTORES DA DISCIPLINA</b>
CAP RG 39221 JOÃO HAILTON ARAUJO DE BRITO	
<b>COORDENADOR – ADMINISTRATIVO</b>	
CEL. RG 16954 MARIO ANDRÉ GOMES DE LIMA	
<b>COORDENADOR-GERAL</b>	

### **PROJETO PEDAGÓGICO FORMATIVO – PPF** **CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO** **NEUROMUSCULAR – TASER X2 – MÓDULO OPERADOR – CPR X**

#### **1. FINALIDADE**

Regular as atividades pedagógicas, atribuições e responsabilidades, referentes à presente ação formativa em Segurança Pública, a ser realizada pelos policiais militares do efetivo das Unidades do Comando de Policiamento Regional – X.

#### **2. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/legislacao/const/const.asp>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.001, de 21 de outubro de 1.969. Código Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.002 de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1002.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

## **ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.455 de 7 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9455.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ensino-e-pesquisa/matriz-curricular-nacional>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871>. Acesso em: 02 abr. 2025.

PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaatec48.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz- Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf>.

Acesso em: 02 abr. 2025.

PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/codigo\\_de\\_tica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf).

ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm>. Acesso em: 02 abr. 2025.

### **3. OBJETIVOS:**

#### **3.1 Geral:**

Capacitar os policiais militares no uso adequado e eficiente do dispositivo elétrico incapacitante TASER – Modelo X2, promovendo a compreensão de suas funções, para que seja utilizado de forma segura e ética como instrumento de menor potencial ofensivo, garantindo o uso diferenciado da força nas ações policiais e contribuindo para a redução de riscos à integridade física de envolvidos nas ocorrências, em conformidade com os princípios dos direitos humanos e as normas legais vigentes.

#### **3.2 Específicos:**

Promover o conhecimento técnico sobre o funcionamento do instrumento, incluindo suas características, modos de operação e condições ideais de uso, para garantir a eficácia e segurança no seu emprego nas ações policiais.

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

Desenvolver habilidades práticas nos policiais militares para o manuseio seguro do TASER – Modelo X2, com foco na aplicação correta do dispositivo em situações de risco, minimizando os danos físicos aos envolvidos

Discutir e aplicar os princípios legais e éticos relacionados ao uso diferenciado da força, com o emprego dos procedimentos operacionais padrão adotados na PMPA.

### 4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1 Carga horária: 10 horas-aula.

4.2 Nível de Ensino / Tipo de Formação/ Modalidade: Ensino Técnico-Profissional / Formação Complementar / Presencial.

4.3 Período de realização: De 28 de abril a 20 de maio de 2025.

4.4 Público-alvo: Oficiais e Praças, da ativa e convocados, do CPR X, quantificando um total de 411 (quatrocentos e onze) policiais militares, a participarem da referida capacitação, sendo atendidos com os seguintes quantitativos por OPM: Conforme tabela abaixo:

ORGANIZAÇÃO POLICIAL MILITAR		Quantidade de Policiais Militares a Serem Capacitados
CPR X	SEDE	24
	COR-CPR-X	08
	15º BPM	234
	46º BPM	86
	17ª CIPM	59
TOTAL		411 PPMM

4.5 Distribuição das turmas: Conforme tabela abaixo

UNIDADE	Nº DE TURMA	PERÍODO	QUANT. DE ALUNOS POR TURMA
CPR-X (SEDE), COR-CPR-X e 15º BPM-ITAUBA	1ª Turma	28 ABR	Média de 40 de alunos por turma
	2ª Turma	29 ABR	
	3ª Turma	30 ABR	
	4ª Turma	02 MAI	
	5ª Turma	05 MAI	
	6ª Turma	06 MAI	
	7ª Turma	07 MAI	
TOTAL DE 7 TURMAS – 266 PPMM			
UNIDADE	Nº DE TURMA	PERÍODO	QUANT. DE ALUNOS POR TURMA
46º BPM- NOVO PROGRESSO	1ª Turma	12 MAI	Média de 30 alunos por turma
	2ª Turma	13 MAI	
	3ª Turma	14 MAI	
TOTAL DE 03 TURMAS – 86 PPMM			
UNIDADE	Nº DE TURMA	PERÍODO	QUANT. DE ALUNOS POR TURMA
17ª CIPM- RURÓPOLIS	1ª Turma	19 MAI	Média de 30 de alunos por turma
	2ª Turma	20 MAI	
TOTAL DE 02 TURMAS – 59 PPMM			

4.6 Local: 15º BPM, 46º BPM e 17ª CIPM.

4.7 Efetivo previsto: 411.

4.8 Uniforme: 5º A2 – Uniforme de Instrução – Característico de cada OPM.

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

4.9 Equipamento de Proteção Individual – EPI: Cinto N/A, colete balístico, óculos e proteção.

4.10 Normas Gerais de Ensino

4.10.1 Desenho Curricular:

ÁREAS TEMÁTICAS	DISCIPLINAS		C/H
VIII – FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	01	Estudo do Equipamento Taser X2	05
	02	Uso diferenciado da força	05
CARGA HORÁRIA TOTAL			10h

4.10.2 Plano de ensino: Conforme Apêndice A.

4.10.3 Metodologia de Ensino:

As Ações Formativas na Corporação têm como referencial teórico-metodológico a Matriz Curricular Nacional para as ações formativas na área de segurança pública, a qual se fundamenta em uma abordagem por competência, sob a perspectiva andragógica.

Isto pressupõe o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para reflexão e discussão pelos docentes e discentes, nas práticas pedagógicas, considerando sobretudo a construção metodológica do conhecimento científico.

4.10.4 Técnicas de Ensino: Aulas expositivas/ dialogadas, prática simulada.

4.11 Avaliação da Aprendizagem, Critérios de Aprovação e Classificação:

4.11.1 Avaliação da Aprendizagem: Será aplicada a Avaliação Formativa (AF), do tipo vertical, por meio de instrumento de avaliação desenvolvido pelo instrutor, a fim de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, nos termos da Instrução Normativa n.º 01/2024 - GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

4.11.2 Critérios de Aprovação: Conforme Instrução Normativa N.º 03/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024, nos seguintes termos:

a) Obter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina.

4.11.3 Classificação: Não se aplica.

4.12 Regime Disciplinar e desligamento: Conforme art. 4º da Instrução Normativa n.º 005/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG n.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

4.13 Logística: Serão disponibilizados pelo DGA/ DAL/ AC, os materiais abaixo descritos, proporcionalmente ao efetivo da cada CPR:

MATERIAL	QUANTIDADE
Taser X2	107
Cartucho Azul (treinamento)	83
Cartucho Vermelho (manejo treinamento)	05
Alvo Híbrido Condutivo	01
Quadro de Alvo	01

## 5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

5.1 Custo com instrutores/ monitores: Não haverá pagamento de hora-aula aos instrutores, conforme art. 4º, § 7º, da Instrução Normativa nº 006/2024 – GAB CMD, publicada

## **ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

no Aditamento ao BG nº 240 II, de 27 DEZ 2024.

### **6. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES**

6.1 Supervisão-Geral: Departamento-Geral de Educação e Cultura – DGEC.

6.2 Órgão Responsável: Comando de Policiamento Regional X.

6.3 Coordenador-Geral: Subcomandante do CPR X.

6.3.1 São atribuições do Coordenador-geral:

Coordenar, controlar e fiscalizar a execução do presente planejamento, adotando as medidas necessárias para que não sofra solução de continuidade;

Acompanhar diariamente o funcionamento das atividades acadêmicas e o progresso da ação formativa.

6.4 Coordenador Administrativo: Comandantes do 15º BPM, 46º BPM e 17ª CIPM.

6.4.1 São atribuições do Coordenador administrativo:

Adotar todas as providências necessárias para o bom andamento da ação formativa;

Encaminhar ao CTPM a ata de conclusão da capacitação (somente uma ata para toda ação formativa), por meio de mídia editável e via PAE, até o segundo dia útil após a conclusão da capacitação, para fins de conhecimento, controle, estatística e publicação em Boletim Geral;

Coordenador Executivo: Subcomandantes do 15º BPM, 46º BPM e 17ª CIPM.

6.4.2 São atribuições do Coordenador executivo:

Cumprir e fazer cumprir o presente planejamento, adotando as medidas necessárias para o pleno êxito da Ação Formativa;

Acompanhar todas as atividades acadêmicas;

Comunicar de imediato, ao Coordenador-Geral, qualquer intercorrência que venha trazer prejuízo para o bom andamento da capacitação;

Adotar medidas de prevenção, a fim de evitar e/ou mitigar acidentes/incidentes durante as instruções;

Encaminhar ao Coordenador Administrativo o militar que porventura venha a ser desligado, a fim de que possa controlar e adotar as medidas administrativas pertinentes para o encaminhamento ao órgão responsável;

Adotar as providências quanto ao controle de uso, devendo registrar o material entregue a cada policial.

6.5 Instrutor: 1º TEN QOPM RG 32737 JAISON VASCONCELOS DOS SANTOS – De acordo com a Ata de Conclusão da Capacitação Técnica para o Uso do Equipamento de Incapacitação Neuromuscular – Taser X2 – Módulo Multiplicador, publicada no Aditamento ao BG N.º 44 II, de 6 de março de 2025, com 14 oficiais concluintes dos COInts do interior.

6.6 Auxiliares: A cargo da Coordenação.

### **7. LIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

7.1 Supervisão-Geral: (91) 98404-7352.

7.2 Coordenador - Geral:



**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

15º BPM: (91) 981392929.  
46º BPM: (93) 98114-8943 / (93) 98584-5149  
17ª CIPM: (93) 98413-3616

**8. PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

8.1 A ação formativa é considerada ato de serviço, conforme Art. 56 da Resolução n.º 381/2024 – GAB CMDO/PMPA, da Diretriz-Geral de Educação da PMPA;

8.2 Cabe às UNIDADES controlar a relação nominal dos policiais militares que estejam impedidos, por motivos diversos, de participarem da capacitação, além daqueles que porventura não a concluírem; a fim de providenciarem novo planejamento para que, em momento oportuno, todos sejam capacitados;

8.3 Os casos omissos na presente diretriz deverão ser deliberados junto ao Departamento-Geral de Educação e Cultura da PMPA.

8.4 Não serão disponibilizadas passagens aéreas, diárias e/ou ajuda de custo para os militares envolvidos na ação formativa.

Itaituba, 10 de abril de 2025.

**MÁRCIO ABUD BARBALHO** – CEL QOPM RG 24957  
Comandante do CPR X

Icoaraci, 11 de abril de 2025.

**SILVIO BENEDITO FERREIRA COSTA** – TEN CEL QOPM RG 30334  
Chefe da Seção de Ensino do DGEC

(Nota n.º 276/2025 – SSFCOMP/SE/DGEC).

**APÊNDICE A  
PLANO DE ENSINO – PE**

DISCIPLINA:		O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR		C/H TOTAL	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		INICIAL	CONTINUADA	X	COMPLEMENTAR
MODALIDADE	X	PRESENCIAL	EAD		HÍBRIDO
LOCAL DA INSTRUÇÃO					
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO:		1º TEN QOPM RG 32737 JAISON VASCONCELOS DOS			
OBJETIVO GERAL: Capacitar os discentes de conhecimentos, habilidades e atitudes para a utilização do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, em todas as suas variáveis, com eficiência, eficácia e efetividade dentro das técnicas e táticas Policiais Militares.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: · Conhecer o manejo adequado e aplicação do equipamento de incapacitação neuromuscular de acordo com as técnicas e táticas policiais conforme rege as legislações referentes ao uso diferenciado da força; · Habilitar os discentes para que possam operar com segurança no disparo do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, sem que haja um dano permanente no operador e demais pessoas.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO		RECURSOS DIDÁTICOS		
5h	1 – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA. - Estudo do equipamento Taser X2; - Uso diferenciado da força.		SALA DE AULA CLIMATIZADA COMPUTADOR DATA SHOW		

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

5h	2 – Prática - Disparo de cartucho tipo treina.	
AVALIAÇÃO		
ESCRITA( ) OBJETIVA( ) SUBJETIVA ( X ) MISTA		PRÁTICA: ( X )SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS
ESTRATÉGIAS DE ENSINO:		
( X ) – AULA EXPOSITIVA DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( X ) – SIMULAÇÃO ( ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS		
Há previsão de aulas práticas nas quais serão utilizadas as tecnologias para disparos.		
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BRASIL. Decreto-Lei nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024. Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm</a> .		
BRASIL. Lei n.º 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. Brasília, DF: Poder Executivo, 2014. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13060.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13060.htm</a> Acesso em: 31 out. 2019.		
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial n.º 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelo Agentes de Segurança Pública. Brasília,DF: Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <a href="https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf">https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf</a> . Acesso em: 31 out. 2019.		
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <a href="https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871">https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.		
PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <a href="http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf">http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.		
PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <a href="file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf">file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.		
PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: <a href="http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/cdigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf">http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/cdigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf</a> .		
ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <a href="https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm">https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.		
EXÉRCITO BRASILEIRO. Caderno de Instrução de Tecnologias Menos Letal. Brasília, DF: Boletim do Exército, 2017. Disponível em: <a href="http://bdexeb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf">http://bdexeb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf</a> . Acesso em: 31 out. 2019.		
DESPACHO		
COORDENADOR EXECUTIVO		1º TEN QOPM RG 32737 JAISON VASCONCELOS DOS INSTRUTOR DA DISCIPLINA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO		
Subcomandante do CPR X		
COORDENADORA-GERAL		

**PROJETO PEDAGÓGICO FORMATIVO Nº 01/2025-P3/CPR XII**  
**CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO**  
**NEUROMUSCULAR – TASER X2 – MODULO OPERADOR - CPR XII.**

**1. FINALIDADE**

Regular as atividades pedagógicas, atribuições, execuções e responsabilidades, referentes a presente ação formativa em Segurança Pública, a ser realizada pelos policiais militares do efetivo do Comando de Policiamento Regional - CPR XII – Marajó Ocidental.

**2. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/legislacao/const/const.asp>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.001, de 21 de outubro de 1.969. Código Penal Militar. Dis-

ponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.002 de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1002.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.455 de 07 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9455.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ensino-e-pesquisa/matriz-curricular-nacional>. Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871>. Acesso em: Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoParaateaEC48.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/cdigo\\_de\\_tica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/cdigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf).

ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm>. Acesso em: 02 jan. 2025.

### **3. OBJETIVOS:**

#### **3.1. Geral:**

Capacitar os policiais militares no uso adequado e eficiente do dispositivo elétrico incapacitante TASER – Modelo X2, promovendo a compreensão de suas funções, para que seja utilizado de forma segura e ética como instrumento de menor potencial ofensivo, garantindo o uso diferenciado da força nas ações policiais e contribuindo para a redução de riscos à integridade física de envolvidos nas ocorrências, em conformidade com os princípios dos direitos humanos e as normas legais vigentes.

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

### 3.2. Específicos:

3.2.1. Promover o conhecimento técnico sobre o funcionamento do instrumento, incluindo suas características, modos de operação e condições ideais de uso, para garantir a eficácia e segurança no seu emprego nas ações policiais.

3.2.2. Desenvolver habilidades práticas nos policiais militares para o manuseio seguro do TASER – Modelo X2, com foco na aplicação correta do dispositivo em situações de risco, minimizando os danos físicos aos envolvidos

3.2.3. Discutir e aplicar os princípios legais e éticos relacionados ao uso diferenciado da força, com o emprego dos procedimentos operacionais padrão adotados na PMPA.

### 4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

4.1. Carga horária: 10 horas-aula.

4.2. Nível de Ensino / Tipo de Formação/ Modalidade: Ensino Técnico-Profissional / Formação Complementar / Presencial.

4.3. Período de realização: 28 de abril a 13 de maio de 2025.

4.4. Público-alvo: Oficiais e Praças da ativa da PMPA.

4.5. Turmas, datas e efetivo do CPR XII:

TURMA	DATA	OPM/EFETIVO				TOTAL
		CPR XII	9º BPM	22ª CIPM	32ª CIPM	
I	28 ABR	06	26	—	—	32
II	29 ABR	06	26	—	—	32
III	30 ABR	06	26	—	—	32
IV	05 MAIO	—	24	12	—	36
V	06 MAIO	—	22	12	—	34
VI	07 MAIO	—	22	12	—	34
VII	12 MAIO	—	—	—	16	16
VIII	13 MAIO	—	—	—	16	16
TOTAL		18	146	36	32	232

Obs. 1. Cabe ao Comandante do 9º BPM definir as escalas e controlar o efetivo, conforme distribuição constante no item 4.5 do presente projeto, remetendo, gradativamente, ao CPR XII, a ata de conclusão da capacitação, via PAE, e em mídia editável ao e-mail: [cpr12.breves@gmail.com](mailto:cpr12.breves@gmail.com).

4.6.2 Quantitativo: 232 (duzentos e trinta e dois) policiais militares.

4.6.3 Locais das instruções:

N.º	ÓRGÃO	LOCAL
01	CPR XII	Sala de instrução do 9º BPM – Breves Faculdade Madre Teresa/Centro de Treinamento “Força Ápice”
02	9º BPM	
03	22ª CIPM	
04	32ª CIPM	

4.7. Uniforme: 5º A2 – Uniforme de Instrução – Característico de cada OPM

4.8. Equipamento de Proteção Individual – EPI: Cinto N/A, colete balístico, óculos de proteção.

4.9. Normas Gerais de Ensino:

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

### 4.9.1. Matriz Curricular:

ÁREAS TEMÁTICAS	DISCIPLINAS		C.H.
VIII Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.	01	Estudo do Equipamento Taser X2	05 h
	02	Uso diferenciado da força	05 h
TOTAL DA CARGA HORÁRIA			10 h/a

### 4.9.2. Planos de Ensino: A cargo da coordenação

### 4.9.3. Quadro de Instrutores:

ORD	COINT/ TURMA	INSTRUTORES
01	CPR XII	TEN CEL QOPM RG 29185 PAUL SHAFT DA COSTA LOPES – CPR XII 1º SGT QPMP-0 RG 27388 JOSOEL BRANDÃO DE SOUSA – 9º BPM
02	9º BPM	
03	22ª CIPM	
04	32ª CIPM	

### 4.9.4. Metodologia de Ensino:

As Ações Formativas na Corporação têm como referencial teórico-metodológico a Matriz Curricular Nacional para as ações formativas na área de segurança pública, a qual se fundamenta em uma abordagem por competência, sob a perspectiva andragógica.

Isto pressupõe o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para reflexão e discussão pelos docentes e discentes, nas práticas pedagógicas, considerando sobretudo a construção metodológica do conhecimento científico.

#### 4.11.6. Técnicas de Ensino: Aulas Expositivas/Dialogadas, Prática Simulada.

#### 4.11.7. Avaliação da Aprendizagem, Critérios de Aprovação e Classificação:

a) Avaliação da Aprendizagem: Será aplicada a Avaliação Formativa (AF), do tipo vertical, por meio de instrumento de avaliação desenvolvido pelo instrutor, a fim de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, nos termos da Instrução Normativa n.º 01/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 DEZ 2024.

b) Critérios de Aprovação: Conforme Instrução Normativa N.º 3/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 DEZ 2024, nos seguintes termos:

- Obter frequência mínima de 75% (Setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina.

c) Classificação: Não se aplica.

4.11.8. Avaliação do curso e docentes: Realizada pelos alunos, através de processo e instrumentos próprios, construídos para esse fim, sob a responsabilidade da Seção de Apoio Pedagógico (SAP), do DGECE.

#### 4.12. Regime Disciplinar: Conforme Código de Ética e Disciplina da PMPA.

4.13. Desligamento: Conforme art. 4º da Instrução Normativa n.º 5/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

4.14. Logística: Serão disponibilizados os materiais abaixo relacionados.

## **ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

<b>MATERIAL</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Taser X2	CPR XII	A cargo do DGA
Cartucho Azul (treinamento)	CPR XII	47
Cartucho Vermelho (manejo treinamento)	CPR XII	05
Alvo Híbrido Condutivo	CPR XII	01
Quadro de Alvo	CPR XII	01
Terno Modelo II	CPR XII	01

### **5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

5.1. Custo com instrutores/monitores: Não haverá pagamento de hora-aula aos instrutores/professores, conforme art. 4º, § 7º, da Instrução Normativa n.º 6/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

### **6. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES**

6.1. Supervisão-Geral: Departamento-Geral de Educação e Cultura – DGEC.

6.2. Órgão Executor: Comando de Policiamento Regional – CPR XII.

6.3. Coordenador-Geral: Subcomandante do CPR XII – TEN CEL QOPM LUCIANO MORAIS FERREIRA.

6.3.1. São atribuições do Coordenador-geral:

- Coordenar, controlar e fiscalizar a execução do presente planejamento, adotando as medidas necessárias para que não sofra solução de continuidade;
- Acompanhar diariamente o funcionamento das atividades acadêmicas e o progresso da ação formativa.

6.4. Coordenadores Administrativos: P3 do 9º BPM e CPR XII.

6.4.1. São atribuições do Coordenador administrativo:

- Adotar todas as providências necessárias para o bom andamento da ação formativa;
- O P3 do 9º BPM deverá encaminhar ao CPR XII a Ata de Conclusão da Capacitação, por meio de mídia editável e via PAE, até o segundo dia útil após a conclusão da ação formativa, para fins de conhecimento, controle, estatística e encaminhamento ao CTPM para publicação em Boletim Geral;

6.5. Coordenadores Executivos: P4 do 9º BPM e CPR XII.

6.5.1. São atribuições do Coordenador executivo:

- Cumprir e fazer cumprir o presente planejamento, adotando as medidas necessárias para o pleno êxito da Ação Formativa;
- Acompanhar todas as atividades acadêmicas;
- Comunicar de imediato, ao Coordenador-Geral, qualquer intercorrência que venha trazer prejuízo para o bom andamento da capacitação;
- Adotar medidas de prevenção, a fim de evitar e/ou mitigar acidentes/incidentes durante as instruções;
- Encaminhar ao Coordenador Administrativo o militar que porventura venham a ser desligado, a fim de que possa controlar e adotar as medidas administrativas pertinentes para

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

o encaminhamento ao órgão responsável;  
– Adotar as providências quanto ao controle de uso, devendo registrar o material entregue a cada policial.

**7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

- a) A ação formativa é considerada ATO DE SERVIÇO, conforme Art. 56 da Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA, da Diretriz-Geral de Educação da PMPA;
- b) Cabe ao P1 do 9º BPM providenciar as escalas, conforme distribuição constante no item 4.5 do presente projeto;
- c) Cabe as unidades subordinadas controlar a relação nominal dos policiais militares que estejam impedidos, por motivos diversos, de participarem da capacitação, além daqueles que porventura não a concluírem; a fim de providenciarem novo planejamento para que, em momento oportuno, todos sejam capacitados;
- d) Os instrutores devem ser, obrigatoriamente, habilitados ao uso do EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR – TASER X2 ficando a cargo do Comandante do COINT a sua indicação;
- e) Não serão disponibilizadas passagens aéreas, diárias e/ou ajuda de custo para os militares envolvidos na ação formativa.
- f) Os casos omissos na presente nota deverão ser deliberados junto ao Departamento-Geral de Educação e Cultura da PMPA.

Breves, 10 de abril de 2025.

**LUCIANO MORAIS FERREIRA** – TEN CEL QOPM RG 21125  
Comandante do CPR XII – Marajó Ocidental

Quartel em Icoaraci, 9 de abril de 2025.

**SILVIO BENEDITO FERREIRA COSTA** – TEN CEL QOPM RG 30334  
Chefe da Seção de Ensino do DGEC

(Nota n.º 278/2025 – SSFCOMP/SE/DGEC).

**APÊNDICE A  
PLANO DE ENSINO – PE**

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA						
DISCIPLINA:	O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR				C/H TOTAL	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		INICIAL		CONTINUADA	X	COMPLEMENTAR
MODALIDADE	X	PRESENCIAL		EAD		HÍBRIDO
LOCAL DA INSTRUÇÃO	Sala de instrução do 9º BPM e Faculdade Madre Teresa/Centro de Treinamento "Força Apice"					
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO:	TEN CEL QOPM RG 29185 PAUL SHAFT DA COSTA LOPES - CPR XII 1º SGT QPMP-0 RG 27388 JOSUEL BRANDÃO DE SOUSA - 9º BPM					
OBJETIVO GERAL: Capacitar os discentes de conhecimentos, habilidades e atitudes para a utilização do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, em todas as suas variáveis, com eficiência, eficácia e efetividade dentro das técnicas e táticas Policiais Militares.						

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- . Conhecer o manejo adequado e aplicação do equipamento de incapacitação neuromuscular de acordo com as técnicas e táticas policiais conforme rege as legislações referentes ao uso diferenciado da força;
- . Habilitar os discentes para que possam operar com segurança no disparo do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, sem que haja um dano permanente no operador e demais pessoas.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

C/H	CONTEÚDO MINISTRADO	RECURSOS DIDÁTICOS
5h	1 – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA. - Estudo do equipamento Taser X2; - Uso diferenciado da força.	SALA DE AULA CLIMATIZADA COMPUTADOR DATA SHOW
5h	2 – Prática - Disparo de cartucho tipo treina.	

### AValiação

ESCRITA( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( X ) MISTA	PRÁTICA: ( X ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS
---	---

### ESTRATÉGIAS DE ENSINO:

( X ) – AULA EXPOSITIVA DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( X ) – SIMULAÇÃO ( ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO

### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

. Há previsão de aulas praticas nas quais serão utilizadas as tecnologias para disparos.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Decreto-Lei nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024. Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm).

BRASIL. Lei n.º 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. Brasília, DF: Poder Executivo, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113060.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113060.htm). Acesso em: 31 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial n.º 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelo Agentes de Segurança Pública. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/codigo\\_de\\_tica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf).

ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm>. Acesso em: 02 jan. 2025.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Caderno de Instrução de Tecnologias Menos Letal. Brasília, DF: Boletim do Exército, 2017. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

### DESPACHO

P4 do 9º BPM e CPR XII	CONFORME ITEM 4.9.3 DO PPF
COORDENADOR EXECUTIVO	INSTRUTOR DA DISCIPLINA
P3 do 9º BPM e CPR XII	
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	
Comandante do CPR XII - TEN CEL QOPM LUCIANO MORAIS FERREIRA.	
COORDENADOR-GERAL	

## **PROJETO PEDAGÓGICO FORMATIVO Nº 2/2025 – CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR – TASER X2 – MÓDULO OPERADOR- CPR XIV.**

### 1. FINALIDADE:



Regular as atividades pedagógicas, atribuições e responsabilidades, referentes à presente ação formativa em Segurança Pública, a ser realizada pelos policiais militares do efetivo das Unidades Subordinadas do Comando de Policiamento Regional XIV – CPR XIV.

### **2. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/legislacao/const/const.asp>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1.969. Código Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.002 de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1002.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.455 de 07 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9455.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ensino-e-pesquisa/matriz-curricular-nacional>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871>. Acesso em: 02 abr. 2025.

PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoParaateaEC48.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/codigo\\_de\\_tica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf).

ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm>. Acesso em: 02 abr. 2025.

### **3. OBJETIVOS:**

#### **3.1. Geral:**

Capacitar os policiais militares das unidades subordinadas ao Comando de Policiamento Regional XIV no uso adequado e eficiente do dispositivo elétrico incapacitante TASER – Modelo X2, promovendo a compreensão de suas funções, para que seja utilizado de forma segura e ética como instrumento de menor potencial ofensivo, garantindo o uso diferenciado da força nas ações policiais e contribuindo para a redução de riscos à integridade física de envolvidos nas ocorrências, em conformidade com os princípios dos direitos humanos e as normas legais vigentes.

#### **3.2. Específicos:**

3.2.1. Promover o conhecimento técnico sobre o funcionamento do instrumento, incluindo suas características, modos de operação e condições ideais de uso, para garantir a eficácia e segurança no seu emprego nas ações policiais.

3.2.2. Desenvolver habilidades práticas nos policiais militares para o manuseio seguro do TASER – Modelo X2, com foco na aplicação correta do dispositivo em situações de risco, minimizando os danos físicos aos envolvidos

3.2.3. Discutir e aplicar os princípios legais e éticos relacionados ao uso diferenciado da força, com o emprego dos procedimentos operacionais padrão adotados na PMPA.

### **4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

4.1. Carga horária: 10 horas-aula.

4.2. Nível de Ensino / Tipo de Formação/ Modalidade: Ensino Técnico-Profissional / Formação Complementar / Presencial.

4.3. Período de realização: De 14 de abril a 30 de maio de 2025.

4.4. Público-alvo: Oficiais e Praças da Ativa do Comando de Policiamento Regional XIV e unidades subordinadas.

4.5. Local: Estrutura física do 23º BPM, podendo ser utilizada outras áreas de acordo com a necessidade das instruções.

4.6. Efetivo previsto: 332 Policiais Militares Oficiais e Praças do CPR XIV – Sede, 23º BPM e 25ª CIPM.

4.7. Quantidade de turmas: 10 turmas.

4.8. Uniforme: 5º A2 – Uniforme de Instrução – Característico de cada OPM

4.9. Equipamento de Proteção Individual – EPI: Cinto NA, colete balístico, óculos de proteção.

4.10. Normas Gerais de Ensino

4.10.1. Desenho Curricular:

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

ÁREAS TEMÁTICAS	DISCIPLINAS		C/H
VIII – FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	01	Estudo do Equipamento Taser X2	05
	02	Uso diferenciado da força	05
CARGA HORÁRIA TOTAL			10h

### 4.10.2. Metodologia de Ensino:

As Ações Formativas na Corporação têm como referencial teórico-metodológico a Matriz Curricular Nacional para as ações formativas na área de segurança pública, a qual se fundamenta em uma abordagem por competência, sob a perspectiva andragógica.

Isto pressupõe o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para reflexão e discussão pelos docentes e discentes, nas praxis pedagógicas, considerando sobretudo a construção metodológica do conhecimento científico.

### 4.10.3. Técnicas de Ensino: Aulas expositivas/dialogadas, prática simulada.

### 4.11. Avaliação da Aprendizagem, Critérios de Aprovação e Classificação:

4.11.1. Avaliação da Aprendizagem: Será aplicada a Avaliação Formativa (AF), do tipo vertical, por meio de instrumento de avaliação desenvolvido pelo instrutor, a fim de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, nos termos da Instrução Normativa n.º 01/2024 - GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

4.11.2. Critérios de Aprovação: Conforme Instrução Normativa N.º 03/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024, nos seguintes termos:

a) Obter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina.

### 4.11.3. Classificação: Não se aplica.

4.12. Regime Disciplinar e desligamento: Conforme art. 4º da Instrução Normativa n.º 5/2024 – GAB CMD, publicada no ADIT. BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

4.13. Logística: Serão disponibilizados pelo DGA/ DAL/ AC, os materiais abaixo descritos, proporcionalmente ao efetivo do CPR XIV e unidades subordinadas:

MATERIAL	QUANTIDADE
Taser X2	A CARGO DO DGA
Cartucho Azul (treinamento)	01 cartucho para cada 05 (cinco) discente, totalizando 65 cartuchos
Cartucho Vermelho (manejo treinamento)	65 cartuchos para o CPR XIV
Alvo Híbrido Condutivo	01 alvo para o CPR XIV
Quadro de Alvo	01 alvo para o CPR XIV

## 5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

5.1. Custo com instrutores/ monitores: Não haverá pagamento de hora-aula aos instrutores, conforme art. 4º, § 7º, da Instrução Normativa n.º 6/2024 – GAB CMD, publicada no ADIT.BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

## 6. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

6.1. Supervisão-Geral: Departamento-Geral de Educação e Cultura – DGEC.

6.2. Órgãos Responsáveis: CPR XIV.

6.3. Coordenador-Geral: CEL QOPM GLEDSON, Comandante do CPR XIV.

6.3.1. São atribuições do Coordenador-geral:

- Coordenar, controlar e fiscalizar a execução do presente planejamento, adotando as medidas necessárias para que não sofra solução de continuidade;
- Acompanhar diariamente o funcionamento das atividades acadêmicas e o progresso da ação formativa.

6.4. Coordenador Administrativo: TEN CEL QOPM DANIEL BRITO, Subcomandante do CPR XIV.

6.4.1. São atribuições do Coordenador administrativo:

- Adotar todas as providências necessárias para o bom andamento da ação formativa;
- Encaminhar ao DGEC/SSFCOMP. a ata de conclusão da capacitação (somente uma ata para toda ação formativa), por meio de mídia editável e via PAE, até o segundo dia útil após a conclusão da capacitação, para fins de conhecimento, controle, estatística e publicação em Boletim Geral;

6.5. Coordenador Executivo: CAP QOPM GUIMARÃES.

6.5.1. São atribuições do Coordenador executivo:

- Cumprir e fazer cumprir o presente planejamento, adotando as medidas necessárias para o pleno êxito da Ação Formativa;
- Acompanhar todas as atividades acadêmicas;
- Comunicar de imediato, ao Coordenador-Geral, qualquer intercorrência que venha trazer prejuízo para o bom andamento da capacitação;
- Adotar medidas de prevenção, a fim de evitar e/ou mitigar acidentes/incidentes durante as instruções;
- Encaminhar ao Coordenador Administrativo o militar que porventura venha a ser desligado, a fim de que possa controlar e adotar as medidas administrativas pertinentes para o encaminhamento ao órgão responsável;
- Adotar as providências quanto ao controle de uso, devendo registrar o material entregue a cada policial.

6.6. Instrutores: 2º TEN QOPM MIRANDA;

- De acordo com a Ata de Conclusão da Capacitação Técnica para o Uso do Equipamento de Incapacitação Neuromuscular – Taser X2 – Módulo Multiplicador, publicada no Aditamento ao BG N.º 44 II, de 6 MAR 2025.

## **7. LIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

7.1. Supervisão-Geral: (91) 98404-7352.

7.2. Coordenador-Geral: CEL QOPM GLEDSON – (94) 98428-2245.

7.3. Coordenador Administrativo: TEN CEL QOPM DANIEL BRITO – (91) 98831-1098.

7.4. Coordenador Executivo: CAP QOPM GUIMARÃES - (94) 99161-6485.

**8. PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

8.1. A ação formativa é considerada ato de serviço, conforme Art. 56 da Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA, da Diretriz-Geral de Educação da PMPA;

8.2. Fica estipulado o prazo de 54 (cinquenta e quatro) dias para a execução da ação formativa pelos órgãos responsáveis a contar da data de publicação deste PPF, de acordo com o período constante no item 4.3 do presente projeto;

8.3. Cabe ao Comandante do CPR XIV controlar a relação nominal dos policiais militares que estejam impedidos, por motivos diversos, de participarem da capacitação, além daqueles que porventura não a concluírem; a fim de providenciarem novo planejamento para que, em momento oportuno, todos sejam capacitados;

8.4. Não serão disponibilizadas passagens aéreas, diárias e/ou ajuda de custo para os militares envolvidos na ação formativa.

8.5. Os casos omissos na presente Projeto Pedagógico Formativo - PPF deverão ser deliberados junto ao Departamento-Geral de Educação e Cultura da PMPA.

Parauapebas, 9 de abril de 2025.

**GLEDSON MELO DOS SANTOS – CEL QOPM RG 27298**

Comandante do CPR XIV

Icoaraci, 9 de abril de 2025.

**SILVIO BENEDITO FERREIRA COSTA – TEN CEL QOPM RG 30334**

Chefe da Seção de Ensino do DGEC

(Nota n.º 265/2025 – SSFCOMP/SE/DGEC).

**APÊNDICE A  
PLANO DE ENSINO – PE**

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA						
DISCIPLINA:	O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR			C/H TOTAL	10	
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		INICIAL		CONTINUADA	X	COMPLEMENTAR
MODALIDADE	X	PRESENCIAL		EAD		HÍBRIDO
LOCAL DA INSTRUÇÃO	AUDITORIO DO 23º BPM - PARAUAPEBAS					
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO:	2º TEN QOPM RG 44514 JOHNATAS LOAMI MIRANDA NUNES					
<b>OBJETIVO GERAL:</b> Capacitar os discentes de conhecimentos, habilidades e atitudes para a utilização do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, em todas as suas variáveis, com eficiência, eficácia e efetividade dentro das técnicas e táticas Policiais Militares.						
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b> - Conhecer o manejo adequado e aplicação do equipamento de incapacitação neuromuscular de acordo com as técnicas e táticas policiais conforme rege as legislações referentes ao uso diferenciado da força; - Habilitar os discentes para que possam operar com segurança no disparo do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, sem que haja um dano permanente no operador e demais pessoas.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS		
5h	1 – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA. - Estudo do equipamento Taser X2; - Uso diferenciado da força.			SALA DE AULA CLIMATIZADA COMPUTADOR DATA SHOW		

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

5h	2 – Prática - Disparo de cartucho tipo treina.	
<b>AVALIAÇÃO</b>		
ESCRITA( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( X ) MISTA		PRÁTICA: ( X ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO:</b>		
( X ) – AULA EXPOSITIVA DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( X ) – SIMULAÇÃO ( ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO		
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>		
Há previsão de aulas práticas nas quais serão utilizadas as tecnologias para disparos.		
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>		
BRASIL. Decreto-Lei nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024. Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03//_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm">https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03//_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm</a> .		
BRASIL. Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. Brasília, DF: Poder Executivo, 2014. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13060.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13060.htm</a> Acesso em: 31 out. 2019.		
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelo Agentes de Segurança Pública. Brasília,DF: Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <a href="https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf">https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf</a> . Acesso em: 31 out. 2019.		
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <a href="https://dspace.mj.gov.br/handle/113871">https://dspace.mj.gov.br/handle/113871</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.		
PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <a href="http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf">http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.		
PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <a href="file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf">file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.		
PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: <a href="http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_etica_e_disciplina_da_pmpa.pdf">http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_etica_e_disciplina_da_pmpa.pdf</a> .		
ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <a href="https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm">https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.		
EXÉRCITO BRASILEIRO. Caderno de Instrução de Tecnologias Menos Letal. Brasília, DF: Boletim do Exército, 2017. Disponível em: <a href="http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf">http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf</a> . Acesso em: 31 out. 2019.		
<b>DESPACHO</b>		
RAFAEL DOS ANJOS GUIMARÃES - CAP QOPM RG 36330		JOHNATAS LOAMI MIRANDA NUNES - 2º TEN QOPM RG 44514
<b>COORDENADOR EXECUTIVO</b>		<b>INSTRUTOR DA DISCIPLINA</b>
DANIEL MIRANDA BRITO - TEN CEL QOPM RG 26301		
<b>COORDENADOR ADMINISTRATIVO</b>		
GLEDSON MELO DOS SANTOS - CEL QOPM RG 27298		
<b>COORDENADORA-GERAL</b>		

**PROJETO PEDAGÓGICO FORMATIVO - PPF**

O CHEFE DO DEPARTAMENTO GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA PMPA, no uso das suas atribuições legais, considerando a realização da CAPACITAÇÃO BÁSICA EM CONDUÇÃO DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA, exclusivo para Policiais e Bombeiros Militares pertencentes ao efetivo do Gabinete Militar do TCE, RESOLVE TORNAR PÚBLICO o PROJETO PEDAGÓGICO DE AÇÃO FORMATIVA DE CAPACITAÇÃO BÁSICA EM CONDUÇÃO DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA com as seguintes informações abaixo:

**PROJETO PEDAGÓGICO DE AÇÃO FORMATIVA DE CAPACITAÇÃO BÁSICA EM CONDUÇÃO DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA**

## **ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

### **1. FINALIDADE**

Capacitar os agentes de segurança pública do Gabinete Militar em competências técnico-profissionais voltadas para habilidades treinadas em CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA, visando o aprimoramento contínuo das atividades de segurança institucional.

### **2. REFERÊNCIA**

ÁVILA, Tiago José. Apostila de fundamentos do tiro. E-book, 2022.

BASSALO, Fabrício Silva; MELLO, César Maurício de Abreu. Análise da vitimização de policiais militares por homicídio, latrocínio e confronto: Pará, 2017.

BECK, U. Sociedade do Risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: editora 34, 2011.

PARÁ. Polícia Militar. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/codigo\\_de\\_etica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_etica_e_disciplina_da_pmpa.pdf).

PARÁ. Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará. Projeto pedagógico do I curso de direção tática CMG. Belém, PA. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm).

PARÁ. Polícia Militar do Estado do Pará. Aditamento III ao BG n.º 200 – 25 OUT 2024. Manual de Moto Patrulhamento Águia. Belém, 2024.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Capacitar os militares do Gabinete Militar do Tribunal de Contas do Estado do Pará, quanto as técnicas de condução veicular, utilizando técnicas e táticas de direção ofensiva e defensiva, em condições regulares e emergenciais.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICO:**

- a) Conhecer diversas Técnicas de condução de Veículos;
- b) Utilizar o veículo em manobras (EVASIVA E DEFENSIVA);
- c) Conhecer e aplicar conhecimentos de embarque, desembarque, e transição de escolta motorizada para escolta a pé.

### **4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

4.1 CARGA HORÁRIA TOTAL: 12h/a.

4.2 TIPO/MODALIDADE: Presencial.

4.3 PERÍODO DE REALIZAÇÃO:

DATA	DESCRIÇÃO	VAGAS
14/4/2025	TURMA	26

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

4.4 PÚBLICO-ALVO: Policiais e Bombeiros Militares pertencentes ao efetivo do Gabinete Militar do TCE.

4.5 UNIFORME: Prontidão

4.6 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL: N/A

4.7 NORMAS DE GERAIS DE ENSINO:

4.7.1 MATRIZ CURRICULAR: A capacitação segue as diretrizes da Matriz Curricular Nacional, para as ações formativas na área de segurança pública:

ÁREAS TEMÁTICAS	ORD.	DISCIPLINAS	C.H.
Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	01	BÁSICO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA	12 h/a
TOTAL			12 h/a

4.7.2 PLANOS DE AULA: Conforme Anexo 01

4.7.3 QUADRO DE TRABALHO SEMANAL (QTS) – QTS:

TURMA I - 14 DE ABRIL DE 2025	
CONTEÚDO	EQUIPE DE INSTRUTORES
Noções de Legislação de Trânsito	TC RR PM José João de Azevedo Corrêa CAP PM Jonathan Wesley Castro de Sousa 1ºTEN PM Bruno Ferreira Mazzé 2º SGT PM José Nilson Pinheiro Ribeiro 3º SGT PM Marcelo Ozório do Rosário 3 SGT PM Marcelo da Silva Vasconcelos 3º SGT PM Bruno de Almeida Farias 3º SGT PM Erick Enrico Coelho da Silva 3º SGT PM Tiago Navarro da Silva CB PM Renato Pina Almeida
Noções de Mecânica	
Técnicas de Direção	
Mecânica aplicada	
Técnicas de curvas	
Noções de Técnicas de Frenagens	
Noções de Técnicas de Comboio e Escolta	
Direção Evasiva	
Noções de Mecânica / Teórica	
Técnicas de Direção / Teórica	
Mecânica aplicada	
Técnicas de curvas	

**Prática Simulada.**

4.7.4 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM, CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO: Será de acordo com RESOLUÇÃO N.º 381/2024 – GAB CMDO/PMPA, da Diretriz-Geral de Educação da PMPA.

AVALIAÇÃO PRÁTICA			
ORD.	DISCIPLINA	QUANTIDADE	INSTRUMENTO
1	BÁSICO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA	1 AVALIAÇÃO DE CONTROLE	SÚMULA

4.7.5 AVALIAÇÃO DOS DISCENTES: Será aplicada a Avaliação Formativa (AF), do tipo vertical, por meio de instrumento de avaliação desenvolvido pelo instrutor

4.7.6 Critérios de Aprovação e Classificação:

4.7.7 REGIME DISCIPLINAR: Conforme Código de Ética e Disciplina da PMPA.

**OBS:** O uso de equipamento de proteção individual é obrigatório, a não observância poderá acarretar sanções ao instruendo.



**5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

5.1 CUSTO COM INSTRUTORES/MONITORES: Custo com instrutores/monitores: Não haverá pagamento de hora-aula aos instrutores/professores, conforme Art. 4º, § 7º, da Instrução Normativa n.º 006/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

5.2 CUSTO COM COMBUSTÍVEL: A CARGO DO GM TCE

5.2.1 QUANTITATIVO: 03(três pertencentes a frota do GM TCE).

5.2.2 ARMAMENTO: CARACTERÍSTICO DA OPM

5.3 CUSTO DIVERSOS: fita zebreada, pranchetas, canetas esferográficas, Flip chart, caneta tipo pilot em 3 cores, papel A4 (A CARGO DO GAB MILITAR).

5.4 LOCAL: MANGUEIRÃO (Área Externa Lado A)

5.5 CUSTO TOTAL DA CAPACITAÇÃO: SEM CUSTOS PARA PMPA

5.6 CUSTO POR ALUNO: não se aplica.

**6. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES**

6.1 Supervisão-geral: TEN CEL CHRISTINE

6.2 Órgão executor: Gabinete Militar do TCE PA

6.3 Coordenação: MAJ KHISTIAN

6.7. INSTRUTORES/MONITORES:

**7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS:**

7.1 Ligação e Comunicação:

7.1.1 Coordenador-Geral:

7.1.2 Coordenador Administrativo-executivo:

7.1.3 Coordenador Executivo:

7.2 Atribuições diversas:

7.2.1 ação formativa é ato de serviço, portanto sujeito as prescrições das legislações vigentes na PMPA.

7.2.2 Em caso de necessidade o Hospital Regional Metropolitano de Belém deve ser avisado do plano de evacuação médica de emergência indicado por ocasião de necessidade de atendimento, como hospital de retaguarda;

7.2.3 Os casos omissos serão dirimidos pela Coordenação Geral.

Belém, 9 de abril de 2025.

**CHRISTINE DE OLIVEIRA PINHEIRO – TEN CEL QOPM RG 31136**

CHEFE DO GABINETE MILITAR TCE/PA

Icoaraci, 11 de abril de 2025.

**SILVIO BENEDITO FERREIRA COSTA – TEN CEL QOPM RG 30334**

Chefe da Seção de Ensino do DGE

**ANEXO  
PLANO DE AULA**

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>CAPACITAÇÃO BÁSICA EM CONDUÇÃO DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA</b>			<b>C/H Total</b>	12 h/a
<b>TIPO DE AÇÃO FORMATIVA</b>		Inicial	x	Continuada	
<b>MODALIDADE</b>	x	Presencial		EAD	Completar
<b>LOCAL DA INSTRUÇÃO</b>	MANGUEIRÃO				
<b>INSTRUTOR / EQUIPE</b>	TC RR PM José João de Azevedo Corrêa CAP PM Jonathan Wesley Castro de Sousa 1º TEN PM Bruno Ferreira Mazzê 2º SGT PM José Nilson Pinheiro Ribeiro 3º SGT PM Marcelo Ozório do Rosário 3º SGT PM Marcelo da Silva Vasconcelos 3º SGT PM Bruno de Almeida Farias 3º SGT PM Erick Enrico Coelho da Silva 3º SGT PM Tiago Navarro da Silva CB PM Renato Pina Almeida				
<b>OBJETIVO GERAL:</b> Capacitar os Agentes de Segurança, quanto as técnicas de condução veicular, utilizando técnicas e táticas de direção ofensiva e defensiva, em condições regulares e emergenciais.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b> Capacitar os Agentes de segurança para:					
a) Conhecer e dominar diversas Técnicas de condução de Veículos; b) Utilizar o veículo em manobras (EVASIVA E DEFENSIVA); c) Conhecer técnicas e táticas de tiro embarcado; d) Entender o funcionamento dos diversos tipos de motores e as tecnologias embarcadas, em veículos automotores; e) Conhecer e aplicar conhecimentos de embarque, desembarque, e transição de escolta motorizada para escolta a pé.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS	
02H/A	1 – Técnicas de Direção			Veículos 4 rodas Cones Data Show	
02H/A	2 – Mecânica aplicada			Veículos 4 rodas Cones Data Show	
02H/A	3 – Técnica de frenagem, curvas escoltas e manobras evasivas			Veículos 4 rodas Cones Data Show	
AVALIAÇÃO					
<b>ESCRITA ( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( )</b> <b>MISTA (X)</b>			<b>PRÁTICA: ( ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO (X)</b> <b>OUTROS</b>		
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO:</b>					
(x) – AULA EXPOSITIVA DIALOGADA (x) ESTUDO DE CASO (x) – SIMULAÇÃO (X ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO					
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS					
Condução em pista de baixa/média/alta velocidade com 1, 2 e 3 veículos; Técnicas simuladas de direção em condições adversas as regulares de trafegabilidade de direções previstas no CTB (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO). Prática realizada em pista com ambiente controlado, livre de tráfego regular do Município; Técnicas de frenagem, fuga e evasão; Técnicas de escolta em comboio em dois e três veículos; Técnica de embarque e desembarque de veículos com escolta à pé.					
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA					
CARVALHO, Paulo Roberto de Lima. Condução de veículos de emergência por policiais. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 4076, 29 ago. 2014. Disponível em: < <a href="https://jus.com.br/artigos/31405">https://jus.com.br/artigos/31405</a> >. Acesso em: 02/05/2018. FAVERO, A.O. A capacitação do agente público e a condução de veículos de emergência. Repositório universitário da ânima. Disponível em: <a href="https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/12136">https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/12136</a> . São Paulo, SP. 2017. Acesso em: 10/04/2019. PARÁ.Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará. Nota de instrução 005/2018. Belém, PA. 2018 PARÁ.Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará. Projeto pedagógico do I curso de direção tática CMG. Belém, PA. 2017					

KEIR, H. Close Protection Tactical Aide-Memoire: For bodyguards on the move. 5 ed. San Bernardino, CALIFORNIA. 2015  
Polícia Militar. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/cdigo\\_de\\_tica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/cdigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf).

**PROJETO PEDAGÓGICO FORMATIVO – “CAPACITAÇÃO OPERACIONAL PARA O APERFEIÇOAMENTO POLICIAL DO COMANDO DE POLICIAMENTO REGIONAL X / COAP - CPR X/ 2025”.**

**1. FINALIDADE**

Regular as atividades pedagógicas, atribuições, execução e responsabilidades, referente à ação formativa para a capacitação Operacional para o Aperfeiçoamento Policial (COAP), dos policiais militares pertencentes ao Comando de Policiamento Regional-X.

**2. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 8 abr. 2025.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Rio de Janeiro, 1940.

BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei n.º 9.455, de 7 de abril de 1997. Lei da Tortura. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03x/leis/l9455.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.455%2C%20DE%207](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03x/leis/l9455.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.455%2C%20DE%207). Acesso em: 8 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Curso de Gerenciamento de Incidente Crítico – Apostila. Diretoria de Ensino e Pesquisa. SEGEN - MJSP, 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança. Brasília, 2009.

CONDOR S.A. Indústria Química. Fichas Técnicas Dos Produtos. Ed. Janeiro 2019. Empresa Certificada: ISO 14001 | ISO 9001. Disponível em: <[www.condornaletal.com.br](http://www.condornaletal.com.br)>. Acesso em: 8 abr. 2025.

CUBA. Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (PBUFAF). Havana, 1990.

GIRALDI, Nilson. Método Giraldi. Disponível em: <[www.esmp.sp.gov.br/eventos/passados/giraldi\\_oqueeometodo.doc](http://www.esmp.sp.gov.br/eventos/passados/giraldi_oqueeometodo.doc)>. Acesso em: 8 abr. 2025.

FRANÇA. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948.

FONSECA, Carlos Alexsandro Gomes da. Gerenciamento de Crises: análise do caso “agente prisional é mantido refém por detentos em presídio de Capanema”, ano 2019. Artigo de Conclusão de Especialização/Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO/PMPA). UEPA/IESP. Marituba/PA, 2019.

LAMPERT, Renato. Enfrentamento de Situações Críticas: Aspectos Importantes a Serem Observados. 2007. 66 p. Monografia apresentada como cumprimento de requisito parcial para conclusão do Curso de Especialização em Segurança Pública, a distância.

LUCCA, Diógenes. O Negociador. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

MONTEIRO, Roberto das Chagas. Manual de Gerenciamento de Crises. Ministério da Justiça. Academia Nacional de Polícia. 7ª Edição. Departamento de Polícia Federal. Brasília/DF, 2004.

MORAES JÚNIOR, Martim Cabelreira de. Violência contra Policiais. Unidade nº 56. Porto Alegre/RS, out./dez. 2003.

MUNIZ, Jacqueline; SOARES, Bárbara Mussumeci. Mapeamento da Vitimização de Policiais no Rio de Janeiro. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 1998.

NETO, João da Cunha. Balística para Profissionais do Direito. São Paulo: Clube de Autores, 2020.

PALHETA JÚNIOR, J. de J.; SOUSA, M. M. de; BASSALO, F. S. Teoria Social Cognitiva: Autoeficácia em conexão com especificidades de treinamento operacional do Batalhão de Polícia de Choque na Polícia Militar do Pará. In: Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Segurança Pública, 2023, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UFSC, 2023. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/ensui/sicti/schedConf/presentations>. Acesso em: 8 abr. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Lei nº 6.833, de 13 de fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/codigo\\_de\\_tica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf). Acesso em: 8 abr. 2025.

PARÁ. Constituição do Estado do Pará. Disponível em: <http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaatec48.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Manual de Gerenciamento de Crises da PMPA. 1ª Ed. Belém/PA, 2023.

PARÁ. Polícia Militar. Manual de Policiamento Ostensivo Geral (POG) – Vol. 1. 1ª Ed. Belém/PA, 2024.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT>.

%20BG%20N%2040%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf. Acesso em: 2 jan. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 377/2024 – GAB CMD/PMPA. Regulamentação da Capacitação Operacional para o Aperfeiçoamento Policial (COAP). Aditamento ao Boletim Geral nº 238, de 23 dez. 2024. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/bg-e-adit/category/1948-dezembro.html>. Acesso em: 8 abr. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 204/12 – CONSEP – Regulamenta o uso da força pelos agentes de segurança pública do estado do Pará, em acompanhamento das diretrizes estabelecidas na Portaria Interministerial nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010, do Governo Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/consep.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/consep.htm). Acesso em: 8 abr. 2025.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivo Geral:**

Habilitar e instruir os policiais militares quanto ao domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes pertinentes a regras de segurança, manuseio, emprego e manejo adequado de equipamentos e armamentos institucionais utilizando-se de técnicas capazes de serem empregadas, seja de serviço ou de folga, com o devido amparo legal.

#### **3.2. Objetivos Específicos**

3.2.1 Capacitar os Policiais Militares sobre a preservação da vida e os direitos humanos, abordando o uso diferenciado, progressivo e seletivo da força, para prevenir crimes e excessos durante o serviço;

3.2.2 Aprimorar a conduta técnica dos policiais em abordagens e em cenários de risco, através de treinamento prático e análise de casos reais, visando uma reação eficiente e técnica frente a situações adversas;

3.2.3 Habilitar e atualizar o efetivo do Comando de Policiamento Regional-X, garantindo a formação técnica em manejo de armamentos quanto a montagem/desmontagem em 1º escalão, manejo, manutenção e técnicas de tiro utilizando o armamento portátil Carabina CTT.40 e o armamento de porte pistola Beretta APX cal. 40.

### **4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

4.1. Carga horária: 50h.

4.2. Nível de Ensino/Tipo de Formação/ Modalidade de Ensino: Ensino Técnico-Profissional/ Formação Complementar/ Presencial.

4.3. Período de realização: De 05 de maio a 28 de novembro de 2025.

4.4. Distribuição das turmas: Conforme tabela abaixo

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

UNIDADE	Nº DE TURMA	PERÍODO	Nº DE ALUNOS POR TURMA
CPR-X, COR-CPR-X e 15º BPM- ITAÍTUBA	1ª Turma	05 a 09 MAI	25 alunos
	2ª Turma	26 a 30 MAI	
	3ª Turma	09 a 13 JUN	
	4ª Turma	23 a 27 JUN	
	5ª Turma	07 a 11 JUL	
	6ª Turma	21 a 25 JUL	
	7ª Turma	04 a 08 AGO	
	8ª Turma	25 a 29 AGO	
	9ª Turma	08 a 12 SET	
	10ª Turma	22 a 26 SET	
	11ª Turma	13 a 17 OUT	
	12ª Turma	27 a 31 OUT	
	13ª Turma	24 a 28 NOV	17 alunos
TOTAL DE 13 TURMAS – 317 PPMM			
UNIDADE	Nº DE TURMA	PERÍODO	Nº DE ALUNOS POR TURMA
46º BPM- NOVO PROGRESSO	1ª Turma	12 a 16 MAI	16 alunos
	2ª Turma	09 a 13 JUN	
	3ª Turma	14 a 18 JUL	
	4ª Turma	11 a 15 AGO	
	5ª Turma	08 a 12 SET	
	6ª Turma	13 a 17 OUT	
TOTAL DE 06 TURMAS – 96 PPMM			
UNIDADE	Nº DE TURMA	PERÍODO	Nº DE ALUNOS POR TURMA
17ª CIPM- RURÓPOLIS	1ª Turma	21 a 25 JUL	15 alunos
	2ª Turma	04 a 08 AGO	
	3ª Turma	18 a 22 SET	
	4ª Turma	01 a 05 SET	17 alunos
TOTAL DE 04 TURMAS – 62 PPMM			

4.5. Público-alvo: Oficiais e Praças, da ativa e convocados, do CPR X, totalizando 475 (quatrocentos e setenta e cinco) policiais militares, que participarão da capacitação continuada. A distribuição dos participantes será feita conforme os seguintes quantitativos por OPM, conforme tabela abaixo:

ORGANIZAÇÃO POLICIAL MILITAR		Nº DE PMs A SEREM CAPACITADOS
CPR X	SEDE	27
	COR-CPR-X	08
	15º BPM	282
	46º BPM	96
	17ª CIPM	62
TOTAL		475 PPMM

**4.6. LOCAL/ESTRUTURA FÍSICA**

4.6.1. Instrução Teórica e Prática: No auditório e no pátio externo do 15º BPM em Itaituba/PA, no Auditório da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo Neves do 46º BPM em Novo Progresso/PA e na base da 17ª CIPM em Rurópolis/PA, podendo ser utilizadas outras áreas, a critério da Coordenação ou ainda, de acordo com a necessidade das instruções.

4.6.2 Instruções de Armamento e tiro: As instruções do 15º BPM serão realizadas no C.T.D.A - Clube De Tiro Desportivo De Itaituba; As do 46º BPM no Clube De Tiro E Caça Jamanxim – CTCJ em Novo Progresso; e 17ª CIPM na Piçarreira do Oreste em Rurópolis.

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

4.7. Uniforme: 5º A2 (Uniforme de Instrução), previsto no RUPM, e traje civil para os dias da instrução prática de Comportamento de Autoproteção.

4.8. Equipamento de Proteção Individual – EPI: Colete balístico, cinto N/A, coldre, e o que mais for pertinente, de acordo com a orientação da coordenação da capacitação.

4.9. Efetivo Total Previsto: 475 (quatrocentos e setenta e cinco) policiais militares divididos em 23 turmas, conforme tabela demonstrada no item 4.4.

4.10. Composição das Turmas: Conforme escala a ser providenciada pelo P1 da unidade.

4.11. Normas Gerais de Ensino: As ações formativas na Corporação seguem as diretrizes da Matriz Curricular Nacional para as ações formativas na área de segurança pública.

### 4.11.1. Matriz Curricular:

EIXOS		DISCIPLINA	C.H
I- CONHECIMENTO JURÍDICO	01	Noções de Direitos Humanos	5h/a
II- VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	02	Relações Interpessoais	5h/a
III- MODALIDADE DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS	03	Noções de Gerenciamento de Crises e Intervenção	10h/a
IV- FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	04	Policciamento Ostensivo Geral (POG)	10h/a
	05	Armamento, Munição, e Tiro Policial	10h/a
	06	Comportamento de Auto Proteção (Teoria e Prática)	10h/a
CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS			50 H/A

### 4.12. Instrutores: Conforme tabela abaixo:

QUADRO 01 INSTRUTORES DO CPR-X, COR-CPR-X e 15º BPM		
DISCIPLINA	INSTRUTOR	TURMA EM QUE ESTARÁ MINISTRANDO
Noções de Direitos Humanos	2º TEN PM SULIVAN	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13
Relações Interpessoais	2º TEN PM UCHÔA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13
Policciamento Ostensivo Geral (POG)	1º TEN PM JAISON	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13
Noções de Gerenciamento de Crises e Intervenção	1º TEN PM JAISON	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13
Armamento, Munição e Tiro Policial	2º TEN PM JHONNY	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13
Comportamento de Auto Proteção (Teoria e Prática)	2º TEN PM UCHÔA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13
QUADRO 2 INSTRUTORES DO 46º BPM		
DISCIPLINA	INSTRUTOR	TURMA EM QUE ESTARÁ MINISTRANDO
Noções de Direitos Humanos	3º SGT PM F. ALVES	1 e 4
	3º SGT PM SERRA	2 e 5
	SD PM GUEDES	3 e 6
Relações Interpessoais	SD PM EVELYN	1 e 4
	SD PM ANDERSON	2 e 5
	SD PM SUZANA	3 e 6
Policciamento Ostensivo Geral (POG)	1º TEN PM MARTINS PIRES	1 e 4
	3º SGT PM EDSON	2 e 5
	SD PM LUÍS	3 e 6

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

Noções de Gerenciamento de Crises e Intervenção	1º TEN PM RANIERY	1 e 4
	2º TEN PM CLÁUDIO	2 e 5
	SUB TEN PM VALDSON	3 e 6
Armamento, Munição e Tiro Policial	CAP PM GARCIA	1, 2, 3, 4, 5 e 6
Comportamento de Auto Proteção (Teoria e Prática)	2º TEN PM OLIVEIRA	1, 3 e 5
	2º TEN PM MACÊDO	2, 4 e 6
<b>QUADRO 03 INSTRUTORES DA 17ª CIPM</b>		
<b>DISCIPLINA</b>	<b>INSTRUTOR</b>	<b>TURMA EM QUE ESTARÁ MINISTRANDO</b>
Noções de Direitos Humanos	1º TEN PM PIMENTEL	1, 2, 3 e 4
Relações Interpessoais	3º SGT PM BARBOSA	1, 2, 3 e 4
Policimento Ostensivo Geral (POG)	3º SGT PM TAPAJÓS	1, 2, 3 e 4
Noções de Gerenciamento de Crises e Intervenção	2º TEN PM EWERTON	1, 2, 3 e 4
Armamento, Munição e Tiro Policial	2º TEN PM REÇA	1, 2, 3 e 4
Comportamento de Auto Proteção (Teoria e Prática)	MAJ PM VIEIRA	1, 2, 3 e 4

### 4.12.1. Plano de ensino: Apêndice A.

### 4.12.2. Quadro de Trabalho Semanal – QTS: Conforme tabela abaixo:

Horário	1º Dia (segunda-feira)	2º Dia (terça-feira)	3º Dia (quarta-feira)	4º Dia (quinta-feira)	5º Dia (sexta-feira)
8h às 10h	Noções de Direitos Humanos	Policimento Ostensivo Geral (POG)	Noções de Gerenciamento de Crises e Intervenção	Comportamento de Auto proteção (teoria)	Armamento, Munição e Tiro Policial
Intervalo (15 min)					
10h15 às 12h	Noções de Direitos Humanos	Policimento Ostensivo Geral (POG)	Noções de Gerenciamento de Crises e Intervenção	Comportamento de Auto Proteção (teoria)	Armamento, Munição e Tiro Policial
ALMOÇO (12h às 14h)					
14h às 16h	Relações Interpessoais	Policimento Ostensivo Geral (POG)	Noções de Gerenciamento de Crises e Intervenção	Comportamento de Auto Proteção (prática)	Armamento, Munição e Tiro Policial
Intervalo (15 min)					
16h15 às 18h	Relações Interpessoais	Policimento Ostensivo Geral (POG)	Noções de Gerenciamento de Crises e Intervenção	Comportamento de Auto Proteção (prática)	Armamento, Munição e Tiro Policial

4.12.2.1. Metodologia de Ensino: As ações formativas em Segurança Pública, fundamenta-se em uma abordagem por competência, o que pressupõem o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para reflexão e discussão pelos docentes e discentes, na prática pedagógica.

4.12.3. Técnicas de Ensino: Aulas expositivas dialogadas/Prática Simulada.

4.12.4. Avaliação da Aprendizagem e Critérios de Aprovação:

4.12.4.1. Quanto ao Tipo: Vertical.

4.12.4.2. Quanto à Modalidade: Avaliação Somativa (AS).

4.12.4.3. Quanto aos Instrumentos: Súmula de avaliação (prática).

- A súmula de avaliação conterà os procedimentos operacionais pertinentes a instrução de armamento e tiro, a qual será aplicada pelo instrutor aos policiais militares não



**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

habilitados ao uso do referido armamento e que exigirá a necessidade de aproveitamento mínimo de 60%. Aos já habilitados, conforme publicado no Art. 14 da Resolução n.º 377/2024, também haverá a necessidade de se alcançar o mesmo aproveitamento.

4.12.5. Critérios de Aprovação e Classificação:

a) Critérios de aprovação: Conforme Instrução Normativa nº 003/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024:

- Obter frequência mínima 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina.

- Obter nota igual ou superior a 6,00 (seis), para a disciplina de armamento munição e tiro.

b) Classificação: Não se aplica.

4.8. Regime Disciplinar: Conforme Código de Ética e Disciplina da PMPA.

4.9. Desligamento: Conforme art. 4º da Instrução Normativa n.º 5/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

**5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

5.1. Custo com instrutores/monitores: Não haverá pagamento de hora-aula aos instrutores/professores, conforme art. 4º, § 7º, da Instrução Normativa n.º 6/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

5.2. Custo com discente: Não haverá custo com pagamento de diária para alunos.

5.3. Custo com Munição: A cargo do CPR X e DGA.

MUNIÇÃO						
ORD.	DESCRIÇÃO	Nº DE ALUNOS	QUANT/POR ALUNO	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	TOTAL
01	Munição cal .40	475	20	9.500	6,12	R\$ 58.140,00
02	Munição cal 5,56		10	4.750	5,40	R\$ 25.650,00
CUSTO TOTAL						R\$ 83.790,00

5.3.1. Custo geral do curso: R\$ 83.790,00 (oitenta e três mil e setecentos e noventa reais).

5.3.2. Custo por aluno: R\$ 176,40 (cento e setenta e seis reais e quarenta centavos) por aluno.

5.3.3 Todas as munições de calibre.40, assim como 2.951 munições de calibre 5,56, ficarão a cargo do CPR X, enquanto que 1.799 munições de calibre 5,56 ficarão a cargo do DGA.

**6. COMPETÊNCIA E RESPONSABILIDADES**

6.1. Supervisão-Geral: Departamento-Geral de Educação e Cultura – DGEC.

6.2. Órgão Responsável: Comando de Policiamento Regional X

6.3. Órgão Executor: Comando de Policiamento Regional X

6.4. Coordenador-Geral: Subcomandante do CPR X

6.4.1. São atribuições do Coordenador-geral:

- Coordenar, controlar e fiscalizar a execução do presente planejamento, adotando as medidas necessárias para que não sofra solução de continuidade;

- Acompanhar diariamente o funcionamento das atividades acadêmicas e o progresso da ação formativa.

6.5. Coordenador Administrativo: Chefe do P1 do CPR-X

6.5.1. São atribuições do Coordenador administrativo:

- Adotar todas as providências necessárias para o bom andamento da ação formativa;

- Cabe ao coordenador administrativo controlar o efetivo para o bom andamento da capacitação;

- Providenciar junto ao Grupamento Bombeiro Militar de Itaituba e de Novo Progresso e a Unidade de Saúde de Rurópolis, equipe médica, com apoio de ambulância, para todas as instruções em que haja risco à integridade física da discente, equipe de instrutor e coordenação.

- Divulgar semanalmente o QTS das instruções de cada Turma e providenciar a divulgação de cada QTS semanal ao corpo discente;

- Informar aos Comandantes, dos policiais militares a eles subordinados, os casos de faltas a fim de que as medidas pertinentes sejam adotadas;

- Realizar o controle semanal do efetivo que participou de cada Turma, prestando contas frequentemente com a Coordenação Geral, a fim de que todo o efetivo previsto em ser contemplado com a COAP venha a ser alcançado em sua totalidade;

- Encaminhar ao DGECC a Ata de Conclusão da capacitação, por meio de mídia editável para o e-mail [ssfcompdggcc@gmail.com](mailto:ssfcompdggcc@gmail.com), e via PAE, no primeiro dia útil após a conclusão da ação formativa, para fins de conhecimento, controle, estatística e publicação em Boletim Geral.

- Providenciar a devolução dos estojos usados na instrução de armamento e tiro junto a Seção de Armamento e Munição (SAME), do Almoxarifado Central.

6.6. Coordenador Executivo: Subcomandantes do 15º BPM, 46º BPM e 17ª CIPM

6.6.1. São atribuições do Coordenador executivo:

- Cumprir e fazer cumprir o presente planejamento, adotando as medidas necessárias para o pleno êxito da Ação Formativa;

- Acompanhar todas as atividades acadêmicas;

- Comunicar de imediato, ao Coordenador-Geral, qualquer intercorrência que venha trazer prejuízo para o bom andamento da capacitação;

- Adotar medidas de prevenção, a fim de evitar e/ou mitigar acidentes/incidentes durante as instruções;

- Encaminhar ao Coordenador Administrativo o militar que porventura venham a ser desligado, a fim de que possa controlar e adotar as medidas administrativas pertinentes para o encaminhamento ao órgão responsável.

- Coordenar, controlar e fiscalizar o uso de munição e armamentos durante as instruções, em conjunto com o instrutor da disciplina;

- Agir preventivamente a fim de evitar e/ou mitigar acidentes, incidentes e imprevistos.

6.7. Oficial de Segurança: Comandante da 1ª CIME/CME

6.7.1. São atribuições do Oficial de Segurança:

- Acompanhar, controlar e fiscalizar o fiel cumprimento da ação formativa, sempre com a premissa de minimizar e/ou controlar os eventuais riscos inerentes às instruções;

- Intervir nas instruções sempre que estas estiverem em discordância com o planejamento, ou ainda, quando os requisitos mínimos de segurança não estiverem presentes, reportando o fato, imediatamente, ao Comandante do CPR X, sendo posteriormente encaminhado Relatório Circunstanciado a este Departamento, para conhecimento e providências.

6.8. Instrutores: Conforme Item 4.12

6.8.1. São atribuições dos instrutores:

- Cumprir e fazer cumprir as ordens emanadas pela Coordenação, adotando as medidas no seu âmbito de responsabilidade, para o pleno êxito da Ação Formativa;

- Auxiliar o Coordenador Executivo, quanto ao cumprimento do QTS;

- Informar de imediato ao escalão superior qualquer ato que atente contra a segurança de qualquer um dos envolvidos no processo;

- Enviar, ao término de suas instruções, ao Coordenador Administrativo ou Coordenador Executivo o relatório de sua instrução, a fim de que possam ser tomadas as providências pertinentes.

## **7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

7.1. Ligação e Comunicação:

7.1.1. Supervisão Geral: (94) 98428-2245

7.1.2. Coordenador Administrativo: (91) 99625-0496

7.1.3. Coordenador Executivo:

15º BPM: (91) 99262-1070.

46º BPM: (93) 98401-7253.

17ª CIPM: (31) 99237-1885

7.2. Atribuições diversas:

7.2.1. A ação formativa é considerada ATO DE SERVIÇO;

7.2.2. Em caso de necessidade o Hospital Regional do Tapajós, ficará definido por ocasião de um possível atendimento, como hospital de retaguarda;

7.2.3. Os instrutores de tiro policial devem, obrigatoriamente, possuir o Curso de Instrutor de Tiro da PMPA -CITPMPA;

7.2.4. Os casos omissos serão dirimidos pelo do Chefe do DGEC junto ao Comandante do CPR X.

Itaituba, 8 de abril de 2025.

**MARCIO ABUD BARBALHO – CEL QOPM RG 24957**

Comandante do CPR X

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

Icoaraci, 11 de abril de 2025.

**SILVIO BENEDITO FERREIRA COSTA – TEN CEL RG 30334**

Chefe da Seção de Ensino do DGEC

(Nota n.º 266/2025 – SSFCOMP/SE/DGEC).

**APÊNDICE A  
PLANO DE ENSINO – PE**

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA						
<b>DISCIPLINA:</b>	Noções de Direitos Humanos, Relações interpessoais				<b>C/H Total</b>	10H/A
<b>TIPO DE AÇÃO FORMATIVA</b>		Inicial	X	Continuada		Complementar
<b>MODALIDADE</b>	X	Presencial		EAD		Híbrido
<b>LOCAL DA INSTRUÇÃO</b>	Na base do 15º BPM, 46º BPM no Auditório Da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo Neves e 17º CIPM					
<b>INSTRUTORES:</b>	2º TEN QOPM UCHÔA / 2º TEN QOPM SULIVAN, 3ºSGT PM F. ALVES, 3ºSGT PM SERRA, SD PM GUEDES, SD PM EVELYN, SD PM ANDERSON, SD PM SUZANA, 1º TEN PM PIMENTEL, 3º SGT PM BARBOSA					
<b>OBJETIVO GERAL:</b> Rememorar o policial à promoção, a garantia e a proteção dos direitos humanos, o respeito aos direitos fundamentais e a garantia da cidadania e da dignidade da pessoa humana a partir da reflexão e análise dos problemas reais que se enfrentam na segurança pública.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<b>C/H</b>	<b>CONTEÚDO MINISTRADO</b>					<b>RECURSOS DIDÁTICOS</b>
10h	<ul style="list-style-type: none"><li>- O que são os Direitos Humanos, sua descrição, evolução e características;</li><li>- O papel da segurança pública no Brasil;</li><li>- Direitos humanos e direitos fundamentais aplicados nas ações dos profissionais de segurança pública;</li><li>- Violação dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais;</li><li>- Direitos e Obrigações dos profissionais que atuam na Segurança Pública e o Uso Legítimo da Força.</li><li>- Aplicabilidade dos Direitos Humanos pelos Profissionais de Segurança Pública</li><li>- Relações interpessoais e as conexões e interações que se estabelecem entre duas ou mais pessoas.</li></ul>					Sala de aula climatizada; Computador e Data show
AVALIAÇÃO						
<b>ESCRITA</b> ( ) Objetiva ( ) Subjetiva ( ) Mista	x		<b>PRÁTICA</b> ( ) Súmula de Avaliação (X) Outros			
ESTRATÉGIAS DE ENSINO:						
(x)Aula Expositiva Dialogada (x)Estudo de Caso ( )Simulação (x)Estudo Dirigido ( )Seminário						
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS						
As atividades serão realizadas todas em salas de aula, sem que haja esforço físico, em razão da disciplina ser de caráter exclusivamente teórica.						
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA						
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm</a> . MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Curso Direitos Humanos, casos práticos nas ações de Segurança Pública – Apostila. Diretoria de Ensino e Pesquisa. SEGEN - MJSP. 2022. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Curso Uso Diferenciado da Força – Apostila. Diretoria de Ensino e Pesquisa. SEGEN - MJSP. 2022. MAZZUOLI, Valério de O. Curso de direitos humanos. Rio de Janeiro: Forense, 2019.						

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

BALESTREI, Ricardo Brisolla. <b>Direitos Humanos Coisa de Polícia</b> . Rio Grande do Sul: Capec, 2005. ROVER, Cees de. <b>Servir e proteger: direitos humanos e direito Internacional humanitário para Forças Policiais e de Segurança</b> . 2 ed [revisada por BIENERT, Anja]. Brasília: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2017.	
<b>DESPACHO</b>	
CAP PM RG 38886 AUGUSTO <b>GARCIA VIANA</b>	1º TEN QOPM JAISON / 2º TEN QOPM UCHÔA / 2º TEN QOPM SULIVAN, 3ºSGT PM F. ALVES, 3ºSGT PM SERRA, SD PM GUEDES, 1º TEN PM PIMENTEL, 3º SGT PM BARBOSA
<b>COORDENADOR-EXECUTIVO</b>	<b>INSTRUTORES DA DISCIPLINA</b>
MAJ QOPM RG 35484 <b>HARLEY MONTEIRO DOS SANTOS</b>	
<b>COORDENADOR – ADMINISTRATIVO</b>	
MAJ PM RG 37980 <b>RENATO DA SILVA RODRIGUES</b>	
<b>COORDENADOR-GERAL</b>	

### PLANO DE ENSINO – PE

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA						
DISCIPLINA:	Técnicas de abordagens				C/H Total	10H/A
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial	x	Continuada		Complementar
MODALIDADE	x	Presencial		EAD		Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	Na base do 15º BPM, 46º BPM no Auditório Da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo Neves e 17ª CIPM.					
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO:	1º TEN PM JAISON, 1º TEN PM MARTINS PIRES, 3ºSGT PM EDSON, SD PM LUÍS, 3º SGT PM TAPAJÓS					
OBJETIVO GERAL: Capacitar e especializar os Policiais Militares quanto aos Procedimentos Operacionais Padrão e legislação em vigor na PMPA e no ordenamento jurídico Brasileiro.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
a) Analisar a Legislação e Procedimentos Operacionais vigentes na instituição;						
b) Capacitar o Policial militar quanto a revista em residências, vielas e espaços confinados;						
c) Treinar avanços e entradas em espaços confinados;						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO				RECURSOS DIDÁTICOS	
05h	1 – Apresentação da disciplina. - Debate acerca de pontos da Legalidade da Busca domiciliar; - Debate acerca do Poder de Polícia, art. 78 do Código Tributário Nacional; - Debater e analisar os riscos de entrada em espaços desconhecidos e confinados.				Data show/ Som/Sala climatizada.	
10h	2 - Explanação Teórica e Prática dos tipos de entrada em ambiente confinado; 3 - Demonstração Teórica e Prática de técnicas de aplicação das técnicas de entrada e saída em ambientes confinados. 4- Demonstração Teórica e Prática dos tipos de deslocamentos e conduta com o armamento.				Data Show Som Sala climatizada. 02 Cômodos 02 VTRS PMPA	
AVALIAÇÃO						
	ESCRITA ( x ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA			PRÁTICA: ( ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( x ) OUTROS		
ESTRATÉGIAS DE ENSINO:						
( x ) – AULA EXPOSITIVA DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO (x) – SIMULAÇÃO (x) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO						

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
2)	Explanção em sala de aula da importância de se aplicar a técnica na entrada em espaços confinados;
3)	Explanção em sala de aula dos riscos de entrada em espaços confinados;
4)	Explanção em sala de aula do aspecto legal das ações executadas.
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	
Constituição Federal/1988 – Art.1º, inciso III, art. 5º, incisos III, XXXIX, XLIX, LXI, LXIII, LXIV, art. 144, §5º; Decreto-Lei nº 3.689/1941 (Código de Processo Penal) – Arts. 244, 284, 292 e 293; Lei Complementar nº 053/2006 (Lei de Organização Básica da PMPA) – Art.4º, inciso I; Diretriz Geral para Emprego Operacional da PMPA nº 001/2014 DGO/PMPA – item 6.4.6.	
DESPACHO	
CAP PM RG 38886 AUGUSTO GARCIA VIANA	1º TEN PM JAISON, 1º TEN PM MARTINS PIRES, 3ºSGT PM EDSON, SD PM LUÍS, 3º SGT PM TAPAJÓS
COORDENADOR-EXECUTIVO	INSTRUTORES DA DISCIPLINA
MAJ QOPM RG 35484 HARLEY MONTEIRO DOS SANTOS	
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO	
MAJ PM RG 37980 RENATO DA SILVA RODRIGUES	
COORDENADOR-GERAL	

**PLANO DE ENSINO – PE**

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA:	Noções de gerenciamento de crise e intervenção			C/H Total	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA	Inicial	X	Continuada		Complementar
MODALIDADE	Presencial		EAD		Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	Auditório do 23º BPM. Na base do 15º BPM, 46º BPM no Auditório Da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo Neves e 17ª CIPM.				
INSTRUTORES:	1º TEN PM JAISON, 1ºTEN PM RANIERY, 2ºTEN PM CLÁUDIO, SUB TEN PM VALDSON				
<b>OBJETIVO GERAL:</b> Preparar o policial militar para atuar como primeiro interventor em diversas modalidades de crises, adotando um conjunto de ações e técnicas iniciais diante de ocorrências críticas que possa vir a se deparar durante o policiamento serviço operacional, instrumentalizando, desta forma, os procedimentos técnicos e específicos que lhe cabem para serem empregados em ocorrências complexas.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b> a) Identificar, aplicar os procedimentos de primeira intervenção em crise, aplicando os protocolos doutrinários e evitando que um incidente crítico potencialize. b) Habilitar os instrutores a adotarem as medidas de segurança necessárias, se o caso diz respeito ao critério definido como ocorrência crítica, ou migrar para isso, ainda que em suas mais diversas modalidades.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
C/H			RECURSOS DIDÁTICOS		
05/10	Apresentação do POP da PMPA de primeira intervenção em crise;		Sala de aula climatizada; Computador e Data show		
	Conceitos fundamentais de Crise e de Primeira Intervenção;				
	Passos iniciais da primeira intervenção em crise, a primeira intervenção na atual conjuntura e a "Teoria do Resultado";				
	Normas sobre a primeira intervenção;				

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

	Tipologias de Causadores de Eventos Críticos (CEC) e suas possíveis Motivações;	
	Procedimentos finais do primeiro interventor;	
10/10	Exercícios com Simulações de 01 (um) Incidente Crítico, como forma prática de aferir os conhecimentos ministrados.	
<b>AValiação</b>		
	<b>ESCRITA</b> ( ) Objetiva ( ) Subjetiva ( ) Mista	<b>PRÁTICA</b> ( ) Súmula de Avaliação (X) Outros
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO:</b>		
(x)Aula Expositiva Dialogada (x)Estudo de Caso ( x )Simulação (x)Estudo Dirigido (x)Seminário		
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>		
As atividades serão, inicialmente, realizadas em salas de aula, havendo também exercícios práticos em outros espaços para que os instruídos possam assimilar os conteúdos ministrados em sala.		
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>		
BRASIL. <b>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988</b> . POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. <b>Procedimento Operacional Padrão 009.001</b> . POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. <b>Diretriz Geral para emprego operacional</b> . Departamento Geral de Operações nº001/2014, item 5.3. SILVA, Marco Antonio. <b>Primeira Intervenção em Crises Policiais</b> . Polícia Militar do Paraná. 3ª edição. Paraná, 2020. ARRUDA, José Darcy Santos. <b>Gerenciamento de Crise na Segurança Pública e Privada</b> . Espírito Santo: 2019.		
<b>DESPACHO</b>		
CAP PM RG 38886 AUGUSTO GARCIA VIANA 1º TEN PM RG 42775 MARCEL FRANCIS OLIVEIRA PIMENTEL	1º TEN PM JAISON, 1ºTEN PM RANIERY, 2ºTEN PM CLÁUDIO, SUB TEN PM VALDSON	
<b>COORDENADOR-EXECUTIVO</b>	<b>INSTRUTORES DA DISCIPLINA</b>	
MAJ QOPM RG 35484 HARLEY MONTEIRO DOS SANTOS		
<b>COORDENADOR – ADMINISTRATIVO</b>		
MAJ PM RG 37980 RENATO DA SILVA RODRIGUES		
<b>COORDENADOR-GERAL</b>		

### PLANO DE ENSINO – PE

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA						
<b>DISCIPLINA:</b>	Armamento, Munição e Tiro Policial				<b>C/H Total</b>	<b>10</b>
<b>TIPO DE AÇÃO FORMATIVA</b>		Inicial	X	Continuada		Complementar
<b>MODALIDADE</b>	X	Presencial		EAD		Híbrido
<b>LOCAL DA INSTRUÇÃO</b>	15º BPM, 46º BPM no Clube De Tiro E Caça Jamanxim – CTCJ) e 17ª CIPM na Piçarreira do Oreste.					
<b>INSTRUTORES:</b>	2º TEN PM JHONNY, CAP PM GARCIA, 2º TEN PM REÇA					
<b>OBJETIVO GERAL:</b> Preparar o policial militar para manusear e portar o armamento portátil institucional no modelo espingarda calibre 12, para atuar em confrontos armados, distúrbios civis e operar nas mais diversas ocorrências operacionais em que o emprego do referido armamento se faça necessário.						
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>						
a). Identificar o armamento e suas peças pelo nome e realizar a montagem e desmontagem em 1º escalão.						
b) Habilitar os instruídos a realizar o disparo policial com precisão, fazer recargas de munição, solucionar possíveis panes de funcionamento e realizar protocolos de técnicas de combate com segurança.						

# ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO		RECURSOS DIDÁTICOS	
05/10	Fundamentos do tiro, decisão de tiro: onde e quando atirar		Stand de Tiro, Alvos, obréia, grameador, grampos, caneta tipo piloto.	
	Apresentação, manejo, montagem e desmontagem Carabina Ctt. 40 e Pistola Beretta APX cal. 40			
10/10	Tiro Policial			
AVALIAÇÃO				
ESCRITA ( ) Objetiva ( ) Subjetiva ( ) Mista		x	PRÁTICA ( ) Súmula de Avaliação ( ) Outros	
ESTRATÉGIAS DE ENSINO:				
(x)Aula Expositiva Dialogada (x)Estudo de Caso ( x )Prática ( )Estudo Dirigido ( )Seminário				
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
As atividades serão desenvolvidas de forma pratica em stand de tiro				
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA				
<p>BRASIL. <b>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</b></p> <p>PARÁ. <b>Polícia Militar. Manual de Armamento e Tiro da PMPA / Polícia Militar do Pará;</b> organizadores: Alan Rayol da Cunha Paes, José de Jesus Palheta Junior, Cleiderson Torres da Costa, Adamus Daniel Damasceno de Vasconcelos e Paulo Henrique Bechara e Silva – 1.ed. - Belém, PA: PMPA,2024.</p> <p>Ministério da justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. <b>Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança</b> Disponível em: <a href="https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/ matrizcurricular-nacional_ versao-final_2014.pdf">https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/ matrizcurricular-nacional_ versao-final_2014.pdf</a></p> <p>Ministério da justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. <b>Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança</b> Disponível em: <a href="https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/ matrizcurricular-nacional_ versao-final_2014.pdf">https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/ matrizcurricular-nacional_ versao-final_2014.pdf</a>.</p> <p>GIRALDI, Nilson. <b>Método Giraldi.</b> Disponível em: <a href="http://www.esmp.sp.gov.br/eventos/passados/giraldi_oqueeometodo.doc">www.esmp.sp.gov.br/eventos/passados/giraldi_oqueeometodo.doc</a>.</p> <p>Polícia Militar. Aditamento Boletim Geral Nº 018, 27 de janeiro de 2003. <b>Normas para o Planejamento e Conduta de Ensino e Instrução.</b> Disponível em: <a href="http://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/2003/ADIT_BG_018_DE_27_JAN_2003.pdf">http://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/2003/ADIT_BG_018_DE_27_JAN_2003.pdf</a>.</p> <p>Polícia Militar. Lei nº 6833, de 13 de fevereiro de 2006. <b>Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará.</b> Disponível em: <a href="http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf">http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf</a> .</p>				
DESPACHO				
CAP PM RG 38886 AUGUSTO GARCIA VIANA		2º TEN PM JHONNY, CAP PM GARCIA, 2º TEN PM REÇA		
COORDENADOR-EXECUTIVO		INSTRUTORES DA DISCIPLINA		
MAJ QOPM RG 35484 HARLEY MONTEIRO DOS SANTOS				
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO				
MAJ PM RG 37980 RENATO DA SILVA RODRIGUES				
COORDENADOR-GERAL				

PLANO DE ENSINO – PE					
IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA:	Comportamento de Autoproteção			C/H Total	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial	X	Continuada	Complementar
MODALIDADE	X	Presencial		EAD	Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	Na base do 15º BPM, 46º BPM no Auditório Da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo Neves e 17ª CIPM.				
INSTRUTORES:	2º TEN PM UCHÔA, 2º TEN PM OLIVEIRA, 2º TEN PM MACÊDO, MAJ PM VIEIRA				



## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

<b>OBJETIVO GERAL:</b> Dominar habilidades para aumentar o nível de proteção individual policial, estando ou não no exercício da atividade, visando mitigar a exposição ao risco em suas diversas formas, por meio do treinamento de técnicas do tiro prático, e com o uso velado da arma de fogo.			
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b> a) Compreender, analisar e agir diante das ocorrências simuladas de forma técnica e prudente; b) Identificar e compreender a linha de raciocínio sobre preparo mental, escalonado estado psicológico com um código de cores predefinidos para se manter alerta. b) Compreender que o corpo precisa desenvolver meios em busca de comportamentos intuitivos de forma inconsciente, porém de acordo com o cenário proposto na simulação.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<b>C/H</b>	<b>CONTEÚDO MINISTRADO</b>	<b>RECURSOS DIDÁTICOS</b>	
02/10	1 –Estudo da Dinâmica dos Riscos e Avaliação de Cenários	01 (uma) pistola/aluno, 03 (três) carregadores de pistola/armamento, coldre velado rígido (kydex ou polímero) e porta carregador.	
03/10	2 - Cenários Mentais e Comportamento de Autoproteção (estudos de caso)	01 (uma) pistola/aluno, 03 (três) carregadores de pistola/armamento, coldre velado rígido (kydex ou polímero) e porta carregador.	
04/10	3 –Técnicas e Equipamentos voltados a Autoproteção	sala de instrução, equipamento multimídia.	
05/10	4 -Conduta Policial Protetiva – Módulo 2	sala de instrução, equipamento multimídia	
<b>AVALIAÇÃO</b>			
	<b>ESCRITA ( )</b> Objetiva ( ) Subjetiva ( x ) Mista	<b>PRÁTICA ( )</b> Súmula de Avaliação (x) Outros	
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO:</b>			
(x)Aula Expositiva Dialogada (x)Estudo de Caso ( x )Simulação ( )Estudo Dirigido ( )Seminário			
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>			
- Compreender que o processo de dissimulação é uma arte para ser discreto e não chamar atenção. Identificar, compreender a linha de raciocínio sobre preparo mental, escalonado estado psicológico com um código de cores predefinidos para se manter alerta; - Compreender as habilidades que devem ser treinadas para garantir uma menor exposição ao perigo extremo das pessoas que estejam sob a sua proteção. - Conhecer e perceber os efeitos psicológicos ocorridos durante a simulação.			
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>			
Análise de vitimização de policiais militares por homicídio, latrocínio e confronto: Para, 2017. In: Segurança e defesa: Cidade, criminalidade, tecnologia e diversidade. Volume 2. Praia- Cabo Verde. Edições Uni-CV, 2019. P. 49-61. ARTWOHL, A.; CHRISTENSEN, L. W. <b>Deadly force encounters:</b> What cops need to know to mentally and fisically prepare for and survive a gunfight. Boulder: Paladin Press, 2012. ASKEN, M. J.; GROSSMAN, D.; CHRISTENSEN, L. W. <b>Warrior mindset:</b> Mental toughness skills for a nation´s peacekeepers. 1 Ed. USA: Warrior science publications, 2010. BANDURA, A. Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. Psychological review, v. 84, n. 2, p. 191, 1977. BANDURA, A. The explanatory and predictive scope of self-efficacy theory. Journal of Clinical and Social Psychology, v. 4, p. 359-373, 1986. BANDURA, A. Self-efficacy: The exercise of control. New York: Freeman, 1997. BANDURA, A. Social cognitive theory: An agentic perspective. Annual review of psychology, v. 52, n. 1, p. 1-26, 2001. BANDURA, A.; AZZI, R. G.; POLYDORO, S. A. Teoria social cognitiva: conceitos básicos. Artmed Editora, 2009. BECK, Ulrich. Sociedade de risco. 2 ed. Munique: Editora 34, 2011. BITTNER, E. Aspectos do trabalho policial. Trad. Ana Luisa Amendola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. GILMARTIN, K. M. Emotional Survival for law enforcement: A Guide for officers and their families. Tucson: E-S press, 2018. GROSSMAN, DAVE. <b>Matar!</b> : Um estudo sobre o ato de matar. Rio de janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2007. MEDINA, John. <b>Brain rules:</b> 12 principles for surviving and thriving at work, home and School. 1 Ed. Seattle: Pear Press, 2009 MELLO, C. M. de A. Mesmo com o sacrifício da própria vida: A multiplicidade dos Riscos na Profissão Policial Militar. 75p. Dissertação (Mestrado em Segurança Publica na Universidade Federal do Para). Guamá, 2015.			

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

PARA. Polícia Militar do Para. Diretoria de Ensino e Instrução. Nota de instrução no 008/2018 – DEI - capacitação em conduta policial militar defensiva – ccpmd “modulo promotor”. 13 de abril de 2018. PARA. Polícia Militar do Para. 3a Seção do Estado Maior Geral. Plano do Curso de Comportamento de Autoproteção. 21 de janeiro de 2019. GODOY, Jefferson Petersen Garcia De. Manual do Porte velado, Fund., Técnicas e Equipamentos que incorporam o uso velado de arma de fogo.	
<b>DESPACHO</b>	
<b>CAP PM RG 38886 AUGUSTO GARCIA VIANA</b>	<b>2º TEN PM UCHÔA, 2º TEN PM OLIVEIRA, 2º TEN PM MACÊDO, MAJ PM VIEIRA</b>
<b>COORDENADOR-EXECUTIVO</b>	<b>INSTRUTORES DA DISCIPLINA</b>
<b>MAJ QOPM RG 35484 HARLEY MONTEIRO DOS SANTOS</b>	
<b>COORDENADOR – ADMINISTRATIVO</b>	
<b>MAJ PM RG 37980 RENATO DA SILVA RODRIGUES</b>	
<b>COORDENADOR-GERAL</b>	

### **PROJETO PEDAGÓGICO FORMATIVO** **II CURSO DE AÇÕES POLICIAIS FLUVIAIS / 2025**

#### **1. FINALIDADE**

O Projeto Pedagógico Formativo do II CAPFLU / 2025 está fundamentado nas diretrizes da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e do Departamento-Geral de Educação e Cultura (DGECE), com o objetivo de regular e difundir as atividades pedagógicas, atribuições, execuções e responsabilidades associadas a esta ação formativa em Segurança Pública, a ser desenvolvida pela Companhia Independente de Polícia Fluvial (CIPFLU).

O curso visa atender às necessidades operacionais das forças policiais na vasta bacia hidrográfica e nas comunidades ribeirinhas do estado do Pará, desempenhando um papel crucial no combate ao narcotráfico, crimes ambientais, contrabando e a diversos outros tipos de criminalidade que utilizam as vias fluviais para a prática de ilícitos, muitas vezes gerando insegurança nas populações ribeirinhas.

Além disso, o policiamento fluvial, fundamentado em mais de vinte anos de experiência, é enriquecido pelos conhecimentos adquiridos por meio de cursos especializados e treinamentos oferecidos tanto pelas Polícias Militares Coirmãs, quanto pelas Forças Armadas. Dessa forma, o policiamento realizado atualmente demonstra alto nível de profissionalismo e segue doutrinas e normas específicas adaptadas à realidade da atividade policial no estado do Pará.

Deste modo, o presente curso tem como principal objetivo preparar os operadores de segurança pública para enfrentarem as diversas dificuldades do serviço embarcado. Estas incluem desde problemas técnicos nas embarcações e combate armado em ambiente fluvial até ações de patrulhamento rural, resgates em naufrágios, salvamento de vítimas e, ainda, a aplicação dos princípios da polícia comunitária, direitos humanos e legislação ambiental na prevenção do crime e no relacionamento com a comunidade ribeirinha.

Adicionalmente, em 2025, será realizado na capital paraense um dos maiores eventos internacionais sobre mudanças climáticas, a Conferência das Nações Unidas sobre o Clima – COP 30. De acordo com estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é esperado que mais de 40 mil visitantes participem dos principais dias do evento. A Ilha do Combu, um dos principais pontos turísticos de Belém, possui acesso exclusivo por meio fluvial. Em 2024, Belém recebeu visitas das embaixadas do Reino Unido, França e Estados Unidos, que também estiveram na Ilha do Combu e em outras ilhas ao redor de Belém, evidenciando a importância do policiamento fluvial para garantir a segurança da região.

## **2. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Constituição do Estado do Pará.

BRASIL. Decreto-lei n.º 1.001/69, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar. Brasília: 1969.

BRASIL. Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Brasília: 1941.

BRASIL. Lei n.º 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Estatuto do Desarmamento. Brasília: 2003.

BRASIL. Lei n.º 9.605/98 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais).

BRASIL. Ministério da Justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.

PARÁ. Conselho Estadual de Segurança Pública. Resolução n.º 204, 28 de novembro de 2012. Regulamentação do Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública do Estado do Pará. Belém: 2012.

PARÁ. Polícia Militar. Diretriz n.º 001/2024. Diretriz-Geral de Educação da PMPA. Publicada no ADIT. BG 240 II, 27 de dezembro de 2024.

PARÁ. Polícia Militar. Diretriz n.º 001/2014. Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará. EMG: 2014.

PARÁ. Polícia Militar. Lei n.º 6833, de 13 de fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Acesso em: 17/1/2025.

PARÁ. Polícia Militar. POP 025 – POLICIAMENTO FLUVIAL: 025.001 – Aprestamento Operacional. 025.002 – Recebimento de Embarcações. 025.003 – Abordagens a Embarcações de médio porte.

PARÁ. Polícia Militar. RESOLUÇÃO N.º 110 – EMG: Aprova o Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Pará – RUPMPA, Publicado no ADITAMENTO II AO BG N.º 098, 23 de maio de 2019, p. 42.

PARÁ. Polícia Militar. RESOLUÇÃO N.º 272 de 7 de junho de 2021 - PM1/EMG: Dispõe sobre o Teste de Aptidão Física (TAF) a ser aplicado aos candidatos e alunos das

## **ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

ações de formação continuada promovidos no âmbito da Polícia Militar do Pará, e dá outras providências. ADIT. BG N.º 128 – IV de 8 de julho de 2021.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Paris, 1948.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivo Geral:**

Capacitar os discentes, quanto a Doutrina de Policiamento Fluvial, realizada por meio do policiamento ostensivo geral embarcado, visando a execução das operações fluviais, alinhado aos procedimentos operacionais padronizados pela Corporação.

#### **3.2. Objetivos Específicos**

3.2.1. Desenvolver habilidades, técnicas e táticas de atuação no ambiente fluvial e em áreas ribeirinhas contribuindo para cidadania e defesa social;

3.2.2. Difundir os Procedimentos Operacionais Padrões desenvolvidos na CIPFLU, auxiliando na busca da excelência do serviço de polícia fluvial;

3.2.3. Proporcionar condições para atuação policial segura e equilibrada frente às demandas sociais nas operações e missões da CIPFLU, no combate aos crimes ambientais e outros que ocorram na malha fluvial;

3.2.4. Construir conhecimentos especializados que qualifiquem o operador para cumprir a missão no policiamento fluvial, capacitando-o para a execução das operações fluviais.

### **4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

4.1. Carga Horária: 350 horas-aula entre Curso e Estágio Supervisionado, totalizando 35 (trinta e cinco) dias.

4.2. Níveis de Ensino/Tipo/Modalidade: Ensino Técnico – Profissional / Formação / Complementar / Presencial.

4.3. Público-alvo: cabos e soldados da PMPA.

4.4. Período: Conforme cronograma abaixo:

<b>PERÍODO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
09 ABR 2025	Publicação do Projeto Pedagógico Formativo e da Portaria de Matrícula dos Alunos.	DGEC/AJG
14 a 17 ABR 2025	Semana Administrativa	CIPFLU
24 ABR 2025	Aula Inaugural e Início do curso	CIPFLU
25 MAI 2025	Término do Curso	CIPFLU
A DEFINIR	Solenidade de Formatura	CIPFLU/PM5

4.5 Local: O Curso funcionará a princípio em sua maior parte nas dependências da CIPFLU, podendo ser utilizada outras áreas, a critério da Coordenação ou ainda de acordo com a necessidade das instruções. As instruções de natação serão realizadas no IESP e as instruções de tiro serão realizadas no estande de tiro do CTPM, podendo ser utilizada outras piscinas ou estandes sob autorização do DGEC.

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

4.6. Quantidade de vagas: 45 vagas no total, distribuídas conforme quadro abaixo:

OPM/CORPORAÇÃO	VAGAS
Comando de Missões Especiais - CME	02
Comando de Policiamento Especializado - CPE	02
Comando de Policiamento da Capital – CPC I	02
Comando de Policiamento da Capital – CPC II	02
Comando de Policiamento da Região Metropolitana – CPRM	02
Comando de Policiamento Regionais - CPR's	10
Comando de Policiamento Ambiental - CPA	08
Companhia Independente de Polícia Fluvial - CIPFLU	15
PPMM Co-irmãs, Departamento de Polícia Federal, Polícia Civil do PA, Guarda Municipal de Belém e Ananindeua	02
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>

Obs.: As vagas que não forem preenchidas serão redistribuídas a critério da coordenação do curso.

4.7. Uniforme: Operacional característico do Órgão, previsto no RUPM. Para as Coirmãs, o característico da unidade.

4.8. Equipamento de Proteção Individual – EPI: Colete balístico, cinto N/A com algema, coldre e o que mais for pertinente, de acordo com a orientação da Coordenação de Curso.

4.9 Normas Gerais de Ensino:

4.9.1 Matriz Curricular: Os cursos na Corporação seguem as diretrizes da Matriz Curricular Nacional, para as ações formativas na área de segurança pública:

CURSO DE AÇÕES POLICIAIS FLUVIAIS (II CAPFLU)				
ÁREA TEMÁTICA		ORD.	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
III	Cultura e Conhecimentos Jurídicos	01	Aspectos Jurídicos Aplicado ao Policiamento Embarcado	05
		02	Polícia de Proximidade	05
		03	Direitos Humanos	05
		04	Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo	10
		05	Legislação Ambiental	10
IV	Modalidade de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	06	Gerenciamento de Crises	10
V	Valorização profissional e saúde do Trabalhador	07	Natação Utilitária	60
		08	Treinamento Físico Militar	10
		09	Defesa Pessoal	10
VIII	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	10	Atendimento Pré-hospitalar em Áreas Ribeirinhas	20
		11	Operações Aéreas	10
		12	Avenza	10
		13	Noções de Mecânica Náutica Básica	05
		14	Patrulha policial fluvial em área Ribeirinha	20

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

		15	Tiro Policial Embarcado	20
		16	Instrução Técnica Individual	10
		17	Armamento e Equipamento Policial Fluvial	10
		18	Nós e Amarrações	10
		19	Patrulha Policial Ambiental Rural	10
		20	Policiamento Embarcado	20
		21	Choque Ligeiro Embarcado	10
		22	Curso Especial para Tripulações de Embarcações de Estado no Serviço Público	40
VI	Atividade Complementar	23	Estágio supervisionado	35
<b>SOMA DA CARGA HORÁRIA DAS MATÉRIAS CURRICULARES</b>				<b>350 h/a</b>

4.9.2. Planos de Ensino: Em anexo (anexo I).

4.9.3. Enxoval do Aluno: Em anexo (anexo II).

4.9.4. Quadro de Trabalho Semanal – QTS: Será elaborado pela Coordenação do Curso, podendo sofrer alterações conforme necessidades administrativas.

4.9.5. Metodologia de Ensino: As ações formativas em Segurança Pública, baseiam-se na Matriz Curricular Nacional, a qual fundamenta-se em uma abordagem por competência, o que pressupõe o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para reflexão e discussão pelos docentes e discentes, na prática pedagógica.

4.9.6. Técnicas de Ensino: Aulas expositivas, dialogadas, teóricas, estudo de caso, simulação e treinamento prático.

4.10. Avaliação da Aprendizagem, Critérios de Aprovação e Classificação:

4.10.1. Quanto ao tipo: Vertical

4.10.2. Quanto à Modalidade: Avaliação Somativa (AS).

4.10.3. Quanto aos Instrumentos: Prova e Súmula de Avaliação.

A prova deverá ser objetiva contendo entre 10 a 20 questões com 4 (quatro) alternativas, com apenas uma alternativa correta.

ORD.	HORAS/AULA (H/A)	AVALIAÇÃO SOMATIVA
I	Até 40 h/a	01 Avaliação de Controle
II	De 41 h/a a 80 h/a	01 Avaliação de Acompanhamento e 01 Avaliação de Controle

4.10.4. Critérios de aprovação e classificação:

a) Critérios de aprovação: Conforme Instrução Normativa n.º 3/2024 - GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024:

I – Obter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina e do Estágio Supervisionado;

II – Obter nota igual ou superior a 6,00 (seis), em cada disciplina, pelas avaliações aplicadas;

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

III – Obter nota igual ou superior a 6,00 (seis) na avaliação conceitual (comportamento escolar); e

IV – Obter nota igual ou superior a 6,00 no estágio supervisionado.

b) Classificação: Conforme Instrução Normativa n.º 2/2024 - GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024:

4.10.5. Critérios de desempate: No caso de empate, deverá ser observado a aproximação de até décimo de milésimos e maior idade.

4.11. Regime Disciplinar e desligamento: Conforme Art 4º da Instrução Normativa n.º 5/2024 - GAB CMD, publicada no ADIT. BG N.º 240 II. de 27 de dezembro de 2024.

4.12. Logística e pessoal:

4.12.1. Logística: As instruções práticas do II CAPFLU / 2025 serão desenvolvidas nas dependências e pier da CIPFLU, na piscina do IESP e no CTPM, já as aulas teóricas no auditório do GFLU. Recursos para a execução deste curso:

- a) Sala de instrução da CIPFLU;
- b) Pier da CIPFLU;
- c) Piscina do IESP;
- d) CTPM.

4.12.2. Pessoal:

a) Instrutores/Monitores: Serão selecionados pelo Comando da CIPFLU, não havendo custo em razão de se tratar de ato de serviço relacionado às atribuições do cargo;

b) Apoio: Equipe médica com apoio da ambulância para todas as instruções em que haja risco à integridade física dos participantes, equipe de instrutores e coordenação.

**5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

5.1. Custo com instrutores/monitores: Não haverá pagamento de hora-aula os instrutores/professores, conforme art. 4º § 7º, da Instrução Normativa n.º 6/2024 -GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

5.2. Custo com Munição Letal (treina): A cargo do Tesouro do Estado/Polícia Militar do Pará, pelo DGECE.

ORD	ARMAMENTO/ CALIBRE	QTD ALUNO	QTD MUNIÇÃO POR ALUNO	QTD TOTAL	VALOR/ UND	CUSTO
01	PISTOLA CAL..40	55	30	1.650	R\$ 3,36	R\$ 5.544,00
02	FUZIL CAL. 5,56mm	55	25	1.375	R\$ 5,40	R\$ 7.425,00
03	ESPINGARDA CAL. 12 GA 3T, SG	55	20	1.100	R\$ 6,24	R\$ 6.864,00
VALOR TOTAL						R\$ 19.833,00

5.3. Custo com Munição de Baixa Letalidade (CDC): A cargo do Tesouro do Estado/Polícia Militar do Pará, pelo CME.

ORD.	DISCRIMINAÇÃO	QTD TOTAL	VALOR/ UND	CUSTO
1	PROJÉTIL DE BORRACHA (PRECISI- ON) - AM 403/P	275	25,88	7.117,00

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

2	ESPARGIDOR GL 108 (OC)	03	98,71	296,13
3	ESPARGIDOR GL 108 MAX (OC)	05	508,43	2.542,15
4	GRANADA LACRIMOGÊNICA TRÍPLICE HYPER - GL 300/TH	04	240,57	962,28
5	GRANADA DE EFEITO MORAL – GL 304	03	214,10	642,30
6	GRANADA EXPLOSIVA LACRIMÓGENA - GL 305	06	295,21	1771,26
7	GRANADA LUZ E SOM - GL 307	03	302,87	908,61
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>14.239,75</b>

### 5.4. Custo com Materiais de Expediente: A cargo da CIPFLU.

MATERIAIS DIVERSOS				
ITEM	MATERIAL	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	CUSTO
01	RESMAS DE PAPEL A4	10	R\$ 16,43	R\$ 164,30
02	CERTIFICADOS	55	R\$ 6,00	R\$ 330,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 494,30</b>

### 5.5. Custo total o curso:

DESPESA	PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
Munição e outros	Capacitação dos agentes de segurança pública-8832	339030	0101000000	R\$ 34.072,75
Material de consumo	Despesas	339030	01500000001	R\$ 494,30
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 34.567,05</b>

Custo geral do curso: R\$ 34.567,05 (Trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais e cinco centavos).

Custo por aluno: R\$ 768,15 (Setecentos e sessenta e oito reais e quinze centavos).

## 6. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

6.1. Supervisão-Geral: Departamento-Geral de Educação e Cultura – DGEC.

6.2. Órgão Executor: Comando de Policiamento Ambiental – CPA.

6.3. Coordenador-Geral: CAP PM ANDRÉ.

6.3.1. Atribuições do Coordenador Geral:

a) Coordenar, controlar e fiscalizar a execução do presente planejamento, adotando as medidas necessárias para que não sofra solução de continuidade;

b) Informar diariamente o Comando de Policiamento Ambiental sobre as atividades acadêmicas e o progresso da ação formativa;

c) Planejar o emprego do efetivo no terreno durante o estágio operacional.

6.4. Coordenador Administrativo: 1º TEN PM EDDIENE.

6.4.1. Atribuições do Coordenador Administrativo:

a) Está ligado diretamente ao Coordenador-Geral, tendo como atribuição a elaboração de toda a documentação pertinente à ação formativa, como base para sua execução;



b) Providenciar a movimentação dos Policiais Militares de outros Batalhões junto ao DGP, por interesse próprio, durante o período do curso para a CIPFLU, providenciando ainda, as medidas necessárias para o retorno, também por interesse próprio, para seus órgãos de origem, após a conclusão do curso.

c) Encaminhar ao DGECE, via PAE, a ata de conclusão do curso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, e o arquivo editável para Drive, para fins de conhecimento, controle e publicação em BG;

d) Organizar o quadro de trabalho semanal e informar com antecedência mínima os instrutores.

6.5. Coordenador Executivo: Chefe do P3 da CIPFLU.

6.5.1. Atribuições do Coordenador Executivo:

a) Executar o planejamento feito pelo coordenador administrativo, buscando favorecer o processo ensino e aprendizagem e ainda, adotar todas as medidas para mitigar os riscos provenientes da instrução.

b) Providenciar junto ao CMS a disponibilização de equipe médica e auxiliares, com ambulância equipada para atendimento de emergência, nas instruções em que haja risco iminente de acidentes/incidentes e no TAF; sendo a ausência de médico e ambulância fator determinante para o não início da instrução;

c) Cumprir e fazer cumprir o presente planejamento, adotados as medidas necessárias para o pleno êxito da ação formativa;

d) Adotar medidas de prevenção, a fim de evitar e/ou mitigar acidentes durante as instruções;

e) Coordenar, controlar e fiscalizar o uso de munição e armamentos durante as instruções de tiro.

6.6. Oficial de Segurança: Chefe do P3.

6.6.1. Atribuições do Oficial de Segurança:

a) Acompanhar, controlar e fiscalizar o fiel cumprimento da presente ação formativa, sempre com a premissa de minimizar e/ou controlar os eventuais riscos inerentes às instruções;

b) Intervir nas instruções sempre que estas estiverem em discordância com o planejamento, ou ainda, quando os requisitos mínimos de segurança não estiverem presentes, reportando o fato imediatamente ao chefe do DGECE, sendo posteriormente encaminhado Relatório Circunstanciado, para conhecimento e providências.

6.7. Instrutores/Monitores: Será composto por colaboradores/convidados de notáveis conhecimentos técnico-profissionais na área a fim, indicados na reunião pedagógica desta seção de ensino da CIPFLU.

6.7.1. Atribuições dos Instrutores/Monitores:

a) Cumprir e fazer cumprir, rigorosamente, as ordens emanadas pela coordenação executiva, adotando as medidas no seu âmbito de responsabilidade, para o pleno êxito (logística, pedagógico, administrativo e disciplinar) da ação formativa;

b) Diligenciar junto do coordenador executivo, quanto ao cumprimento do QTS;

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

---

c) Informar de imediato os coordenadores qualquer ato que atente contra a segurança de qualquer um dos envolvidos no curso;

d) Comunicar, **IMEDIATAMENTE**, os coordenadores do curso de quaisquer alterações referentes ao corpo discente.

### 6.8. Disciplinas e docentes:

ORD.	DISCIPLINA	INSTRUTOR/MONITOR	CARGA HORÁRIA
01	Aspectos Jurídicos Aplicado ao Policiamento Embarcado	3º Sgt Marco Goncalves	05
02	Polícia de Proximidade	1º Ten Eddiene	05
03	Direitos Humanos	1º Ten Eddiene	05
04	Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo	3º Sgt Cléber Melo	10
05	Legislação Ambiental		10
06	Natação Utilitária	3º Sgt Santana	60
07	TFM	Cb Jefferson	10
08	Defesa Pessoal	3º Sgt Godinho	10
09	Atendimento Pré-hospitalar em Áreas Ribeirinhas	3º Sgt Jeferson	20
10	Gerenciamento de Crise	1º Ten Eddiene	10
11	Operações Aéreas	GRAESP	10
12	Avenza	3º Sgt Silva Junior	10
13	Noções de Mecânica Náutica Básica	Cb P. Neto	05
14	Patrulha policial fluvial em área Ribeirinha	3º Sgt Acácio	20
15	Tiro Policial Embarcado	Maj Bechara	20
16	Instrução Técnica Individual	Cb Nonato	10
17	Armamento e Equipamento Policial Fluvial	3º Enderson Melo	10
18	Nós e Amarrações	Cb Willi	10
19	Patrulha Policial Ambiental Rural	3º Sgt Acácio	10
20	Policiamento Embarcado	Cb Vandrê	20
21	Choque Ligeiro	3º Sgt Cléber Melo	10
22	Curso Especial para Tripulações de Embarcações de Estado no Serviço Público	Marinha Do Brasil	40
23	Estágio supervisionado	Coordenação	35

### 7. LIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO:

7.1.1. Coordenador-Geral: (91) 98565-9772.

7.1.2. Coordenador Executivo: (91) 98399-5511.

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

### 8. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

8.1. Para fins de certificação, a ata de conclusão do curso será encaminhada ao DGECE, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o término do curso, para ADIT. BG da PMPA;

8.2. Os alunos poderão utilizar o uniforme 5ªA conforme RUPM, conforme ADIT. BG N.º 98 II, de 22 de maio de 2019, sendo nele incluído os números correspondentes aos alunos, ou conforme outras necessidades definidas pela Coordenação;

8.3. Regime disciplinar Disciplinarmente os alunos estarão subordinados ao coordenador executivo do curso e aos monitores, sendo a conduta disciplinar do aluno avaliada de acordo com o código de ética em vigor na corporação e conforme normas de ensino previstas neste plano;

8.4. O P3/CIPFLU deverá elaborar e distribuir o manual do aluno, a fim de proporcionar a necessária orientação ao aluno;

8.5. Serão considerados concluintes do curso os discentes que concluírem com aproveitamento o Curso de Operações Fluviais, dessa forma fazendo jus ao uso de brevê do curso;

8.6. Os distintivos dos cursos serão adquiridos pelos concluintes e autorizados à utilização no ato da solenidade de conclusão;

8.7. Serão ofertados ao corpo docente certificados de instrutor;

8.8. Em caso de necessidade o Hospital Porto Dias, localizado na Rua Almirante Barroso, Belém/PA, será utilizado, por ocasião de uma possível necessidade de atendimento;

8.9. Os casos omissos serão dirimidos pelo Chefe do DGECE e o Comandante do CPA.

Belém, 7 de abril de 2025.

**ORLANDINO SEBASTIÃO BASTOS LIMA – CEL QOPM**  
Comandante do CPA

Icoaraci, 11 de abril de 2025.

**SILVIO BENEDITO FERREIRA COSTA - TEN CEL QOPM**  
Chefe da Seção de Ensino do DGECE

### ANEXO I - PLANO DE ENSINO – PE

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA						
DISCIPLINA		ASPECTOS JURÍDICOS APLICADOS AO POLICIAMENTO EMBARCADO			C/H total	
05						
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial		Continuada		X
MODALIDADE		X	Presencial		EAD	Complementar
LOCAL DA INSTRUÇÃO		COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL				
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO		3º SGT PM MARCO ANTONIO DE SOUZA GONCALVES				
OBJETIVO GERAL: Capacitar os policiais militares a compreender e aplicar os aspectos jurídicos relevantes para o policiamento embarcado, garantindo a legalidade e a eficácia das ações.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
- Propiciar conhecimentos jurídicos para a correta decisão quanto ao encaminhamento das ocorrências policiais;						
- Internalizar no Policial a importância do respeito às leis e as consequências de seu desrespeito.						

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO	RECURSOS DIDÁTICOS
01/05	1- Apresentação da Disciplina	Sala de aula climatizada Computador e Data Show.
02/05 03/05	2 - Principais tópicos do Direito - Noções da Constituição Federal/88 - Decreto nº 4.560/2001 - Noções de Direito Penal; - Noções de Direito Processual Penal - Noções da Lei de Entorpecentes; - Noções Sobre o Uso de Algemas; - Noções da Lei de Crimes Ambientais; - Noções da Lei de Abuso de Autoridade;	Sala de aula climatizada Computador Data Show
04/05 05/05	3 – Breve Estudo do Manual de Policiamento Embarcado, 3.1 Principais Crimes Que Ocorrem Nos Rios Relacionados a Atividade Embarcada. - Tráfico de drogas - Contrabando e descaminho - Crimes ambientais - Pesca Ilegal	Sala de aula climatizada Computador Data Show
AVALIAÇÃO		
ESCRITA: (X) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA		PRÁTICA: ( ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS
ESTRATÉGIAS DE ENSINO		
(X) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( ) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS		
1) As atividades serão realizadas todas em sala de instrução, sem que haja esforço físico, em razão da disciplina ser de caráter exclusivamente teórico. 2) As instruções serão expositivas e dialogadas com a utilização de recursos audiovisuais, apresentação de slides, fotos, vídeos, discussões e debates cruzados.		
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a> . Imprensa: Niterói, Impetus, 2021. Referência: 2021. Curso de direito penal / Rogério Greco. Imprensa: Rio de Janeiro, Impetus, 2020. DEMERCIAN, Pedro Henrique e MALULY, Jorge Assaf. Curso de Processo Penal: 8ª Ed. Rio de Janeiro: Florense, 2012. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 18ª Ed. atual. São Paulo: Atlas, 2014. GOMES, Luiz Flávio; MACIEL, Sílvio Luiz. Lei de Crimes Ambientais: comentários à Lei 9.605/1998. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015. p. 160.		
DESPACHO		
COORDENADOR-EXECUTIVO		INSTRUTOR DA DISCIPLINA
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO		
COORDENADOR-GERAL		

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA	POLÍCIA DE PROXIMIDADE			C/H total	05
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial		Continuada	X
MODALIDADE	X	Presencial		EAD	
LOCAL DA INSTRUÇÃO	COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL				
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO	1º TEN QOPM EDDIENE ROSANE DE LIMA RODRIGUES				
OBJETIVO GERAL: Proporcionar aos policiais militares a compreensão dos conceitos de prevenção nos diversos âmbitos do conhecimento, capacitando-os para a realização de ações policiais preventivas.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
- Gerenciar a ordem pública, orientados pela filosofia de Polícia de proximidade;					
- Difundir a cidadania, os direitos humanos e a educação para a paz como diretrizes para a atuação profissional do Policial;					
- Aprimorar e reforçar a construção de uma cultura de segurança pública fundada nos paradigmas da modernidade, da inteligência, da informação e do exercício de competências estratégicas, técnicas e científicas;					
- Atuar no policiamento ostensivo imbuído de valores profissionais, tendo como objetivo o compromisso com a defesa da vida, da					

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

integridade física e da dignidade da pessoa humana; - Compreender a importância da filosofia de polícia de proximidade para o relacionamento com a comunidade durante sua atuação operacional.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO		RECURSOS DIDÁTICOS
01/05	1 - Introdução à Polícia de Proximidade - Conceito e Histórico da Polícia de Proximidade; - Princípios da Polícia de Proximidade; - O papel do policial militar na polícia de proximidade;		Sala de aula climatizada Computador Data Show
02/05	2 - Comunidade Local - Características da comunidade; - Identificação dos atores sociais da comunidade; - Mapeamento dos problemas e das necessidades da comunidade;		Sala de aula climatizada Computador Data Show
03/05	3 - Comunicação e Mediação de Conflitos - Técnicas da comunicação eficaz; - Mediação de Conflitos; - Relações interpessoais e diversidade cultural.		Sala de aula climatizada Computador Data Show
04/05	4 - Análise de Problemas e Planejamento de ações - Técnicas de resolução de problemas - Exemplo de projetos de Polícia de Proximidade		Sala de aula climatizada Computador Data Show
05/05	5 - Diálogo sobre os desafios e as oportunidades da polícia de proximidade.		
<b>AValiação</b>			
ESCRITA: (X) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA		PRÁTICA: ( ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS	
Estratégias de Ensino			
(X) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( ) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO			
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>			
1) As atividades serão realizadas todas em sala de instrução, sem que haja esforço físico, em razão da disciplina ser de caráter exclusivamente teórico.			
2) As instruções serão expositivas e dialogadas com a utilização de recursos audiovisuais, apresentação de slides, fotos, vídeos, discussões e debates cruzados.			
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>			
BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Diretriz Nacional de Polícia Comunitária. Brasília, 2019.			
BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Plano Nacional de Segurança e Defesa Social 2021-2030. Brasília, 2021.			
PARÁ. Polícia Militar do Pará. Ato do Comandante-Geral da PMPA. Instrução Normativa Nº 002/2022-DPCDH. Criação do Grupamento de Prevenção tiva. Publicada no Boletim Geral Nº 103 de 31 de maio de 2022.			
PARÁ. Polícia Militar do Pará. Ato do Comandante-Geral da PMPA. Portaria Nº 212/2021 que atualiza no âmbito da Polícia Militar do Pará o Procedimento Operacional Padrão (POP) nº 001.004 - Policiamento de Proximidade. Publicada no no Boletim Geral Nº 186 de 06 de outubro de 2021.			
<b>DESPACHO</b>			
COORDENADOR-EXECUTIVO		INSTRUTOR DA DISCIPLINA	
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO			
COORDENADOR-GERAL			
<b>IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA</b>			
DISCIPLINA	DIREITOS HUMANOS APLICADO		C/H total
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA	Inicial		X
MODALIDADE	X	Presencial	EAD
LOCAL DA INSTRUÇÃO	AUDITÓRIO DO GFLU / COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL		
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO	1º TEN QOPM EDDIENE ROSANE DE LIMA RODRIGUES		
OBJETIVO GERAL: Capacitar os policiais militares para a aplicação dos direitos humanos em suas atividades operacionais, promovendo o respeito à dignidade humana e a construção de uma sociedade mais justa e segura.			

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compreender o conceito de Direitos Humanos e sua importância para atuação policial militar.</li><li>- Identificar os principais instrumentos normativos de Direitos Humanos e sua aplicação no contexto cotidiano da polícia militar.</li><li>- Analisar situações práticas de violação de Direitos Humanos no âmbito da Segurança Pública.</li><li>- Desenvolver habilidades para a tomada de decisões éticas e o uso proporcional da força nos atendimentos às ocorrências policiais.</li><li>- Promover a cultura de respeito aos direitos humanos no ambiente policial.</li></ul>		
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>C/H</b>	<b>CONTEÚDO MINISTRADO</b>	<b>RECURSOS DIDÁTICOS</b>
01/05	1) 1) Introdução aos Direitos Humanos 2) - Conceito e evolução histórica dos Direitos Humanos. 3) - Princípios Fundamentais dos Direitos Humanos. 4) - A relação entre Direitos Humanos e Segurança Pública. 5) - O papel da Polícia Militar na proteção dos Direitos Humanos.	Sala de aula climatizada Computador Data Show
02/05	2) Instrumentos Normativos de de Direitos Humanos - Declaração Universal dos Direitos Humanos. - Convenção Americana de Direitos Humanos. - Constituição Federal de 1988 e Direitos Humanos. - Legislação Específica sobre o uso da força e o respeito aos Direitos Humanos na atividade policial.	Sala de aula climatizada Computador Data Show
03/05	3) Direitos Humanos e a Atuação Policial Militar - O uso da força e seus limites legais e éticos. - Abordagem policial e respeito aos direitos humanos. - o tratamento de pessoas em situação de vulnerabilidade. - O combate à tortura e outros tratamentos cruéis ou degradantes. - A importância da polícia militar na garantia do direito à manifestação e à liberdade de expressão.	Sala de aula climatizada Computador Data Show
04/05	4) Cultura de respeito aos Direitos Humanos na Polícia Militar. - A importância da formação continuada em Direitos Humanos. - Mecanismos de controle e responsabilização por violações dos Direitos Humanos. - O diálogo com a comunidade e a construção de parcerias para promoção dos Direitos Humanos.	Sala de aula climatizada Computador Data Show
05/05	5) Estudo de caso e análise de situações práticas.	Sala de aula climatizada Computador Data Show
<b>AValiação</b>		
ESCRITA: (X) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA		PRÁTICA: ( ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO</b>		
(X) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA (X) ESTUDO DE CASO ( ) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO		
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDA</b>		
1) As atividades serão realizadas todas em sala de instrução, sem que haja esforço físico, em razão da disciplina ser de caráter exclusivamente teórico. 2) As instruções serão expositivas e dialogadas com a utilização de recursos audiovisuais, apresentação de slides, fotos, vídeos, discussões e debates cruzados.		
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>		
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm</a> . Acesso em: 2 mar. 2025. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Paris, 1948. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Diretriz Nacional de Polícia Comunitária. Brasília, 2019. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Plano Nacional de Segurança e Defesa Social 2021-2030. Brasília, 2021. PARÁ. Polícia Militar do Pará. Ato do Comandante-Geral da PMPA. Instrução Normativa Nº 002/2022-DPCDH. Criação do Grupamento de Prevenção tiva. Publicação no Boletim Geral Nº 103 de 31 de maio de 2022.		
<b>DESPACHO</b>		
COORDENADOR-EXECUTIVO		INSTRUTOR DA DISCIPLINA
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO		
COORDENADOR-GERAL		

# ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA:	Noções de Gerenciamento de Crises			C/H Total	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial		Continuada	Complementar
MODALIDADE	X	Presencial		EAD	Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	AUDITÓRIO DO GFLU / COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL				
INSTRUTORES:	1º TEN QOPM EDDIENE ROSANE DE LIMA RODRIGUES				
OBJETIVO GERAL: Preparar os policiais militares para atuarem como primeiros interventores em diversas modalidades de crises, dotando-os de um conjunto de conhecimentos, ações e técnicas capazes de serem aplicadas diante de ocorrências críticas que possam vir a se deparar durante o policiamento, instrumentalizando tais procedimentos específicos e empregando-os diante de ocorrências complexas.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
a) Identificar e aplicar os procedimentos de primeira intervenção em crise, aplicando os protocolos doutrinários e evitando que um incidente crítico potencialize.					
b) Habilitar os instrutores a adotarem as medidas de segurança necessárias, se o caso diz respeito ao critério definido como ocorrência crítica, ou migrar para isso, ainda que em suas mais diversas modalidades.					
c) Apresentar aos militares de maior posto ou graduação as possíveis funções gestoras que possam vir a exercer diante de eventos complexos, bem como as atribuições destas funções face a eventos críticos.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO				RECURSOS DIDÁTICOS
01/10	Apresentação dos POPs de Gerenciamento de Crises da PMPA;				Sala de aula climatizada; Computador e Data show
02/10	Apresentação do Manual que Regulamenta a Doutrina de GC no Estado do Pará;				
04/10	Conceitos fundamentais de Crise, de Gerenciamento e de Primeira Intervenção, bem como as linhas de ação;				
05/10	Ações a serem desenvolvidas pelo primeiro interventor, a fim de evitar os princípios do empirismo, amadorismo e improvisação, bem como a "teoria do resultado";				
06/10	Tipologias de Causadores de Eventos Críticos (CEC) e suas possíveis Motivações;				
07/10	Critérios de Ação e Alternativas Táticas que devem (ou podem) estar à disposição do Comandante da Cena de Ação;				
08/10	Funções gestoras no teatro de operações (TO);				
09/10	Ritual de rendição e Preenchimento do Relatório Avaliativo do evento crítico (exercícios);				
10/10	Estudos de caso, a fim de aferir os conhecimentos ministrados.				
AVALIAÇÃO					
ESCRITA ( ) Objetiva ( ) Subjetiva ( ) Mista		PRÁTICA (x ) Súmula de Avaliação ( ) Outros			
ESTRATÉGIAS DE ENSINO:					
(x)Aula Expositiva Dialogada (x)Estudo de Caso ( )Simulação (x) Estudo Dirigido (x) Seminário					
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS					
As atividades serão realizadas em salas de aula, com exercícios e dinâmicas que permitam aos instrutores a oportunidade de assimilar os conteúdos ministrados.					
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA					
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm</a> .					
FONSECA, Carlos Alessandro Gomes da. Gerenciamento de Crises: análise do caso "agente prisional é mantido refém por detentos em presídio de Capanema", ano 2019. Artigo de Conclusão de Especialização/Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO/PMPA). UEPA/IESP. Marituba/PA, 2019.					
JUNIOR, Antônio dos Anjos B., TEIXEIRA, Bruno Ibiapina, MARQUES, Heitor Lobato. Gerenciamento de Crises: Ocorrência na Três de Maio. Monografia de Conclusão de Curso de Formação de Oficiais da PMPA, UEPA/IESP. Marituba/PA, 2010.					
LAMPERT, Renato. Enfrentamento de Situações Críticas: aspectos importantes a serem observados. Monografia apresentada como cumprimento de requisito parcial para conclusão do Curso de Especialização em Segurança Pública, a distância. 2007. 66p.					
LUCCA, Diógenes. O Negociador. Alta Books. Rio de Janeiro/RJ, 2018.					
MJSP. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Curso de Gerenciamento de Incidente Crítico – Apostila. Diretoria de Ensino e Pesquisa. SEGEN - MJSP, 2023.					
MONTEIRO, Roberto das Chagas. Manual de Gerenciamento de Crises. Ministério da Justiça. Academia Nacional de Polícia. 7ª Edição. Departamento de Polícia Federal. Brasília/DF, 2004.					
NETO, Massilon de Oliveira e Silva; BRAGA, Luís Antônio Sá. Gerenciamento de Crises, Segurança Pública e Direitos Humanos. Academia de Polícia Nacional. 4ª Ed. Brigada Militar. Porto Alegre/RS, 2000.					

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

PARÁ. Polícia Militar. Diretriz Geral para Emprego Operacional da PMPA. Departamento Geral de Operações nº 001/2014, item 5.3. Belém/PA, 2014.

PARÁ. Polícia Militar. Manual de Gerenciamento de Crises da PMPA. Livro eletrônico/Polícia Militar do Pará. Ed. dos Autores. 1ª Ed. Belém/PA, 2023.

PARÁ. Polícia Militar. Procedimento Operacional Padrão nº 009.001 à 009.014. Livro eletrônico/Polícia Militar do Pará. Ed. dos Autores/7ª Seção EMG. 1ª Ed. Belém/PA, 2021.

RONCAGLIO, Otávio Lúcio; SILVA, Luiz Fernando da. SILVA, Marco Antônio. Negociação em Crises Policiais: teoria e prática. CRV. Curitiba/PR, 2021.

SILVA, Marco Antônio. Primeira Intervenção em Crises Policiais. Polícia Militar do Paraná. 3ª edição. Curitiba/PR, 2020.

SOUZA, Wanderley Mascarenhas de. Negociação de Reféns: sistematização e manejo das ações do negociador no contexto da Segurança Pública. Ícone. São Paulo/SP, 2010.

### DESPACHO

COORDENADORES EXECUTIVOS	INSTRUTORES DA DISCIPLINA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	
COORDENADOR-GERAL	

### IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA	Natação Utilitária	C/H Total	60
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA	Inicial	Continuada	x Complementar
MODALIDADE	Presencial	Ead	Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	Instituto de Ensino de Segurança do Pará "IESP"		
INSTRUTOR	3º SGT MARCELO SANTIAGO SANTANA		

**OBJETIVO GERAL:** Proporcionar aos profissionais da área de segurança pública, discentes a aprender e praticar procedimentos a serem adotados quando o agente se deparar com situações de sobrevivência e combate no meio líquido.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Aprender tipos e formas de natação e flutuação policial militar;
- Aprender e praticar técnicas e táticas de combate policial militar no meio líquido;
- Aprender a utilizar-se de meios expeditos de fluabilidade;
- Salvamento de pessoas e praticar e compreender procedimentos de sobrevivência em grupo no meio fluvial.
- Avaliação e
- Duathlon ( natação de 4km e corrida de 6km).

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

C/H	CONTEÚDO MINISTRADO	RECURSOS DIDÁTICOS
10/60	<p>Apneias: técnicas de apneia estática e dinâmica, com o objetivo de fortalecimento pulmonar e diagrama:</p> <p>1) Apneia Estática: Dilatação dos pulmões com apneia estática 30"; 40"; 50"; 1'; 1'20"; 1'30"; 1'45" 2'; 2'30", cada intervalo de 30 segundos;</p> <p>2) Apneia Dinâmica: Com deslocamento utilizando de uma borda a outra da piscina emergindo e para respirar usando a técnica de pernada tesourada e prosseguindo até a outra borda.</p> <p>Técnicas de entrada no meio líquido:</p> <p>a) Será ensinado a técnica do passo do gigante para entrada no meio líquido;</p> <p>b) Será ensinado entrada no meio líquido para a finalidade de resgate;</p> <p>c) Será ensinado entrada de mergulho na posição vertical, emergindo de forma segura, protegendo a cabeça de objetos e mergulhando na posição fetal emergindo com o braço esticado fazendo movimentos circulares, livrando-se de possível combustão de combustível no meio líquido.</p> <p>Exercícios de fixação:</p> <p>Exercício 1: em uma das bordas será demonstrado ao discente como se dará o exercício de entrar no meio líquido pelo instrutor, utilizando o "passo do gigante"; Exercício 2: serão colocados objetos (mochila impermeabilizada dos alunos na água para simular tocos e outros), para se utilizar da técnica de entrada vertical.</p> <p>Exercício 3: será simulado e demonstrado pelo instrutor a prática de mergulhar sob objetos que estão na água;</p> <p>Exercício 4: feita simulação de resgate.</p>	Piscina e Material de salvatagem



## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

10/60	<p>Natação Utilitária Policial Fluvial: técnicas de natação estilo peito voltada para o âmbito militar:</p> <p>a) Natação de aproximação: para possível resgate, onde o militar sempre observa o objetivo;</p> <p>b) Natação de infiltração: será ensinado como o militar se aproxima, em modo furtivo do objetivo, provocando o mínimo de marola e ruído na água.</p> <p>Tipos e formas de flutuação: Técnicas de flutuação voltada para o âmbito militar, será ensinado dois tipos de flutuação, a estática e a dinâmica:</p> <p>a) Flutuação Estática: é ensinado a técnica de flutuabilidade utilizando a pernada do nado de peito e utilizando as mãos para estabilizar.</p> <p>b) Flutuação Dinâmica: é ensinado a técnica de natação de infiltração, referenciando o estilo peito da natação esportiva, observando no deslocamento a pernada e a braçada;</p> <p>Exercícios de fixação das duas técnicas de flutuação apresentadas:</p> <p>Exercício 1: em flutuação estática o discente ficará flutuando com equipamento (cinto NA com pistola e armamento longo a tiracolo);</p> <p>Exercício 2: o aluno engajará o armamento longo obedecendo o instrutor que o orientará o perigo do combate.</p>	Material de salvatagem e mochila
5/60	<p>Desequipar e equipar no meio líquido: será mostrado técnicas de como retirar e por o fardamento em meio líquido e a mochila tática:</p> <p>-Será ensinado como desequipar o fardamento no meio líquido, mostrando a ordem de cada peça do fardamento e o padrão do aduchamento do fardamento no corpo;</p> <p>-Será ensinado como equipar o fardamento no meio líquido, mostrando a ordem de colocação de cada peça do fardamento</p> <p>-Será ensinado como equipar a mochila no meio líquido.</p> <p>Exercícios de fixação das duas técnicas apresentadas:</p> <p>Exercício 1: O discente entrará na água fardado e terá um tempo para desequipar fazendo o aduchamento da farda;</p> <p>Exercício 2: o discente entrará na água e terá um tempo para equipar-se e sair da água fardado.</p>	Material de salvatagem e mochila. Material de salvatagem e mochila
10/60	<p>Flutuação usando meios expeditos: será mostrado como flutuar utilizando outras formas para que possa deslocar-se ou ficando estático.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- será demonstrado o uso da mochila como meio de flutuabilidade tanto deslocando ou estático;</li> <li>- Meios de flutuabilidades: utilização de boias com a gandola ou a calça.</li> <li>- Jangada com mochila.</li> </ul> <p>Exercício de fixação: exercício 1: o aluno deslocará em dupla utilizando a mochila como meio de flutuabilidade sem armamento engajado; exercício 2: o aluno deslocará em dupla utilizando a mochila como meio de flutuabilidade engajando o armamento longo e exercício 3: a dupla de alunos deslocará utilizando a mochila como meio de flutuabilidade engajando o armamento e transpondo objetos na água, utilizando a apneia dinâmica mergulhando enquanto o outro aluno faz a segurança e logo após fará uso da mesma técnica para transpor; exercício 4: o aluno deslocará em dupla utilizando uma bóia feita com a gandola e/ou calça, com objetivo de chegar a margem de um rio ou manter-se flutuando para um possível resgate; exercício 4: o aluno fará uma jangada utilizando a mochila tática e cabo solteiro e deslocará em dupla ou em quarteto deslocando em meio líquido e engajando o armamento longo.</p>	
5/60	<p>Salvamento de pessoas: será ensinado a utilização de equipamentos de salvatagem como boia rígida, flutuadores e outros meios expeditos apresentados.</p> <p>Exercício de fixação:</p> <p>Exercício 1: o aluno utilizando da técnica de nado de aproximação, utilizando do flut para fazer o resgate da pessoa em perigo;</p> <p>Exercício 2: o aluno utilizando uma boia rígida lançará para a pessoa em perigo para que possa rebocá-la para a embarcação.</p>	Material de salvatagem
10/60	<p>Avaliação geral da disciplina: será aplicado todo o conteúdo ministrado, onde o aluno será avaliado seguindo os critérios pré-estabelecidos.</p> <p>Início da Avaliação de Apneia Estática e Dinâmica: Apneias estática e dinâmica, uma parte do turno vai para bombordo e outra para boreste da piscina, onde já estarão os instrutores nesses bordos para avaliação do exercício.</p> <p>1ª Avaliação: Apneia Estática: será feito a dilatação dos pulmões com apneia estática 30" ; 40" ; 50" ; 1' ; 1'20" ; 1'30" ; 1'45" 2' ; 2'30", dando um intervalo de uma bateria para a outra de 30 segundos;</p> <p>2ª Avaliação: Apneia dinâmica: deslocamento até o outro bordo da piscina sem armamento longo, munidos de cinto NA com a pistola coldreada;</p> <p>3ª Avaliação: Apneia dinâmica: deslocamento até o outro bordo da piscina com armamento longo em bandoleira a tiracolo e munidos de cinto NA com pistola coldreada. No fim dessa etapa todos os alunos entrarão em forma ainda dentro da piscina para o próximo exercício;</p>	Material de salvatagem e mochila

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

	<p>Início da Avaliação de flutuação estática e dinâmica: uma parte do turno vai para bombordo e outra para boreste da piscina, onde já estarão os instrutores nesses bordos para avaliação do exercício.</p> <p>1ª Avaliação: Flutuação Estática, desequipar o turno em forma será dado a ordem de desequipar e à medida que vão desequipando o aluno vai saindo da piscina para inspeção, caso não estejam no padrão o aluno volta para água para enquadrar-se no padrão exigido;</p> <p>2ª Avaliação: Flutuação Estática, equipar: Após a inspeção o aluno entra na piscina para equipar-se, quando estiver equipado sai da piscina para uma nova inspeção e caso não estejam no padrão o aluno volta para água para enquadrar-se no padrão exigido. Enquanto o aluno não acertar o exercício ele repetirá até conseguir êxito;</p> <p>3ª Avaliação: Flutuação Estática, engajamento arma longa: Com o armamento longo em bandoleira será pedido que faça o engajamento do armamento atentando para o comando de com perigo à esquerda (um silvo de apito), direita (dois silvos de apito) e retaguarda (silvo longo).</p> <p>4ª Avaliação: Flutuação Estática, transição de armamento: com o armamento longo engajado, será dada a ordem para a o turno fazer a transição do armamento, do longo para o curto, fazendo a mesma dinâmica para voltar para o longo.</p> <p>5ª Avaliação: Flutuação Dinâmica, deslocamento com armamento: com o armamento longo engajado, será dada a ordem para deslocar flutuando, com o auxílio da mochila, com o armamento longo circundando a piscina. Após tantas voltas, o instrutor dará a ordem para fazer a transição do armamento. Depois de algum tempo voltará fazendo a transição para o armamento longo;</p> <p>6ª Avaliação: engajado o armamento, será dada a ordem para deslocar flutuando, com o auxílio do tubo de resgate (flut) circundando a piscina. Após tantas voltas, o instrutor dará a ordem para fazer a transição do armamento. Depois de algum tempo voltará, fazendo a transição para o armamento longo.</p> <p>7ª Avaliação: Usando a mochila impermeabilizada. Os alunos usaram a mochila como meio de flutuação para pear o armamento longo. 1. Com a mochila na água o aluno deverá equipar, o armamento longo estará em bandoleira.</p>	
--	---	--

### AVALIAÇÃO

ESCRITA: ( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA	PRÁTICA: (x) SUMULADA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS
---	---

### ESTRATÉGIAS DE ENSINO:

(x) AULA PRÁTICA ( ) ESTUDO DE CASO (x) SIMULAÇÃO ( ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO
---

### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades serão realizadas todas em meio líquido (piscina), exigirá esforço físico, em razão da disciplina ser de caráter exclusivamente prática.
---

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BATAGLION, Giandra Anceskil Metodologia de ensino de atividades aquáticas. Indaia: UNIASSELVI, 2017. Manual técnico de salvamento aquático do corpo de bombeiros militar do estado do Espírito Santo.
---

### DESPACHO

COORDENADOR-EXECUTIVO	INSTRUTOR DA DISCIPLINA
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO	
COORDENADOR-GERAL	

### IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA	TFM			C/H total	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial		Continuada	X Complementar
MODALIDADE	X	Presencial		EAD	Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL				
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO	CB PM ALESSANDRO JEFFERSON DOS SANTOS				
OBJETIVO GERAL: Desenvolver e aprimorar a capacidade física dos policiais militares, preparando-os para as demandas operacionais e promover a saúde e o bem-estar.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
a) Aumentar a resistência cardiovascular e muscular;					
b) Desenvolver a força e agilidade;					

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

c) Melhorar a coordenação motora e equilíbrio; d) Promover a disciplina e espírito de corpo; e) Contribuir para a saúde.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO	RECURSOS DIDÁTICOS		
02/10	1) 1) Introdução ao TFM 2) - Conceitos Básicos (aptidão física, atividade física e exercício físico); 3) - Importância TFM para atividade policial militar; 4) - Importância para a saúde.	Uniforme de TFM (7º A) Cronômetro, Apitos, Cones, Barra Fixa, Colchonetes, tatames e cordas.		
04/10	5) 2) TFM voltado à atividade policial militar 6) - Flexão na barra fixa; 7) - Abdominal remador; 8) - Flexão de braço de 4 e 6 apoios; 9) - Sustentação na barra fixa; 10) - Corrida; e 11) - Agachamentos e exercícios para membros inferiores.	Uniforme de TFM (7º A) Cronômetro, Apitos, Cones, Barra Fixa, Colchonetes, tatames e cordas.		
04/10	3) TAF	Uniforme de TFM (7º A) Cronômetro, Apitos, Cones, Barra Fixa, Colchonetes, tatames e cordas.		
AVALIAÇÃO				
ESCRITA:( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA		PRÁTICA:(X) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS		
ESTRATÉGIAS DE ENSINO				
(X) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( ) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO				
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
1)	1) Será realizada aula teórica com o intuito que os alunos conheçam a relevância dos exercícios físicos para a atividade policial e saúde.			
2)	2) Será realizada atividades físicas progredindo gradualmente nos exercícios			
3)	3) Todas as atividades serão supervisionadas e orientadas por um profissional de educação física com objetivo de melhorar o condicionamento físico e aperfeiçoar as técnicas dos alunos.			
4)				
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA				
BRASIL. Manual de Campanha EB20-MC-10.30, Treinamento Físico Militar. Boletim do Exército nº 053, de 3 de dezembro de 2015. Manual de Educação Física da PMPA. Aditamento ao Boletim Geral nº 95, de 05 de novembro de 2025.				
DESPACHO				
COORDENADOR-EXECUTIVO		INSTRUTOR DA DISCIPLINA		
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO				
COORDENADOR-GERAL				
IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA	DEFESA PESSOAL		C/H total	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial	Continuada	X
MODALIDADE	X	Presencial	EAD	
LOCAL DA INSTRUÇÃO	COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLICIA FLUVIAL			
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO	3º SGT PM KLEDSON MACIEL GODINHO			
OBJETIVO GERAL:				
Capacitar os agentes de Segurança Pública com conhecimentos específicos relativo à atuação policial militar, com conhecimentos de defesa pessoal, possibilitando o emprego e utilização de técnicas que poderão utilizar dentro do serviço policial militar, objetivando tornar o policial mais técnico e dotado de conhecimentos para o bom desempenho das suas funções.				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:				
a) Conhecer técnicas de defesa pessoal.				
b) Golpes traumáticos.				

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

c) Técnicas de imobilização d) Técnicas de algemamento. e) Técnicas condução. f) Simulação		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO	RECURSOS DIDÁTICOS
03/10	<b>1) Apresentação da disciplina.</b> - Demonstração da importância da defesa pessoal para o serviço policial militar. - Apresentações das técnicas e movimentos básicos utilizados na disciplina. - Apresentações de golpes traumáticos - Demonstrações de técnicas de imobilização, algemamento e condução. - Prática supervisionada das técnicas apresentadas	Sala de aula climatizada Computador Data Show Tatame e área externa
07/0	<b>2) Simulação.</b> Nesse momento será colocado em prática todas as técnicas apresentadas no decorrer da instrução, momento no qual os instruídos serão colocados em uma situação específica na qual deverão utilizar os conhecimentos adquiridos para resolver a ocorrência de forma técnica e dentro do princípio da razoabilidade e proporcionalidade.	Tatame e área externa
AVALIAÇÃO		
<b>ESCRITA:</b> ( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA		<b>PRÁTICA:</b> (X) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS
ESTRATÉGIAS DE ENSINO		
(X) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO (X) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS		
- As atividades serão realizadas em sala de instrução assim como em ambiente externo, sob supervisão do instrutor, em razão da disciplina ser de caráter prática na sua maior parte. - Apresentação da disciplina. - Apresentações das técnicas e movimentos básicos utilizados na disciplina. - Apresentações de golpes traumáticos - Demonstrações de técnicas de imobilização, algemamento e condução. - Serão montadas oficinas onde os instruídos irão reproduzir as técnicas demonstradas sendo supervisionados pelo instrutor momento no qual será feitos orientações e ajustes para prática perfeita dos exercícios realizados. - Simulação. - Será realizada a prática de todas as técnicas apresentadas onde os instruídos serão colocados em uma situação específica que deverão utilizar os conhecimentos adquiridos no decorrer da instrução para que sua solução seja de forma técnica e dentro do princípio da razoabilidade e proporcionalidade.		
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
Polícia Militar. Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará: DGO/PMPA. 2014. <a href="https://www.pm.pa.gov.br/images/2020/Portarias/manual_de_procedimentos_e_ordem_unida_tonfa_pmpa.pdf">https://www.pm.pa.gov.br/images/2020/Portarias/manual_de_procedimentos_e_ordem_unida_tonfa_pmpa.pdf</a> <a href="https://www.pm.sc.gov.br/tudo-sobre/defesa-pessoal">https://www.pm.sc.gov.br/tudo-sobre/defesa-pessoal</a> <a href="https://tiagothepolice.com.br/a-importancia-da-defesa-pessoal-para-o-servico-policial">https://tiagothepolice.com.br/a-importancia-da-defesa-pessoal-para-o-servico-policial</a> .		
DESPACHO		
COORDENADOR-EXECUTIVO		INSTRUTOR DA DISCIPLINA
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO		
COORDENADOR-GERAL		

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA						
DISCIPLINA	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR EM ÁREAS RIBEIRINHAS			C/H total		20
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial		Continuada	X	Complementar Híbrido
MODALIDADE	X	Presencial		EAD		
LOCAL DA INSTRUÇÃO	COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL					
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO	3º SGT PM JEFFERSON HAIDE DE SOUSA MAIA					
OBJETIVO GERAL: Capacitar os alunos do II Curso de Ações Policiais Fluviais para executarem as manobras e procedimentos emergenciais necessários a minimização do trauma e seus efeitos fisiopatológicos, visando ao socorro próprio ou de outro operador da Segurança Pública vitimado ainda no ambiente operacional, em treinamentos ou em localidades que inviabilizem o atendimento por						

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

<p>profissionais de saúde em tempo hábil, exercendo-o até a chegada das equipes especializadas de emergências em saúde e para o emprego da imediata evacuação até o suporte médico-hospitalar adequado.</p> <p><b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b></p> <p>a) Ampliar conhecimentos para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dentro do cuidado tático de Controle de Sangramento Maciço (M)</li> <li>- Dentro do cuidado tático de Controle das Vias Aéreas e Ventilação (A)</li> <li>- Dentro do cuidado tático de Manutenção da Respiração (R)</li> <li>- Dentro do cuidado tático de Circulação e Choque (C)</li> <li>- Dentro do cuidado tático de Prevenção da Hipotermia (H)</li> </ul> <p>b) Exercitar suas habilidades para executar na fase de Cuidados em Campo Tático as manobras e procedimentos emergenciais necessários a minimização do trauma e seus efeitos fisiopatológicos, visando ao socorro próprio ou de outro operador da segurança pública vitimado ainda no ambiente operacional, em treinamentos ou em localidades que inviabilizem o atendimento por profissionais de saúde em tempo hábil, exercendo-o até a chegada das equipes especializadas de emergências em saúde;</p> <p>c) Fortalecer as atitudes e Reconhecer a importância do emprego dos Cuidados em Campo Tático em si mesmo e ao operador ferido, minimizando a letalidade por mortes evitáveis.</p>		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO	RECURSOS DIDÁTICOS
05/20	<p>1) Atendimento em Campo Tático: MARCH – Parte teórica (05 h/a).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Controle de Sangramento Maciço</li> </ul> <p>Anatomia Básica do Sistema Cardiocirculatório;</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Principais Áreas de Atenção para Identificação de Sangramento Maciço; Técnica de aplicação do torniquete; Torniquete alto e apertado (emergencial); Torniquete deliberado; principais falhas na aplicação do torniquete; Local de condicionamento do torniquete no equipamento do operador; Gaze para preenchimento de feridas;</li> <li>2. Técnica de emprego da gaze de preenchimento; Preenchimento na lateral e posterior do pescoço; principais falhas no preenchimento de feridas;</li> <li>3. Empacotamento de feridas preenchidas por bandagens e ataduras. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Controle de Vias Aéreas e Ventilação</li> </ul> </li> </ol> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Anatomia básica do Sistema Respiratório; vias aéreas superiores; Vias aéreas inferiores;</li> <li>2. Manobras Emergenciais; Inspeção das Vias Aéreas; Elevação de Queixo e/ou Tração Mandibular;</li> <li>3. Posicionamento do ferido; Posição de Recuperação; Posição Sentada e Inclinada para Frente;</li> <li>4. Cânula Nasofaríngea <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção da Respiração</li> </ul> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pneumotórax;</li> <li>2. Selo de Tórax Industrializado e métodos adicionais de oclusão;</li> <li>3. Válvula do Selo de Tórax; Manobra Emergencial; Posição de conforto.</li> <li>4. Circulação e Choque</li> <li>5. Sangramento não maciço;</li> <li>6. Identificar o Estado de Choque;</li> <li>7. Sangramentos maciços (revisão). <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenção da Hipotermia</li> </ul> </li> </ol> </li> </ol> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Técnicas e Procedimentos para evitar perda de calor corporal.</li> <li>2. Manta Térmica, Fonte de Calor Instantâneo.</li> <li>3. Avaliação secundária para busca por ferimentos adicionais</li> <li>4. Tesoura ponta romba.</li> </ol>	<p>Sala de aula climatizada; Computador e Data show</p> <p>Equipamento de proteção individual (colete balístico, arma de porte e arma longa, luvas de látex ou plástico), torniquetes, simulacros, dispositivos característicos da atuação especializada do curso, dispositivos que compõem os kits de APH tático.</p>
05/20	02. Atendimento em Campo Tático: MARCH – Parte prática (05 h/a).	<p>Sala de aula climatizada; Computador e Data show</p> <p>Equipamento de proteção individual (colete balístico, arma de porte e arma longa, luvas de látex ou plástico), torniquetes, simulacros, dispositivos característicos da atuação especializada do curso, dispositivos que compõem os kits de APH tático.</p>
10/20	03. Oficinas:	Sala de aula climatizada;

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficina 1. Preenchimento de feridas (gaze hemostática e/ou de gaze de metro) e empacotamento (bandagem táctica)</li> <li>- Oficina 2. Abordagem de vias aéreas (manobras para liberação e cânula nasofaríngea)</li> <li>- Oficina 3. Abordagem da respiração (selo tórax e manobras emergenciais)</li> <li>- Oficina 4. Critério de triagem para evacuação, tratamento do sangramento não maciço, tratamento da hipotermia e empacotamento (atadura elástica e/ou crepom)</li> </ul>	<p>Computador e Data show</p> <p>Equipamento de proteção individual (colete balístico, arma de porte e arma longa, luvas de látex ou plástico), torniquetes, simulacros, dispositivos característicos da atuação especializada do curso, dispositivos que compõem os kits de APH tático.</p>
<b>AValiação</b>		
ESCRITA: ( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA		PRÁTICA: ( X ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO</b>		
( ) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO (X) SIMULAÇÃO DE AVALIAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO		
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>		
<p>(05 horas/aula: em um 1º momento 04 horas/aula, serão expositivas e dialogadas em sala de aula com a utilização de recursos audiovisuais, apresentação de slides, fotos, vídeos, debates cruzados sobre o tema, seguidas de 01 h/a hora-aula voltada para a revisão por meio da apresentação dos protocolos (I. atendimento sob confronto armado, II. em campo tático, III. em evacuação táctica) e fluxogramas (i. atendimento sob confronto armado e ii. em campo tático) de atendimento que podem ser extraídos do manual) (05 horas/aula, Em um 2º momento serão práticas em ambiente externo onde os discentes passarão por 04 bases de ensino (04 oficinas) seguindo o protocolo M.A.R.C.H. conforme acima).</p>		
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2021. Disponível em: &lt;<a href="https://forumseguranca.org.br/anuario-brasilero-seguranca-publica/">https://forumseguranca.org.br/anuario-brasilero-seguranca-publica/</a>&gt;. Acesso 28 out. 2021;</li> <li>- American College of Surgeons. Advanced Trauma Life Support. 10th ed. 2018;</li> <li>- Benov A, Shkolnik I, Glassberg E, Nadler R, Gendler S, Antebi B, et al. Prehospital trauma experience of the Israel defense forces on the Syrian border 2013-2017. The journal of trauma and acute care surgery. 2019 Jul 1;87(1S Suppl 1):S165–71;</li> <li>- Bradley M, Nealegh M, Oh JS, Rothberg P, Elster EA, Rich NM. Combat casualty care and lessons learned from the past 100 years of war. Current Problems in Surgery. 2017 Jun 1;54(6):315–51;</li> <li>- BRASIL. Ministério da Saúde. Exposição a Materiais Biológicos. 2006;</li> <li>- BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública; Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública, PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO PARA PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA - NÍVEL BÁSICO. Brasília.</li> <li>- BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública; Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública, MANUAL DA COORDENAÇÃO CURSO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO PARA PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA - NÍVEL BÁSICO. Brasília.</li> <li>- BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa No 16/MD, de 12 de Abril de 2018 - Aprova a Diretriz de Atendimento Pré-Hospitalar Tático do Ministério da Defesa para regular a atuação das classes profissionais, a capacitação, os procedimentos envolvidos e as situações previstas para a atividade.</li> <li>- Butler FK. Two decades of saving lives on the battlefield: Tactical combat casualty care turns 20. Military Medicine. 2017 Mar 1;182(3):e1563–8;</li> <li>- Callaway DW, Reed Smith AE, Medical Director O, Cain JS, Shapiro G, Coordinator E, et al. Tactical Emergency casualty care(TECC): guidelines for the provision of Pre-hospital trauma care in high Threat Environments;</li> <li>- Callaway DW, Robertson J, Sztajnkrzyer MD. Law enforcement-applied tourniquets: A case series of life- saving interventions. In: Prehospital Emergency Care. Informa Healthcare; 2015. p. 320–7;</li> <li>- Eastridge BJ, Mabry RL, Seguin P, Cantrell J, Topp T, Uribe P, et al. Death on the battlefield (2001-2011): Implications for the future of combat casualty care. Vol. 73, Journal of Trauma and Acute Care Surgery. 2012;</li> <li>- Frank Butler CK, Usn M. Tactical Combat Casualty Care in Special Operations [Internet]. Vol. 161, MILITARY MEDICINE. 1996. Available from: <a href="https://academic.oup.com/milmed/article/161/suppl_1/3/4931168">https://academic.oup.com/milmed/article/161/suppl_1/3/4931168</a> ;</li> <li>- NATO SOF Transformation and ther Development of NATO SOF Medical Doctrine and Policy;</li> <li>- NATO Special Operations Forces Medical Engagements and Partnering Course: Initial Curriculum Recommendations from the NSHQ SOFMEP Committee;</li> <li>- National Association of Emergency Medical Technicians (Naemt). Phtls: Prehospital Trauma Life Support, Military Edition. 9th ed. 2019;</li> <li>- POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. Resolução No 001/2020 - Alto Comando - Institui no âmbito da Polícia Militar do Pará, os procedimentos operacionais padrões (POP) a serem adotados no âmbito da PMPA.Polícia Militar do Pará, 2020.</li> <li>- POLÍCIA MILITAR DO PARÁ Cadernos de Estudo - Atendimento Pré-Hospitalar - Polícia Militar do Pará Belém</li> <li>- PA Polícia Militar do Pará, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças Cel. Moreira, , 2022.</li> </ul>		
<b>DESPACHO</b>		

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

COORDENADOR-EXECUTIVO	INSTRUTOR DA DISCIPLINA
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO	
COORDENADOR-GERAL	

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA								
DISCIPLINA		NAVEGAÇÃO TERRESTRE (APP AVENZA MAPS)		C/H total		10		
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial		Continuada		X	Complementar	
MODALIDADE		X	Presencial	EAD			Híbrido	
LOCAL DA INSTRUÇÃO		COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLICIA FLUVIAL						
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO		3º SGT PM SILVA JUNIOR						
OBJETIVO GERAL: Instruir o corpo discente quanto ao uso de Geotecnologia aplicada à navegação terrestre, com ênfase em operações de policiamento ambiental.								
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>								
- Compreender a funcionalidade do aplicativo Avenza Maps;								
- Conhecer as ferramentas do aplicativo Avenza Maps e sua utilização nas operações de policiamento fluvial;								
- Aplicar as ferramentas de navegação em ambiente de selva/aquático utilizando o aplicativo Avenza Maps.								
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>								
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO						RECURSOS DIDÁTICOS	
03/10	1) Aspectos introdutórios à navegação terrestre: f.i) Pontos cardeais e colaterais, paralelos e meridianos; f.ii) Latitude e Longitude; f.iii) Sistemas de Coordenadas Geográficas e UTM; f.iv) Elementos obrigatórios do Mapa.						Sala de aula climatizada Área externa para exercícios práticos Computador Data show Celular e capa protetora Viatura/lancha	
03/10	2) Aplicativo Avenza Maps a.i) Mapas Georreferenciados; a.ii) Suporte de mapas na versão gratuita do Avenza Maps; a.iii) Conhecendo as ferramentas do app Avenza Maps (Configuração, importar e exportar arquivos, formatos de arquivos, inserir coordenadas, inserir foto, vetores e armazenamento [Camadas], desenhar rotas e áreas, rastreamento, navegar até um destino. a.iv) Prática de navegação a pé; a.v) Prática de navegação utilizando veículo automotor ou lancha.						Sala de aula climatizada Área externa para exercícios práticos Computador Data show Celular e capa protetora Viatura/lancha	
04/10	3) Avaliação Prática de navegação terrestre.						Área externa para exercícios práticos Celular e capa protetora Viatura/lancha	
<b>AVALIAÇÃO</b>								
ESCRITA: ( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA				PRÁTICA: (X) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS				
ESTRATÉGIAS DE ENSINO								
(X) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO (X) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO								
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS								
A atividade teórica irá acontecer no auditório da CIPFLU, ambiente de ensino-aprendizagem devidamente adequado, e a atividade prática será realizada no Parque Estadual do Utinga, ambas com o escopo de alcançar os objetivos da disciplina.								
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>								
ROSA, Roberto; BRITO, Jorge Luis Silva. Introdução ao geoprocessamento. UFU: Apostila. Uberlândia, 2013. Disponível em:								

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7676925/mod\\_resource/content/1/Apostila\\_Geop\\_rrosa.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7676925/mod_resource/content/1/Apostila_Geop_rrosa.pdf).

SANTOS, Leonardo Sousa dos, Ebook [livro eletrônico]: Avenza Maps app; versão 2023/ Leonardo Souza dos Santos. 2. ed. - Belém, PA: Geodigital, 2023.

**DESPACHO**

COORDENADOR-EXECUTIVO

INSTRUTOR DA DISCIPLINA

COORDENADOR – ADMINISTRATIVO

COORDENADOR-GERAL

**IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

DISCIPLINA		NOÇÕES DE MECÂNICA NAÚTICA BÁSICA			C/H total	05
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial		Continuada		X
MODALIDADE		X	Presencial		EAD	Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO		COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL				
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO		CB PM ANTONIO PANTOJA RIBEIRO NETO				
OBJETIVO GERAL: Capacitar os alunos a compreenderem os princípios básicos de mecânica náutica, permitindo-lhes realizar manutenções preventivas, identificar problemas comuns nos motores e executar reparos simples.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
1) Identificar os diferentes tipos de motores náuticos;						
2) Conhecer a estrutura e funcionamento dos motores náuticos;						
3) Proceder de forma segura a verificação dos motores e identificar as partes comuns nos motores.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO					RECURSOS DIDÁTICOS
01/05	Tipos de combustíveis utilizados nos motores náuticos e suas propriedades;					Sala de aula climatizada Computador Data Show
02/05	Óleos utilizados nos motores;					Sala de aula climatizada Computador Data Show
03/05	Principais causadores de pane nos motores;					Sala de aula climatizada Computador Data Show
04/05	Procedimentos de segurança no funcionamento dos motores; e					lanchas
05/05	Manutenção preventiva de motores e resoluções de panes básicas.					lanchas
AVALIAÇÃO						
ESCRITA: (X) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA				PRÁTICA: ( ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS		
ESTRATÉGIAS DE ENSINO						
( ) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( ) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO						
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS						
1) As atividades serão realizadas em sala de instrução e no pier na CIPFLU (nas lanchas), sem que haja esforço físico, em razão da disciplina ser de caráter teórico.						
2) As instruções serão expositivas, dialogadas e práticas com a utilização de recursos audiovisuais, apresentação de slides, fotos, vídeos, discussões e debates cruzados.						
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA						
Manual da Volvo penta aquamaticduoprop KAD 43P/DP						
Manual do proprietário da Yamaha motores 40 hp, 115 hp, 150hp.						
Manual do proprietário da Mercury 60 hp.						
DESPACHO						
COORDENADOR-EXECUTIVO					INSTRUTOR DA DISCIPLINA	



**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

COORDENADOR – ADMINISTRATIVO
COORDENADOR-GERAL

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA								
DISCIPLINA	POLICIAMENTO EMBARCADO			C/H total 20				
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA	<input type="checkbox"/> Inicial	<input type="checkbox"/> Continuada	<input checked="" type="checkbox"/> X	Complementar				
MODALIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Presencial	<input type="checkbox"/> EAD	<input type="checkbox"/>	Híbrido				
LOCAL DA INSTRUÇÃO	COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL							
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO	CB PM TALES VANDRÉ LOPES ALHO							
OBJETIVO GERAL: Capacitar os agentes de segurança pública através de táticas e técnicas de policiamento embarcado, aperfeiçoando sua capacidade operacional referente ao policiamento ostensivo na malha fluvial.								
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: - Padronizar armamento e equipamento, bem como o policiamento e abordagens da guarnição embarcada, minimizando desta forma, os riscos existentes nas Operações Fluviais; - Trabalhar táticas operacionais de acordo com a necessidade e tipo de policiamento (Reconhecimento; Preventivo; Repressivo e de Fiscalizações); - Conhecer as peculiaridades inerentes ao policiamento na malha fluvial.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO								
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS				
04/20	1- Apresentação dos objetivos gerais do policiamento embarcado (conceitos, tipos, preparação do operador, armamento e equipamento)			Sala de aula climatizada Computador Data Show				
04/20	2- Capacidade de planejamento das operações fluviais			Sala de aula climatizada Computador Data Show				
04/20	3 – Apresentação dos componentes de guarnição e suas respectivas funções			Sala de aula climatizada Computador Data Show				
04/20	4 – Apresentação das diversas formas de operar de acordo com a supressão na quantidade de componentes na guarnição			Sala de aula climatizada Computador Data Show				
04/20	5 - Simulação e/ou Prática			Utilização de embarcação pertencente à CIPFLU				
AVALIAÇÃO								
ESCRITA: ( X ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA		PRÁTICA: ( ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS						
ESTRATÉGIAS DE ENSINO								
( x ) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( ) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO								
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS								
1) As instruções serão expositivas e dialogadas com a utilização de recursos audiovisuais, apresentação de slides, fotos, vídeos, discussões e debates cruzados; 2) As aulas simuladas e/ou práticas serão feitas primeiramente em sala, posteriormente, de maneira embarcada em meio líquido.								
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA								
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Polícia Militar. Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará: DGO/PM/PA. 2014. Conselho Estadual de Segurança Pública RESOLUÇÃO Nº 204/12 CONSEP. Aprova normas acerca do Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública do Estado do Pará. Belém, 2012.								
DESPACHO								
COORDENADOR-EXECUTIVO			INSTRUTOR DA DISCIPLINA					
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO								
COORDENADOR-GERAL								

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL			C/H	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA	Inicial	Continuada	X	Complementar	
MODALIDADE	Presencial	EAD		Híbrido	
LOCAL DA INSTRUÇÃO	COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL				
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO	3º SGT PM MARCO ANTONIO DE SOUZA GONCALVES				
OBJETIVO GERAL: Capacitar os policiais militares a compreender e aplicar a Legislação Ambiental no exercício da atividade policial, garantindo a eficácia das ações.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: - Propiciar conhecimentos Jurídico Constitucional e Ambiental, a fim de identificar os principais crimes Ambientais que ocorrem com maior frequência durante o exercício da Atividade Policial, além de capacitar os Alunos de maneira a estes darem o encaminhamento correto das ocorrências policiais,					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS	
01/10	1- Apresentação: Do Instrutor/Dos Alunos e Da Disciplina			Sala de aula climatizada Computador Data Show	
03/10	2 - Principais tópicos do Direito - Fundamentação Constitucional de Meio Ambiente - Lei de Crimes Ambientais; - Código Florestal (APP / RL); - Lei 9.985/2000 (Unidade de Conservação); - Decreto 6514;			Sala de aula climatizada Computador Data Show	
04/10	3.1 Principais Crimes Ambientais/ Instruções Normativas. - Crimes Contra Fauna. - Instrução Normativa 10/2011 (IBAMA) Manejo de Passariformes. - Instrução Normativa 48/2007 (IBAMA) / Defeso Peixe - Crimes Contra a Flora (Art 38 ao Art. 53). - Instrução Normativa 01/2022 (SEMAS)/ Transporte de Produtos e Subprodutos Florestal. - Instrução Normativa 16/2022 (IBAMA) / Criação de Passariformes.			Sala de aula climatizada Computador Data Show	
02/10	- Aplicação de Exercício de Fixação para preparação para avaliação.			Sala de aula climatizada	
AVALIAÇÃO					
ESCRITA:(X)OBJETIVA( )SUBJETIVA( )MISTA			PRÁTICA: ( ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS		
ESTRATÉGIAS DE ENSINO					
(X ) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( ) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO					
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS					
1) As atividades serão realizadas todas em sala de instrução, sem que haja esforço físico, em razão da disciplina ser de caráter exclusivamente teórico. 2) As instruções serão expositivas e dialogadas com a utilização de recursos audiovisuais, apresentação de slides, fotos, vídeos, discussões e debates cruzados.					
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA					
f) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a> . GOMES, Luiz Flávio; MACIEL, Sílvia Luiz. Lei de Crimes Ambientais: comentários à Lei 9.605/1998. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015. p. 160					
DESPACHO					
COORDENADOR-EXECUTIVO			INSTRUTOR DA DISCIPLINA		
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO					
COORDENADOR-GERAL					

# ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA	PATRULHA POLICIAL FLUVIAL EM ÁREA RIBEIRINHA			C/H	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA	Inicial			X	Complementar
MODALIDADE	Presencial				Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL				
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO	3º SGT ACÁCIO				
OBJETIVO GERAL: Capacitar os alunos a utilizarem a conduta de patrulha em diligência, executando técnicas de deslocamento diurno e noturno em área de selva, bem como a desenvolverem a capacidade de construir abrigos e acampamentos.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
- Conhecer procedimentos nos casos de emboscadas e contra emboscada; - Identificar armadilhas anti- pessoal e a obtenção de alimentos em área de selva.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS	
0520	<ul style="list-style-type: none"> <li>Praticar sobrevivência em área de selva;</li> <li>Construção de abrigos e acampamentos;</li> <li>Acampamento em áreas de selva;</li> <li>Transposição de curso d'água;</li> </ul> 5. Técnicas de Sobrevivência em Áreas de Selva.			Sala de aula climatizada; - Computador; - Data show; - Viatura e - Centro de Instruções.	
15/20	Constituição de uma patrulha de Navegação Terrestre; Rastreamento e Contra Rastreamento; Emboscadas e Contra Emboscadas. 4. Conduta de patrulha em diligência, executando técnicas de deslocamento diurno e noturno em área de selva; 5. Simulação de sobrevivência; 6. Avaliação de aprendizagem.				
AVALIAÇÃO					
ESCRITA: (X) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA			PRÁTICA: ( ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS		
ESTRATÉGIAS DE ENSINO					
(X) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( ) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO					
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS					
As atividades serão realizadas em sala de instrução e área externa, em razão da disciplina ser de caráter prático e teórico.					
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA					
Manual de Campanha. PATRULHA, C21-75. Exército Brasileiro. 1ª ed.;					
Manual Básico do Fuzileiro Naval.					
DESPACHO					
COORDENADOR-EXECUTIVO				INSTRUTOR DA DISCIPLINA	
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO					
COORDENADOR-GERAL					
IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA	NÓS E AMARRAÇÕES			C/H	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA	Inicial			X	Complementar
MODALIDADE:	X	Presencial		EAD	Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	Auditório do Grupamento Fluvial de Segurança Pública				
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO:	CB PM VERING				
OBJETIVO GERAL: Capacitar os alunos no manuseio de cabos, confecção de nós e amarras.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
2) Ensinar os nós e amarrações, voltado ao serviço policial embarcado; e 3) Identificar e confeccionar os nós e amarrações.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS	
4/10	- Terminologia dos cabos; - Manuseio dos cabos;			5) Sala de aula climatizada; 6) Computador;	

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Características dos nós e amarrações;</li> <li>- Funcionalidade dos nós e amarrações: nós de junção e nós de peação.</li> </ul>	7) Data show; 8) Cabo solteiro; 9) Pier da CIPFLU.
4/10	4) Confeção dos nós e amarrações: pescador, direito, escota, catal, volta do fiel, boca de lobo, prussik, lais de guia e aselha, além de nós e voltas complementares.	
2/10	5) Avaliação prática	
<b>AVALIAÇÃO:</b>		
ESCRITA:( )OBJETIVA( )SUBJETIVA( )MISTA		PRÁTICA:(X)SÚMULA DE AVALIAÇÃO (x)OUTROS
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO:</b>		
(X)AULA EXPOSITIVA DIALOGADA( )ESTUDO DE CASO(X)SIMULAÇÃO( )ESTUDO DIRIGIDO ( )SEMINÁRIO.		
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>		
As atividades serão realizadas em sala de instrução e área externa, em razão da disciplina ser de caráter prático e teórico.		
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>		
Curso técnico nós e amarrações – União dos Escoteiros do Brasil Região São Paulo.		
DESPACHO		
COORDENADOR-EXECUTIVO		INSTRUTOR DA DISCIPLINA
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO		
COORDENADOR-GERAL		

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA	PATRULHA POLICIAL AMBIENTAL RURAL			C/H	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial	Continuada		Complementar
MODALIDADE:	X	Presencial	EAD		Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL e PARQUE ESTADUAL DO UTINGA				
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO:	3º SGT PM ACÁCIO				
OBJETIVO GERAL: Instruir o corpo discente quanto às técnicas e habilidades aplicadas nas condutas de patrulha e tomadas de assalto em ambiente de selva.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
a) Compreender as condutas e formações de patrulha em ambiente de selva;					
b)Aplicar técnicas de tomadas de assalto em locais críticos de policiamento ambiental (acampamentos de desmatamentos, garimpos e de trabalho análogo a escravidão) e operacionalizar na patrulha os conhecimentos de navegação terrestre e APH tático.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS	
2/10	1) Instruções de conduta de patrulha: - Tipos de deslocamento. - Composição de uma patrulha. - Paradas táticas.			- Sala de aula climatizada; - Computador; - Data show; - Viatura e - Centro de Instruções.	
2/10	2) Noções de Assalto Tático				
3/10	3 - Emprego dos sentidos humanos (audição, visão olfato e tato – AVOT).				
3/10	4 – Orientações de Conduta de Patrulha				
AVALIAÇÃO:					
ESCRITA:( )OBJETIVA( )SUBJETIVA( )MISTA			PRÁTICA:(X)SÚMULA DE AVALIAÇÃO( ) OUTROS		
ESTRATÉGIAS DE ENSINO:					
( X )AULA EXPOSITIVA DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO (X) SIMULAÇÃO ( ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO					
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS					
As atividades serão realizadas em sala de instrução e área externa, em razão da disciplina ser de caráter prático e teórico.					
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA					
COSTA, José Luiz da. O patrulhamento rural de Uberaba: Análise de seus resultados e a influência na criminalidade e na segurança pública em 2007. 2008. 86f. Monografia (Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP II – 2008) – Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2008.					

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

MARTINS, Fernando Príncipe. O Emprego das Técnicas de Patrulhas Como Forma Adequada e Profissional de Combate. 1995. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais). Rio de Janeiro, 1995.  
 RESTIVO, Nivaldo César. Patrulhamento em Local de Risco. 2006. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais). São Paulo, 2002.

### DESPACHO

COORDENADOR-EXECUTIVO	INSTRUTOR DA DISCIPLINA
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO	
COORDENADOR-GERAL	

### IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA	ARMAMENTOS E EQUIPAMENTO POLICIAL FLUVIAL	C/H	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA	Inicial	X	Complementar
MODALIDADE	X Presencial	EAD	Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL		
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO	3º SGT PM ENDERSON MELO		

**OBJETIVO GERAL:** Possibilitar aos policiais militares a compreensão das características e classificação de armamentos, identificação de eventuais defeitos, bem como, capacitá-los a realizar a manutenção preventiva de armamentos, prolongando a vida útil, dando mais confiabilidade e garantindo a eficácia dos armamentos empregados no policiamento fluvial .

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificação de eventuais defeitos nos armamentos utilizados;
- Como realizar a manutenção preventiva, garantindo a eficácia dos armamentos empregados no policiamento fluvial .

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

C/H	CONTEÚDO MINISTRADO	RECURSOS DIDÁTICOS
03/10	1- Apresentação da Disciplina	Computador e Data Show Patio da CIPFLU
03/10	2 - Principais tópicos da instrução: - Noções das características e classificação de armamentos . - Identificação de eventuais defeitos e possíveis panes. - Noções de manutenção preventiva de de armamentos.	Computador e Data Show Patio da CIPFLU
04/10	3 – AULA PRÁTICA - Identificação de eventuais defeitos. e - Manutenção preventiva de de armamentos.	Ferramentas para manutenção de armamentos. Patio CIPFLU

### AVALIAÇÃO

ESCRITA: OBJETIVA SUBJETIVA ( ) MISTA PRÁTICA: (X) SÚMULA DE AVALIAÇÃO (X) OUTROS

### ESTRATÉGIAS DE ENSINO

(X) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA, ESTUDO DE CASO ( ) SIMULAÇÃO ( )

### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- 1) As instruções serão expositivas e dialogadas com a utilização de recursos audiovisuais, apresentação de slides, fotos, vídeos, discussões e debates.
- 2) As atividades, em razão da disciplina ser de caráter teórico e prático, poderão ser realizadas em sala de instrução e área externa para realizar a manutenção de armamentos.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Diretriz n.º 001/2014. Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará. EMG: 2014. Doutrina Operacional do Batalhão de ROTAM. 2019 - PMPA.  
 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

### DESPACHO

COORDENADOR-EXECUTIVO	INSTRUTOR DA DISCIPLINA
-----------------------	-------------------------

**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

COORDENADOR – ADMINISTRATIVO
COORDENADOR-GERAL

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA													
DISCIPLINA	TIRO POLICIAL EMBARCADO				C/H Total	20							
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial	X	Continuada	X	Complementar							
MODALIDADE:	X	Presencial		EAD		Híbrido							
LOCAL DA INSTRUÇÃO	IESP												
INSTRUTOR/EQUIPE INSTRUÇÃO:	CAP QOPM WESLEY ANDRÉ PIEDADE PADILHA												
OBJETIVO GERAL: Capacitar os alunos em desenvolver habilidades que permitam a utilização adequada da sua arma de fogo dentro da atividade de policiamento, fazendo-o compreender a importância da sua correta utilização distinguindo QUANDO, COMO, ONDE e SE deve atirar para neutralizar a ameaça.													
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: - Desenvolver habilidade para efetuar o tiro policial e solucionar incidentes com Pistola calibre .40, Espingarda calibre 12, Fuzil calibre 5.56 utilizados em operações ribeirinhas e urbanas. - Aplicar e dotar o aluno de conhecimentos básicos de técnicas e táticas em tiro policial, garantindo seu emprego em operações de policiamento embarcado.													
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO													
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS									
10/20	1)	Técnicas e Táticas de tiro policial instintivo no estande		- Estande; - Ambulância; - Equipamento de proteção individual (óculos, protetor auricular, colete balístico)									
	2)	Correção de disparo e incidentes de tiro com os armamentos específicos empregados no curso;											
	3)	Disparos em técnicas de ações imediatas.											
10/20	4)	Disparos em baixa luminosidade;											
	5)	Disparos de auto proteção;											
	1)	Avaliação.											
AVALIAÇÃO:													
ESCRITA: ( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA			PRÁTICA: (X) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS										
ESTRATÉGIAS DE ENSINO:													
(X) AULA EXPOSITIVA DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO (X) SIMULAÇÃO ( ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO													
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS													
As atividades serão realizadas em estande de tiro e área externa, em razão da disciplina ser de caráter prático e teórico.													
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA													
DE OLIVEIRA, João Alexandre V. OSS. Tiro de Combate Policial: Uma Abordagem Técnica. 2a Ed; Gerson Dias Gomes/ÉRICO MARCELO FLORES.													
NILSON, Giraldo. Cel PM / São Paulo. Tiro Defensivo na Preservação da Vida: Curso Básico de Armas Curtas.													
ABREU, Fernando Marques. Armas de Fogo: Doutrina, Legislação, Prática e Jurisprudência.													
Flores, EM. Tiro Policial Técnicas sem Fronteiras. Porto Alegre, editora Evangraf: 2006.													
DESPACHO													
COORDENADOR-EXECUTIVO			INSTRUTOR DA DISCIPLINA										
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO													
COORDENADOR-GERAL													

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA	INSTRUÇÃO DE TÉCNICAS INDIVIDUAIS (ITI)			C/H Total	
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial		Continuada	X
MODALIDADE	X	Presencial		EAD	
LOCAL DA INSTRUÇÃO	BATALHÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS				
INSTRUTOR					

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

CB PM LEANDRO NONATO SANTOS RODRIGUES CABRAL			
OBJETIVO GERAL: Proporcionar aos alunos a aprender e praticar procedimentos de técnicas e táticas individuais para o aprimoramento do profissional.			
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:			
6) Aprender os tipos e formas de engajamentos (em pé, deitado e de joelhos); 7) Aprender e praticar técnicas e táticas de deslocamento tático (mudança de direção, tomada de ângulo, abrigo e cobertura); 8) Aprender a utilizar os materiais bélico de forma que consiga fazer recarga administrativa, tática e emergencial; 9) Tipos de bandoleiras e utilização das mesmas; e 10) Entrada tática em ambiente confinado (cruzada, mista e em gancho).			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO		RECURSOS DIDÁTICOS
10/10	- Começando pelos tipos de postura, arma curta e arma longa; - Engajamentos (em pé, deitado e de joelho); - Deslocamento e mudança de direção e deslocamento em duplas; - Transposição de área hostil com segurança; - Técnicas de variação de arma curta para longa; - Tomada de ângulo, olhada rápida, uso dos meios expedidos para a visualização do cômodo com segurança; - Entrada em cômodo (confinado, cruzada, em gancho ou mista); - Projeção ao solo portando arma longa e curta; - Uso da bandoleira administrativamente e tático e as variações de uso.		Campo do BOPE
<b>AValiação</b>			
ESCRITA: ( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA		PRÁTICA: (X) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS	
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO:</b>			
(x) AULA PRÁTICA ( ) ESTUDO DE CASO (x) SIMULAÇÃO ( ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO			
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>			
1) As atividades serão realizadas em ambiente aberto e na casa de preservação da vida (BOPE), a qual exigirá esforço físico em razão da disciplina ser de caráter exclusivamente prática.			
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>			
Diretriz n.º 001/2014. Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará. EMG: 2014. Doutrina Operacional do Batalhão de ROTAM. 2019 - PMPA. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Polícia Militar. Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará: DGO/PMPA. 2014. Conselho Estadual de Segurança Pública RESOLUÇÃO N.º 204/12 CONSEP. Aprova normas acerca do Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública do Estado do Pará. Belém, 2012. Material - Manual de patrulha policial militar - ROTAM. Práticas e teoria da modalidade de Patrulhamento policial á pé na área urbana com formações, condutas de patrulha transposição de pontos críticos assim como prática de combate em ambiente confinado e utilização de táticas de ação imediatas.			
<b>DESPACHO</b>			
COORDENADOR-EXECUTIVO		INSTRUTOR DA DISCIPLINA	
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO			
COORDENADOR-GERAL			

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA	INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO (IMPO)		C/H Total	
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA	Inicial		Continuada	X
MODALIDADE	X	Presencial	EAD	
LOCAL DA INSTRUÇÃO	COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLICIA FLUVIAL			
INSTRUTOR	3º SGT FRANCISCO CLEBER FERREIRA DE MELO			

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

OBJETIVO GERAL: Capacitar os policiais militares quanto ao emprego de Instrumentos e Tecnologias de Menor Potencial Ofensivo nas Operações Fluviais e ocorrências que os exigirem.			
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:			
a) Conhecer os aspectos legais, de instrução e de emprego de Instrumentos e Tecnologias de Menor Potencial Ofensivo;			
b) Habilitar os policiais militares a utilizarem Instrumentos e Tecnologias de Menor Potencial Ofensivo;			
c) Adotar uma postura ética, legal e técnica quando do emprego nas operações fluviais, com base na doutrina de uso diferenciado da força			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO		RECURSOS DIDÁTICOS
10/10	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação da disciplina;</li> <li>- Aspectos Legais e Noções de Agentes Químicos;</li> <li>- Estudo dos Espargidores;</li> <li>- Prática de Espargidores;</li> <li>- Estudo das Granadas Policiais e Munições Químicas;</li> <li>- Prática de Granadas Policiais e Munições Químicas;</li> <li>- Estudo das Munições de Impacto Controlado;</li> <li>- Prática de Tiro com Munições de Impacto Controlado;</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sala de aula climatizada;</li> <li>- Computador;</li> <li>- Data show;</li> <li>- Armamentos e Equipamentos característicos das Operações de Choque;</li> <li>- Munições Químicas.</li> <li>- Munições de Impacto Controlado; e</li> <li>- Cones e anteparos/alvos.</li> </ul>
<b>AVALIAÇÃO</b>			
ESCRITA: ( ) OBJETIVA( ) SUBJETIVA( ) MISTA		PRÁTICA: (X) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS	
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO:</b>			
( ) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA (x) ESTUDO DE CASO (x) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO			
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>			
1) Instruções teóricas em sala de instrução; 2) Instruções práticas em espaço adequado (campo de futebol, vias internas CTPMPA e áreas adequadas do CT "CEL MORAIS"); 3) As instruções práticas deverão contar com apoio de equipe médica (com médico) e ambulância no local.			
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>			
BRASIL. Decreto Nº 67200, de 15 de setembro de 1970. Promulga o Protocolo de Genebra de 17 de junho de 1925 Sobre a Proibição do Emprego Na Guerra de Gases Asfixiantes, Tóxicos Ou Similares e de Meios Bacteriológicos de Guerra. Brasília: 1970. BRASIL. Lei Nº 9455, de 7 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Brasília: 1997. BRASIL. Decreto Nº 2977, de 1º de março de 1999. Promulga a Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo, assinada em Paris, em 13 de janeiro de 1993. Brasília: 1999. BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Portaria Interministerial no 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília: 2010. BRASIL. Lei Nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional. Brasília: 2014. BRASIL. Lei Nº 13.869, de 5 de setembro de 2019. Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).. Brasília: 2019. Manuais da empresa CONDOR. ONU. Resolução 217 A III, de 10 de dezembro de 1948. Adota e proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: 1948. ONU. Resolução nº 34/169, de 17 de dezembro de 1979. Adota o Código de Conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da Lei.			
<b>DESPACHO</b>			
COORDENADOR-EXECUTIVO		INSTRUTOR DA DISCIPLINA	
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO			
COORDENADOR-GERAL			
<b>IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA</b>			
DISCIPLINA	CHOQUE LIGEIRO EMBARCADO		C/H total
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA	Inicial	Continuada	10 Complementar



# ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

MODALIDADE	X	Presencial			
LOCAL DA INSTRUÇÃO	ROTAM E CTPM				
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO	3º SGT PM CLEBSON GONÇALVES DA SILVA				
OBJETIVO GERAL: Capacitar os agentes de segurança pública com técnicas e táticas para atuarem como tropa de choque leveiro em distúrbios civis, assim como na utilização de instrumentos de menos potencial ofensivo e uso diferenciado da força.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer os Instrumentos de modo de menor potencial ofensivo e uso diferenciado da força.</li> <li>- Conhecer a nomenclatura, função e modo de utilização do IMPO</li> <li>- Conhecer os aspectos legais relacionados a IMPO e uso diferenciado da força.</li> <li>- Conhecer os aspectos legais.</li> <li>- Conhecer conceitos básicos necessários para a atuação como tropa de choque leveiro.</li> <li>- Conhecer comandos e técnicas de choque leveiro da PM-PA.</li> <li>- Atuar em distúrbios civis como tropa de choque leveiro embarcado.</li> </ul>					
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>					
<b>C/H</b>	<b>CONTEÚDO MINISTRADO</b>				<b>RECURSOS DIDÁTICOS</b>
05/10	Apresentação da disciplina - Conhecer os Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo - IMPO e o uso diferenciado da força. - Serão apresentados os instrumentos utilizados na CIPFLU. Nomenclatura, funções e utilização. - Apresentação das granadas, agentes químicos, armamentos, munições de impacto controlado e espargidores. - Serão discriminados os nomes de todos os instrumentos de menor potencial ofensivo seus modelos de granadas, agentes químicos, armamentos e munições de impacto controlado ou menos letal presente na CIPFLU, assim como modo de utilização.				- Sala de aula climatizada - Computador; - Dataa Show
10/10	Técnicas de choque leveiro. - Prioridade de emprego dos meios. - Composição do pelotão. - Armamento e equipamento - Formação do pelotão. Operações de choque leveiro e choque leveiro embarcado. - Manifestações. - Comandos do pelotão. - Tomada de um pier, trapiche, porto e simalares, por uma equipe de operações fluviais..				Pier - Pier da Cipflu
<b>AVALIAÇÃO</b>					
ESCRITA: ( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA			PRÁTICA: (X) SIMULAÇÃO DE DISTÚRBO CIVEL ( ) OUTROS		
ESTRATÉGIAS DE ENSINO					
(X) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO (X) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO					
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS					

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

- As atividades serão expositivas e dialogadas com a utilização de recursos audiovisuais, apresentação de slides, fotos, vídeos, discussões, debates, simulações (role playing) e estudos de casos em sala de instrução sobre o tema;
- Será apresentada a disciplina com toda parte teórica, demonstração dos instrumentos de menor potenciais ofensivos sendo discriminado cada um deles aos instruendos, da mesma forma que serão apresentadas as legislações que norteiam o uso do IMPO.
- Será realizada a parte prática da disciplina onde os instruendos terão contato com os instrumentos de menor potencial ofensivo fazendo sua utilização em ambiente controlado e tudo supervisionado pelo instrutor.
- Atividades designadas a aprender a composição, formação e comandos do pelotão de choque ligeiro na prática, durante as aulas praticas será necessária à utilização de agentes químicos com intuito de elevar o nível de estresse do discente de modo que isso não afete nas suas tomadas decisões.
- Serão realizadas práticas e aperfeiçoamentos da atuação como tropa de choque ligeiro embarcado em manifestação, reintegração e controle de distúrbio civil.
- Será realizada a simulação de choque ligeiro, onde os discentes deverão atuar como tropa de choque ligeiro colocando em pratica todos os conhecimentos obtidos durante as instruções, será necessária a utilização de agentes químicos e haverá também a necessidade de colocar barreiras e dificuldades que os discentes deverão ultrapassar, mesmo em um ambiente hostil, demonstrando as táticas e técnicas ensinadas durante as instruções com intuito de elevar o nível de estresse dos mesmos de modo que isso não afete nas suas tomadas de decisões, fazendo com que o operador se adapte fisicamente e psicologicamente, considerando o efeito blowback (quando o agente químico por algum motivo, natural ou ocasional, contamina a própria tropa).

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.  
 Lei nº 4.898, de 09 de dezembro de 1965. Lei de abuso de autoridade.  
 Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil.  
 Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil  
 Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal.  
 Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal.  
 Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional.  
 Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.  
 Lei nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984. Institui a Lei de Execução Penal.  
 Decreto Federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983.  
 Polícia Militar. Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará: DGO/PMPA. 2014.  
 Conselho Estadual de Segurança Pública RESOLUÇÃO Nº 204/12 CONSEP. Aprova normas acerca do Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública do Estado do Pará. Belém, 2012.  
 Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Decreto Estadual nº 1.625, de 18 de outubro de 2016. Regulamenta a Lei de Organização Básica. Belém, 2016.  
 PARÁ. Polícia Militar. Manual de Operações de Choque. PMPA: 2018  
 Organização das Nações Unidas. Princípios básicos para o uso da força e da arma de fogo (PBUFAF). Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes – Havana, Cuba, 1990.  
 Ministério do Desenvolvimento Agrário. Manual de Diretrizes Nacionais para Execução de Mandados Judiciais

### DESPACHO

COORDENADOR-EXECUTIVO	INSTRUTOR DA DISCIPLINA
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO	
COORDENADOR-GERAL	

### IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA	ESTAGIO SUPERVISIONADO			C/ H	35
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial		Continuada	X
MODALIDADE	X	Presencial		EAD	Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL				
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO	COORDENAÇÃO				
OBJETIVO GERAL:	O estágio supervisionado tem como objetivo proporcionar aos instruendos a oportunidade de colocar em pratica os conhecimentos				

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

adquiridos no decorrer do curso, bem como, contribuir para sua formação técnica profissional visando aumentar seu nível de experiência.			
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b> - Apresentação da disciplina de Estágio supervisionado; - Planejamento do serviço; - Atuações de policiamento fluvial embarcado; e - Relatório de produtividade do policiamento.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO		RECURSOS DIDÁTICOS
35/35	Estágio supervisionado. - Será realizado pelos instrutores o plano de policiamento para o serviço, especificando área de atuação as quais serão definidas pela coordenação de acordo com as estatísticas da CIPFLU e tabuas de marés; - Durante o policiamento os instrutores irão desempenhar as funções determinadas: comandante, piloto, auxiliar do piloto, proeiro, segurança de bombordo e segurança de boreste, onde atuarão na modalidade de policiamento fluvial embarcado realizando rondas, pbes e abordagens a embarcações e tudo será supervisionado por um instrutor. - Ao final de cada estágio os instrutores irão confeccionar um relatório.		Lanchas LV e EAT.
<b>AValiação</b>			
ESCRITA: ( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA		PRÁTICA: (X) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS	
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO</b>			
(X) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( ) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO			
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>			
1) As atividades serão realizadas no ambiente de sala de instrução e externo, com a necessidade de esforço físico por parte dos alunos, em razão da disciplina ser de caráter prática em sua grande maioria. 2) Será realizada a prática do estágio, onde os instrutores irão realizar o policiamento segundo as instruções repassadas durante o decorrer do curso, tudo supervisionado pelo instrutor, com objetivo de identificar se os instrutores estarão aptos para desenvolverem a atividade inerente ao policiamento fluvial embarcado.			
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>			
g) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a> . GOMES, Luiz Flávio; MACIEL, Sílvia Luiz. Lei de Crimes Ambientais: comentários à Lei 9.605/1998. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015. p. 160.  Polícia Militar. Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará: DGO/PMPA. 2014. Procedimentos Operacional Padrão POP.			
<b>DESPACHO</b>			
COORDENADOR-EXECUTIVO		INSTRUTOR DA DISCIPLINA	
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO			
COORDENADOR-GERAL			

<b>IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA</b>				
<b>DISCIPLINA</b>	<b>CURSO ESPECIAL PARA TRIPULAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE ESTADO NO SERVIÇO PÚBLICO (ETSP)</b>		<b>C/H</b>	<b>40</b>
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA	Inicial		X	Complementar
MODALIDADE	X	Presencial	EAD	Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL			
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO	A CARGO DA CAPITANIA DOS PORTOS			
OBJETIVO GERAL: Compreender os tipos e métodos da navegação e conhecer os princípios básicos da condução e ancoragem das embarcações utilizadas na segurança pública do Estado.				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:				
- Praticar tipos e métodos da navegação interior nas embarcações utilizadas pela segurança pública no Estado;				

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

- Reconhecer as principais partes e peças das embarcações, suas nomenclaturas e funcionamento dos sistemas, máquinas, motores e aparelhos de navegação; e			
- Habilitar ao preparo da embarcação para o serviço de policiamento fluvial executado pela CIPFLU.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO		RECURSOS DIDÁTICOS
10/40	<ul style="list-style-type: none"><li>• Nomenclatura da Embarcação;</li><li>• Legislação;</li><li>• Regras de Manobra, luzes e sinais sonoros; e</li><li>• Segurança e sobrevivência pessoal;</li></ul>		<ul style="list-style-type: none"><li>- Sala de aula climatizada;</li><li>- Computador;</li><li>- Data show;</li><li>- Viatura e</li><li>- Embarcações do tipo EAT;</li></ul>
10/40	b) Teoria da sobrevivência do naufrago;		
	c) Combate a Incêndio;		
	d) Comunicações; e		
	e) Noções Básicas de navegação;		
10/40	<ul style="list-style-type: none"><li>- Motor Propulsor;</li><li>- Prevenção da poluição do meio ambiente.</li></ul>		
10/40	<ul style="list-style-type: none"><li>- Prática de navegação e atracação; e</li><li>- Avaliação</li></ul>		
AVALIAÇÃO			
ESCRITA: ( ) OBJETIV( )SUBJETIVA ( ) MISTA		PRÁTICA: (X) SÚMULA DE AVALIAÇÃO (X) OUTROS	
ESTRATÉGIAS DE ENSINO			
(X ) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA , ESTUDO DE CASO ( ) SIMULAÇÃO( ) SEMINÁRIO			
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS			
As atividades serão realizadas em sala de instrução e área externa, em razão da disciplina ser de caráter prático e teórico.			
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA			
BRASIL. Marinha do Brasil. Diretoria de Portos e Costas. Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar –RIPEAM-1972. Rio de Janeiro, 1996. BRASIL. Marinha do Brasil. Diretoria de Portos e Costas. Código Internacional de Sinais – CIS. Rio de Janeiro, 1996. AULER, Horácio. Máquinas Auxiliares: texto. Rio de Janeiro:CIAGA, 1973. BLACK, Perry O. Bombas. São Paulo: Pligono, 1974.			
DESPACHO			
COORDENADOR-EXECUTIVO			INSTRUTOR DA DISCIPLINA
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO			
COORDENADOR-GERAL			
IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA			
DISCIPLINA	OPERAÇÕES AÉREAS		C/H 10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA	Inicial	Continuada	X Complementar
MODALIDADE	Presencial	EAD	Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL		
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO	3º SGT PM MARCO ANTONIO DE SOUZA GONCALVES		
OBJETIVO GERAL: Proporcionar alunos uma compreensão básica dos princípios e procedimentos das operações aéreas, capacitando-os a interagir de forma mais eficiente e segura em situações que envolvam aeronaves.			
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:			
<ul style="list-style-type: none"><li>- Identificar as principais aeronaves utilizadas no GRAESP;</li><li>- Reconhecer os principais aspectos da segurança de voo;</li></ul>			
c) Identificar as interfaces e aplicações das operações aéreas em cenários de operações fluviais			
d) Conhecimento de combate embarcado; e			
e) Processo de desembarque e transportes de tropa em aeronaves.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO		RECURSOS DIDÁTICOS
01/10	<ul style="list-style-type: none"><li>- Conhecimento e procedimentos de segurança ao se movimentar-se perto da aeronave de asas rotativas e embarque e desembarque;</li><li>- Conhecer e executar técnicas de Embarque e desembarque em aeronave estática e no pairado (Atividades de Patrulha e CDC) .</li></ul>		<ul style="list-style-type: none"><li>- Sala de aula climatizada;</li><li>- Computador;</li><li>- Data show;</li><li>- Aeronave de asa rotativa.</li></ul>

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

03/10	- Conhecer Aplicar Procedimentos de Apoio/Solo (ZPH).	
04/10	- Executar salto (Halo Cash) e descida (Rapel e Fest ropper) da aeronave em voo. - Processo de desembarque e transportes de tropa em aeronaves.	
AVALIAÇÃO		
ESCRITA: ( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA		PRÁTICA: ( x ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO</b>		
( X ) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( x ) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO		
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>		
As atividades serão realizadas em sala de instrução e área externa, em razão da disciplina ser de caráter prático e teórico.		
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>		
Própria do Grupamento Aéreo da SEGUP.		
<b>DESPACHO</b>		
COORDENADOR-EXECUTIVO		INSTRUTOR DA DISCIPLINA
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO		
COORDENADOR-GERAL		

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA		OPERAÇÕES AÉREAS		C/H	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial		X	Complementar
MODALIDADE		Presencial			Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO		COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA FLUVIAL			
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO		3º SGT PM MARCO ANTONIO DE SOUZA GONCALVES			
OBJETIVO GERAL: Proporcionar alunos uma compreensão básica dos princípios e procedimentos das operações aéreas, capacitando-os a interagir de forma mais eficiente e segura em situações que envolvam aeronaves.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
- Identificar as principais aeronaves utilizadas no GRAESP;					
- Reconhecer os principais aspectos da segurança de voo;					
c) Identificar as interfaces e aplicações das operações aéreas em cenários de operações fluviais					
d) Conhecimento de combate embarcado; e					
e) Processo de desembarque e transportes de tropa em aeronaves.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO				RECURSOS DIDÁTICOS
01/10	- Conhecimento e procedimentos de segurança ao se movimentar-se perto da aeronave de asas rotativas e embarque e desembarque;				- Sala de aula climatizada; - Computador; - Data show; - Aeronave de asa rotativa.
	- Conhecer e executar técnicas de Embarque e desembarque em aeronave estática e no pairado (Atividades de Patrulha e CDC) .				
03/10	- Conhecer Aplicar Procedimentos de Apoio/Solo (ZPH).				
04/10	- Executar salto (Halo Cash) e descida (Rapel e Fest ropper) da aeronave em voo.				
	- Processo de desembarque e transportes de tropa em aeronaves.				
AVALIAÇÃO					
ESCRITA:( )OBJETIVA( )SUBJETIVA( )MISTA			PRÁTICA: ( x ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS		
ESTRATÉGIAS DE ENSINO					
( X ) AULA EXPOSITIVA-DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO ( x ) SIMULAÇÃO ( ) SEMINÁRIO ( ) ESTUDO DIRIGIDO					
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS					
As atividades serão realizadas em sala de instrução e área externa, em razão da disciplina ser de caráter prático e teórico.					
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA					
Própria do Grupamento Aéreo da SEGUP.					

DESPACHO	
COORDENADOR-EXECUTIVO	INSTRUTOR DA DISCIPLINA
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO	
COORDENADOR-GERAL	

## **ANEXO II – ENXOVAL DO ALUNO**

### **Constituição dos Fardos (Obrigatório)**

Equipamento Básico (Fardo Aberto)

- cinto de guarnição;
- cantil e porta cantil preto;
- coldre pistola;
- porta-carregador (duplo);
- porta lanterna;
- facão com bainha preta (Costura reforçada);
- porta-objeto (curativos)

Observação:

- No cinto N.A. deverá conter um porta carregador duplo de pistola, montado na lateral do corpo ao de destreza do aluno. Um terçado do lado esquerdo do corpo, devendo estar fixado à perna do aluno. Um conjunto porta-cantil/cantil à direita/retaguarda do corpo.

- Um conjunto porta-cantil/cantil/caneco montado à esquerda/retaguarda do corpo. Um porta-objeto à retaguarda do corpo. Um porta lanterna montado do lado contrário/frente ao de destreza do aluno. E um coldre à direita do corpo;

- Os porta-cantil e porta-objeto deverão estar presos por tirantes de borracha preto de forma a reforçar a fixação ao cinto.

- No interior do porta-objeto deverá conter 1 pacote de ataduras, 2 pacotes de gaze, 1 anti-séptico do tipo “Andolba” ou similar e um reidratante oral ou similar. Este conjunto deve estar impermeabilizado;

- Deve-se ter à mão repelente, kit de anotação e kit de manutenção de armamento rápido de bolso, lanterna pequena, canivete, protetor auricular e apito.

### **Saco VO (Fardo de Bagagem)**

Deverá ser providenciado pelos alunos, por ocasião da apresentação na CIPFlu, para fins de transporte administrativo do material individual durante as viagens do curso; E deverá ser identificado de maneira padronizada com a numeração do aluno contendo os seguintes itens: 02 (dois) uniformes Bravo de muda (01 Camuflado Rural e 01 Azul Petróleo da PMPA) , 01 Toalha, Material de reposição dos Kits, 01 Coturno reserva e 01 Gorro de aluno reserva.

### **Mochila (Fardo de Operação)**

A mochila a ser utilizada no curso será fornecida pela coordenação e distribuída por ocasião da apresentação na CIPFlu e deverá conter o seguinte material:

- Rede de selva ou ligeira (garimpeira) e lona plástica preta 4x4m;
- Lanterna à prova d'água ou impermeabilizada;
- Conjunto talher e caneco;
- Garrafa d'água (2 litros);
- Deve conter sacos plásticos para acondicionamento do lixo- individual;
- Uniforme de muda completo;
- Repelente;
- Lenço ou creme de Camuflagem (pode ser o do Kit Geral);
- Sacos plásticos para impermeabilização (diversos tamanhos);
- Cabo solteiro preto com 06 (seis) metros de comprimento por 12 (doze) milímetros

de espessura, com alma;

- Mosquetão pequeno, retinida (LIRP ou Velame) para peaço de material;
- Lona para Cerimonial TIPO BANNER (1,20X0,80 cm);
- 02 (dois) "Cyalumens" (bastão de luz química) de 20cm;
- Kits Individuais, além do que pode ser determinado pela Coordenação a depender

das Fases do Curso.

Os kits individuais devem ser cuidadosamente acondicionados em recipientes plásticos de cor preta do tipo "tupperware" ou similares (de rosca), identificados com o nome do kit, o número do aluno e com seu conteúdo relacionado e exposto do lado de fora do recipiente. Consta, no Anexo "B" deste guia, um modelo de legenda de identificação para Kits.

Para o kit de higiene, desde que padronizado pelo turno, será permitida a utilização de frascadeira ou recipiente diferente;

Deverão ser preparados sacos de plástico divididos em pequenos compartimentos para acondicionamento do material bem como enchimentos nos potes para evitar ruídos;

Na relação do conteúdo do Kit de Primeiros Socorros devem constar ainda a indicação e a posologia de cada medicamento. Uma cruz vermelha deve estar exposta na tampa do pote (não está autorizada a automedicação). Medicamentos especiais e alergias devem ser comunicados à coordenação do curso. Além do Kit de Primeiros Socorros, faz-se necessário para a disciplina de APH TATICO os seguintes matérias:

- um torniquete tático;
- três ataduras ortopédicas de 10 cm largura;
- pacotes de gaze comum ou gaze de metro e
- rolo de plástico tipo papel contact.

O MATERIAL MÍNIMO que deve compor os kits como consta do anexo "A" - Composição dos Kits deste Guia;

d) Os kits individuais são os seguintes:

- Kit Limpeza de Armamento;
- Kit Sobrevivência;
- Kit Primeiros Socorros;

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

- Kit Higiene;
- Kit Geral
- Kit Anotação;

A mochila deverá ser impermeabilizada com, no mínimo, dois sacos. Estes podem ser sacos plásticos de "gelo", sacos de impermeabilização emborrachados (quando autorizados pela Coordenação), ou uma combinação de ambos. A mochila obrigatoriamente deverá ter fluabilidade. Bem como, a distribuição dos kits pela mochila deverá ser padronizada pelo turno.

DESCRIÇÃO	QTD
Lanterna eficiente pequena resistente à água (com pilhas sobressalentes)	01
Bastões de camuflagem;	02
Canivete	01
Apito de boa qualidade na cor preta	01
Bússola de boa qualidade com base de acrílico	01
Retinida de 03 a 04 mm	20 m
Tiras de borracha para amarração	50
Sacos de gelo bem resistente, no tamanho grande.	06
Sacos resistentes no tamanho pequeno e médio	20
Sacos de lixo 100 litros	10
Cabo solteiro na cor preta, de 12 mm com 6 metros e com alma	01
Cordelete na cor preta, de 6 a 7 mm com 08 (oito) metros, com certificação NFPA, CE ou UIAA;	01
Facão de mato 14 polegadas com cabo preto e bainha de couro na cor preta	01
Óculos de proteção com lente incolor	01
Protetor auricular individual descartável	01
Lona plástica na cor preta de 4X2 metros	01
Fita Isolante na cor preta	01
Isqueiro (1), Vela (2), fosforo (uma cx),	01
Máscara de mergulho com snorkel (na cor preta)	01
Conjunto composto de linha de pesca, anzóis e chumbadas.	01

### KIT DE UNIFORMES

DESCRIÇÃO	QTD
Fotografias, fardado, 3X4	02
Pares de coturnos	02
Pares de meia preta	02
Pares de meia branca	02
Chinelo de borracha de cor preta	01
Uniforme de Educação Física – Short e camiseta	02
Uniforme de instrução (calça, gandola e camisa) com cinto,	02
Gorro padrão II CAPFLU	01
Traje civil completo com calça jeans, camiseta branca lisa (sem estampa) e tênis;	01
Uniforme de natação com sunga modelo "sungão/short termico" totalmente na cor preta;	01
Traje de passeio completo (Terno de cor escura e par de sapatos)	01
Cinto com coldre tático de perna, porta-algema, porta-lanterna e porta carregador duplo, na cor preta;	01
Lençol de solteiro branco	01
Bandeiras de manga 5,5X8 cm (para os alunos das Co-irmãs)	02
Bandeiras de manga de 5,5X8 cm dos respectivos Estados (para alunos de outras Corporações);	05
Bandeira do Estado no tamanho 30X40 cm (para alunos de outros Estados)	01
Distintivos de Uniforme da Organização Policial ou Militar (para alunos de outras Corporações).	03



## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

---

### KIT DE LIMPEZA DE ARMAMENTO

DESCRIÇÃO	QTD
Frasco de óleo próprio (limpeza e lubrificação)	01
Panos de limpeza	01
Escovas de limpeza	01
Lixas de ferro n.º 100	02
Pedra de amolar	01
Alicate	01
Chave de fenda pequena	01

### KIT ANOTAÇÃO

DESCRIÇÃO	QTD
Bloco de anotações impermeabilizado	02
Caneta para quadro branco fina e grossa	02
Caneta esferográfica	02
Caderno de anotações impermeável	01
Borracha	01
Caderno de 15 matérias de capa preta	01
Lápis	01

### KIT DE PRIMEIROS SOCORROS

DESCRIÇÃO	QTD
Rolo de esparadrapo	01
Antisséptico curativo (andolba, álcool iodado etc.).	01
Caixa de Curativo adesivo, tipo Band-aid.	01
Tesoura pequena	01
Pinça	01
Gaze	03
Ataduras	03
Algodão	01
Água oxigenada	01
Analgésicos	Cx.peq.
Remédios pessoais	-

### KIT DE HIGIENE

DESCRIÇÃO	QTD
Creme dental	01
Escova de dente	01
Fio dental	01
Aparelho de barbear	01
Sabão de coco	01
Toalha pequena	01
Papel Higiênico	01
Repelente	01
Pomada para assaduras (Hipoglós, Hipoderme, etc).	01

### KIT DE COSTURA

DESCRIÇÃO	QTD
Agulhas	01
Botões para os Uniformes	Vários
Linhas	01

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

### KIT SOBREVIVÊNCIA

DESCRIÇÃO
ISQUEIRO OU MAÇARICO
VELAS
ANZOIS E CHUMBADAS
LINHA DE PESCAR
SAL
ISCAS DE FOGO
COMPRIMIDO DE CLORO

### **PORTARIA N.º 80/2025 – SSFCOMP/SE/DGEC**

O CHEFE DO DEPARTAMENTO-GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA PMPA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital n.º 01/2025 do processo seletivo do **II CURSO DE AÇÕES POLICIAIS FLUVIAIS / 2025**, publicado no ADIT. BG N.º 44 II, de 6 de março de 2025, e considerando o Projeto Pedagógico Formativo do referido curso, publicado no Aditamento ao BG N.º 70, de 11 de abril de 2025,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º **MATRICULAR** no II CURSO DE AÇÕES POLICIAIS FLUVIAIS / 2025, os policiais militares aptos no processo seletivo, conforme relação abaixo:

Nº	GRAD	RG	NOME	UNIDADE
1	CB	41063	AGNEI DE JESUS PEREIRA JUNIOR	CIPFLU
2	CB	41126	WALTER HENRIQUE RODRIGUES MONTEIRO	CIPFLU
3	CB	39476	MATHEUS DA SILVA BEZERRA	CIPFLU
4	CB	39516	PABLO PATRICK FERREIRA DE QUEIROZ	CIPFLU
5	CB	39106	JOELSON LOPES MELO	CIPFLU
6	CB	41264	MICHELLE RODRIGUES COSTA DA SILVA	BPE
7	CB	41182	PATRICK LUIS MENDES DOS SANTOS	BPCHOQUE
8	CB	40408	MARCOS VINICIUS DOS SANTOS SOARES	11º BPM/CPRVIII
9	CB	41658	LUCAS ROCHA CRUZ	3º CIME
10	CB	41831	MAURICIO DOS SANTOS TRINDADE	20º CIPM/CPR XI
11	CB	42743	LEANDRO JAICK ROCHA MARINHO	45º BPM/CPR IV
12	CB	41859	ISRAEL FURTADO DA SILVA	8º BPM/CPRXI
13	CB	42351	RAILSON OLIVEIRA BATISTA	1º CIPAMB/CPA
14	CB	42493	ANDERSON BONFIM FERREIRA	2º BME
15	CB	42467	ALEXANDRE DO NASCIMENTO REIS SOUZA	1º CIPAMB/CPA
16	CB	42314	THIAGO FARIAS MOUTINHO	28º CIPM/CPR I
17	CB	42514	FRANCISCO JOSÉ MAGNO BARROSO FILHO	1º CIPAMB/CPA
18	SD	43743	CASSIO ALEXANDRE PAIVA SILVA	29º BPM
19	SD	44363	PABLO CORDEIRO DIAS SOUSA	28º BPM
20	SD	44908	THALLISON SOARES FREITAS	28º BPM
21	SD	44813	FABIO DE MELO AUAD DA SILVEIRA	APM
22	SD	45461	IVAN LUIZ ESTUMANO PEREIRA JUNIOR	CIPFLU
23	SD	43109	DARLÂ DO ROSÁRIO SILVA	30º BPM
24	SD	45619	WILLIAM GIBSON DE OLIVEIRA MOURA	BOPE
25	SD	44251	LUCIANO FERREIRA VIEIRA	CPRM
26	SD	43606	FRANCISCO DA SILVA CARDOSO JUNIOR	37º BPM
27	SD	46218	IRLEI DOS SANTOS SOUZA	8º BPM/CPR XI
28	SD	44899	PAULO MARCIO SOUSA GOVEIA	20º CIPM/CPR XI
29	SD	45728	EDVALDO VARGAS BRASILEIRO DE ALCANTARA PEREIRA COELHO	33º BPM/CPR VIII
30	SD	44654	ANDRÉ RIBEIRO DA SILVA	3º CIME
31	SD	45041	RONALDO DOS SANTOS RAMOS DE SA	2º BME
32	SD	45069	THALES FELIPE DA CONCEIÇÃO SILVA	15º BPM/CPR X
33	2º SGT BM	20297	ROGÉRIO ALVES ZACHARIAS DE SOUZA	FN/CBMDF

## **ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

34	3º SGT PM	1206599	MARIANO ROMÃO RODRIGUES MACHADO	FN/CBMAC
35	CB PM	758197	PETTERSON DA SILVA SANTOS AGUILLERA	FN/PMRO
36	CB PM	18229	MICHAEL SILVA LEITE	FN/PMMA
37	CB BM	3706	ANILTON DE SOUZA MAGALHÃES	FN/CBMGO
38	CM PM	20993	ALAN FRANK COUTINHO DE OLIVEIRA	FN/PMAM

Art. 2º Os policiais militares deverão ser apresentados pelos seus Comandantes, no dia 14 de abril de 2025 (segunda-feira), às 08h00, na Companhia Independente de Polícia Fluvial (CIPFlu).

Art. 3º Os policiais militares, ficarão adidos a Companhia Independente de Polícia Fluvial (CIPFlu) até o término do curso e, posteriormente, serão apresentados às suas unidades de origem, pela CIPFlu.

Art. 4º Para dirimir quaisquer dúvidas, os policiais militares poderão entrar em contato com a coordenação do curso, por meio do numeral (91) 98399-5511.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Icoaraci, 11 de abril de 2025.

UBIRAJARA **MAGELA** DE SOUSA FALCÃO – CEL QOPM RG 16842

Chefe do Departamento-Geral de Educação e Cultura

### **PROJETO PEDAGÓGICO FORMATIVO** **CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA O USO DO EQUIPAMENTO DE** **INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR – TASER X2 – MÓDULO MULTIPLICADOR.**

#### **1. FINALIDADE:**

Regular as atividades pedagógicas, atribuições, execuções e responsabilidades, referentes a presente ação formativa em Segurança Pública, a ser desenvolvida pelo Centro de Treinamento da Polícia Militar – CTPM.

#### **2. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/legislacao/const/const.asp>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.001, de 21 de outubro de 1.969. Código Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.002 de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1002.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Decreto-lei n.º 3.689 de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Lei n.º 9.455 de 7 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9455.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ensino-e-pesquisa/matriz-curricular-nacional>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871>. Acesso em: 02 abr. 2025.

PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaodoParaateaEC48.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG n.º 240 II, 27 de dezembro de 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

PARÁ. Lei n.º 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/cdigo\\_de\\_tica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/cdigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf).

ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm>. Acesso em: 02 abr. 2025.

### 3. OBJETIVOS:

#### 3.1. Geral:

Capacitar os policiais militares no manuseio, disparo e aplicação do **equipamento de incapacitação neuromuscular Taser X2**, classificado como Instrumento de Menor Potencial Ofensivo, proporcionando o domínio técnico e prático necessário para utilizá-lo de forma segura, eficaz e controlada, de acordo com os princípios legais e éticos. Além disso, o curso visa formar multiplicadores de conhecimento, capacitando os participantes a repassar as competências adquiridas a outros policiais militares, garantindo a disseminação das melhores práticas no uso do equipamento.

#### 3.2. Específicos:

3.2.1. **Conhecimento técnico:** capacitar os policiais com informações teóricas e práticas sobre a Taser X2, seu funcionamento, segurança, e formas de aplicação, utilizando os procedimentos operacionais padrões estabelecidos pela PMPA.

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

3.2.2. **Multiplicação do conhecimento:** capacitar os policiais com os conhecimentos técnicos necessários para avaliar e responder adequadamente às ameaças, utilizando o dispositivo elétrico incapacitante TASER – Modelo X2 como uma ferramenta adicional para o uso diferenciado da força, para que possam repassar o conhecimento para outros membros da corporação.

3.2.3. **Uso responsável:** garantir que o uso do equipamento seja feito de maneira ética e dentro dos limites legais, aplicando a técnica no emprego do armamento policial durante as atividades operacionais.

### 4. EXECUÇÃO:

4.1. **Carga Horária:** 10 (dez) horas-aula.

4.2. **Público-alvo:** Policiais militares indicados pelos Comandantes dos COInt's.

4.3. **Das Vagas, período e local:**

ORD.	TURMA	LOCAL	PERÍODO	VAGAS
01	TURMA I	CFAP	14 ABR 2025	16

#### 4.4. Relação da distribuição das turmas para a instrução prática:

TURMA I – 14 DE ABRIL DE 2025 LOCAL: CFAP HORÁRIO: 08h00 ÀS 18h00		
ORD.	POSTO/GRAD/RG	OPM
1	TEN CEL PM RG 26313 ALEX DA COSTA PEREIRA	CORCPR XIII
2	TEN CEL PM RG 29185 PAUL SHAFT DA COSTA LOPES	CPR XII
3	CAP PM RG 39214 ALAN PATRICK ARAÚJO DA COSTA	BPOE
4	CAP PM RG 39205 LUÍS PAULO FARIAS FERREIRA	CPC I
5	CAP PM RG 39216 WANDERSON LIMA DE QUEIROZ	CPA
6	1º TEN PM RG 42865 KAIO FELIPE FERREIRA GUIMARÃES	CPC II
7	1º TEN PM RG 42791 JACKSON MARQUES SALES	CPRM
8	2º TEN PM RG 39254 ELIELSON DA SILVA SERRA	2º BPM/ CPC I
9	2º TEN PM RG 44453 THIAGO DA SILVA BRITO LIMA	CORREG.
10	2º TEN PM RG 27612 ALAN BELCHIOR CORREA DA SILVA	1º BPM/ CPC I
11	2º TEN PM RG 43533 PATRÍCIA SOUSA DOS SANTOS REIS COSTA	27º BPM/ CPC I
12	2º TEN PM RG 24826 ANDERSON MAGNO PIEDADE	BPRV
13	2º TEN PM RG 44478TALES CUNHA DE SOUSA	BPOE
14	2º TEN PM RG 32786 ANTONIO CARLOS DA SILVA LAMEIRA JÚNIOR	CPA
15	2º TEN PM RG 33352 GLAUBER RONALD PEREIRA PONTES	BPEV

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

16	1º SGT PM RG 27388 JOSOEL BRANDÃO DE SOUSA	9º BPM
17	3º SGT PM RG 32373 WAGNER WASHINGTON BARROS DO NASCIMENTO	CPA

4.5. Uniforme: Operacional característico do Órgão, previsto no RUPM;

4.6. Equipamento de Proteção Individual – EPI: Colete balístico, cinto N/A, coldre, e o que mais for pertinente, de acordo com a orientação da coordenação da capacitação.

4.7. Normas Gerais de Ensino:

4.7.1. Desenho Curricular: A capacitação segue as diretrizes da Matriz Curricular Nacional, para as ações formativas na área de segurança pública:

ÁREA TEMÁTICA	ORD.	DISCIPLINA	C/H
VIII FUNÇÕES, TÉCNICA E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA.	1	Instrumento de Menor Potencial Ofensivo (Estudo do Equipamento Taser X2)	5h
	2	Uso diferenciado da força	5h
CARGA HORÁRIA TOTAL DA PRÁTICA			10h

4.7.2. Metodologia de Ensino: Baseia-se na Matriz Curricular Nacional, a qual se fundamenta em uma abordagem por competência, pressupondo o rompimento com práticas docentes conservadoras, e a exigência de espaços para reflexão e discussão pelos docentes e discentes;

4.7.3. Técnicas de Ensino: Aulas expositivas dialogadas; Prática simulada.

4.8. Avaliação da Aprendizagem, Critérios da Aprovação e Classificação: Será de acordo com a Instrução Normativa n.º 1/2024 – GAB CMD, publicada no ADIT. BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

4.8.1. Quanto ao Tipo: Vertical.

4.8.2. Quanto à Modalidade: Avaliação Somativa (AS).

4.8.3. Quanto ao Instrumento: Súmula de avaliação.

4.8.4. Critérios de Aprovação e Classificação:

a) Critérios de aprovação: Conforme Instrução Normativa n.º 3/2024 – GAB CMD, publicada no ADIT. BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024:

- Obter frequência mínima 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina.

- Obter nota igual ou superior a 6,00 (seis) na capacitação.

b) Classificação: Não se aplica.

4.9. Regime Disciplinar: Conforme Instrução Normativa n.º 5/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

4.9. Logística:

4.9.1. Fica a cargo do DGEI interceder junto ao CFAP, a disponibilização de uma sala de instrução, com recursos audiovisuais (multimídia).

## **ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

4.9.2. É de responsabilidade do BOPE disponibilizar o espaço físico para a instrução prática, bem como, a disponibilização de cartuchos para as instruções práticas.

PREVISÃO DE MATERIAL	QUANTIDADE	RESPONSÁVEL
Taser X2	17	DGA
Cartucho Azul (treinamento)	17	
Cartucho Vermelho (manejo treinamento)	5	
Alvo Híbrido Condutivo	1	
Quadro de Alvo	1	
Terno Modelo II	1	

### **5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:**

5.1. Custo com pagamento de pessoal: Não haverá pagamento de hora-aula aos instrutores/professores, conforme art. § 7º, art. 4º, da Instrução Normativa n.º 6/2024 – GAB CMD, publicada no ADIT. BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

### **6. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES**

6.1. Supervisão-Geral: Departamento-Geral de Educação e Cultura (DGEC).

6.2. Unidade Responsável: Centro de Treinamento da Polícia Militar – CTPM.

6.3. Coordenador-Geral: Subcomandante do CTPM.

6.3.1. São atribuições do Coordenador-Geral:

- Coordenar, controlar e fiscalizar a execução do presente planejamento, adotando as medidas necessárias para que não sofra solução de continuidade;

- Acompanhar diariamente o funcionamento das atividades acadêmicas e o progresso da ação formativa.

- Manter contato com o representante da empresa AXON para o suporte necessário à equipe de instrução.

6.4. Coordenador Administrativo: Chefe do P3 do CFAP

6.4.1. São atribuições do Coordenador administrativo:

- Adotar todas as providências necessárias para o bom andamento da ação formativa;

- Remeter a ata de conclusão ao CTPM em até 2 (dois) dias úteis, após a conclusão da ação formativa, conforme art. 2º, da Instrução Normativa n.º 007/2024 – GAB CMD.

6.5. Coordenador Executivo: Chefe do P4 do CFAP

6.5.1. São atribuições do Coordenador executivo:

- Cumprir e fazer cumprir o presente planejamento, adotando as medidas necessárias para o pleno êxito da Ação Formativa;

- Acompanhar todas as atividades acadêmicas;

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

- Comunicar de imediato, ao Coordenador-Geral, qualquer intercorrência que venha trazer prejuízo para o bom andamento da capacitação;
- Adotar medidas de prevenção, a fim de evitar e/ou mitigar acidentes/incidentes durante as instruções;
- Encaminhar ao Coordenador Administrativo o militar que porventura venham a ser desligado, a fim de que possa controlar e adotar as medidas administrativas pertinentes para o encaminhamento ao órgão responsável;
- Adotar as providências quanto ao controle de uso, devendo registrar o material entregue a cada policial.

6.6. Instrutor: 3º SGT QPMP-RG 32682 EDNEY DE OLIVEIRA NOBREGA – CFAP.

### 7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS:

7.1. A ação formativa é considerada ato de serviço, conforme art. 56, da Resolução n.º 381/2024 – GAB CMDO/PMP, da Diretriz-Geral de Educação da PMPA;

7.2. É de responsabilidade do Coordenador Executivo, adotar as providências quanto ao controle de uso, devendo registrar o material entregue a cada policial.

7.3. Em caso de necessidades e atendimento médico especializado, fica indicado como hospital de referência o Hospital Porto Dias;

7.4. Os casos omissos serão dirimidos pelo Chefe do DGEC.

Icoaraci, 11 de abril de 2025.

**SILVIO BENEDITO FERREIRA COSTA – TEN CEL QOPM**

Chefe da Seção de Ensino do DGEC

(Nota n.º 107/2025 – SSFCOMP/SE/DGEC).

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA:	O USO DO EQUIPAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR			C/H TOTAL	10
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		INICIAL		CONTINUADA	X
MODALIDADE	X	PRESENCIAL		EAD	
LOCAL DA INSTRUÇÃO	CFAP				
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO:					
<b>OBJETIVO GERAL:</b> Capacitar os discentes de conhecimentos, habilidades e atitudes para a utilização do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, em todas as suas variáveis, com eficiência, eficácia e efetividade dentro das técnicas e táticas Policiais Militares.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b> · Conhecer o manejo adequado e aplicação do equipamento de incapacitação neuromuscular de acordo com as técnicas e táticas policiais conforme rege as legislações referentes ao uso diferenciado da força; · Habilitar os discentes para que possam operar com segurança no disparo do equipamento de incapacitação neuromuscular – Taser X2, sem que haja um dano permanente no operador e demais pessoas.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS	
5h	1 – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA. - Estudo do equipamento Taser X2; - Uso diferenciado da força.			SALA DE AULA CLIMATIZADA COMPUTADOR DATA SHOW	
5h	2 – Prática - Disparo de cartucho tipo treina.				



## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

<b>AVALIAÇÃO</b>	
ESCRITA( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA (X) MISTA	PRÁTICA: (X) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( ) OUTROS
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO:</b>	
(X) – AULA EXPOSITIVA DIALOGADA ( ) ESTUDO DE CASO (X) – SIMULAÇÃO ( ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO	
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>	
. Há previsão de aulas praticas nas quais serão utilizadas as tecnologias para disparos.	
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>	
BRASIL. Decreto-Lei nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024. Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03//Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03//Ato2023-2026/2024/Decreto/D12341.htm</a> .	
BRASIL. Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. Brasília, DF: Poder Executivo, 2014. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13060.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13060.htm</a> Acesso em: 31 out. 2019.	
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial n.º 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelo Agentes de Segurança Pública. Brasília,DF: Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <a href="https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf">https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf</a> . Acesso em: 31 out. 2019.	
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <a href="https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871">https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.	
PARÁ. Constituição do Estado. Disponível em: <a href="http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf">http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.	
PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <a href="file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%2040%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf">file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%2040%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.	
PARÁ. Lei nº 6833, de 13 de Fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: <a href="http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf">http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_tica_e_disciplina_da_pmpa.pdf</a> .	
ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <a href="https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm">https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm</a> . Acesso em: 02 jan. 2025.	
EXÉRCITO BRASILEIRO. Caderno de Instrução de Tecnologias Menos Letal. Brasília, DF: Boletim do Exército, 2017. Disponível em: <a href="http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf">http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/820/1/EB70-CI-11.415%20Tecnologia%20Menos%20Letal.pdf</a> . Acesso em: 31 out. 2019.	
<b>DESPACHO</b>	
P4 dos COInts	<b>CONFORME ITEM 4.9.3 DO PPF</b>
<b>COORDENADOR EXECUTIVO</b>	<b>INSTRUTOR DA DISCIPLINA</b>
P3 dos COInts	
<b>COORDENADOR ADMINISTRATIVO</b>	
Chefe do CTPM.	
<b>COORDENADORA-GERAL</b>	

### **PROJETO PEDAGÓGICO FORMATIVO – “CAPACITAÇÃO OPERACIONAL PARA O APERFEIÇOAMENTO POLICIAL DO COMANDO DE POLICIAMENTO REGIONAL XI / COAP - CPR XI / 2025”**

#### **1. FINALIDADE**

Regular as atividades pedagógicas, atribuições, execução e responsabilidades, referente à ação formativa para a capacitação Operacional para o Aperfeiçoamento Policial (COAP), dos policiais militares pertencentes ao Comando de Policiamento Regional XI – CPR XI.

#### **2. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 8 abr. 2025.

BRASIL. Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Rio de Janeiro, 1940.

BRASIL. Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei n.º 9.455, de 7 de abril de 1997. Lei da Tortura. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03x/leis/l9455.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.455%2C%20DE%207](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03x/leis/l9455.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.455%2C%20DE%207). Acesso em: 8 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Curso de Gerenciamento de Incidente Crítico – Apostila. Diretoria de Ensino e Pesquisa. SEGEN - MJSP, 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança. Brasília, 2014.

CONDOR S.A. Indústria Química. Fichas Técnicas Dos Produtos. Ed. Janeiro 2019. Empresa Certificada: ISO 14001 | ISO 9001. Disponível em: <[www.condornaletal.com.br](http://www.condornaletal.com.br)>. Acesso em: 8 abr. 2025.

CUBA. Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (PBUFAF). Havana, 1990.

GIRALDI, Nilson. Método Giral. Disponível em: <[www.esmp.sp.gov.br/eventos/passados/giraldi\\_oqueeometodo.doc](http://www.esmp.sp.gov.br/eventos/passados/giraldi_oqueeometodo.doc)>. Acesso em: 8 abr. 2025.

FRANÇA. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948.

FONSECA, Carlos Alexsandro Gomes da. Gerenciamento de Crises: análise do caso “agente prisional é mantido refém por detentos em presídio de Capanema”, ano 2019. Artigo de Conclusão de Especialização/Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO/PMPA). UEPA/IESP. Marituba/PA, 2019.

LAMPERT, Renato. Enfrentamento de Situações Críticas: Aspectos Importantes a Serem Observados. 2007. 66 p. Monografia apresentada como cumprimento de requisito parcial para conclusão do Curso de Especialização em Segurança Pública, a distância.

LUCCA, Diógenes. O Negociador. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

MONTEIRO, Roberto das Chagas. Manual de Gerenciamento de Crises. Ministério da Justiça. Academia Nacional de Polícia. 7ª Edição. Departamento de Polícia Federal. Brasília/DF, 2004.

MORAES JÚNIOR, Martim Cabeleira de. Violência contra Policiais. Unidade nº 56. Porto Alegre/RS, out./dez. 2003.

MUNIZ, Jacqueline; SOARES, Bárbara Mussumeci. Mapeamento da Vitimização de Policiais no Rio de Janeiro. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 1998.

NETO, João da Cunha. Balística para Profissionais do Direito. São Paulo: Clube de Autores, 2020.

PALHETA JÚNIOR, J. de J.; SOUSA, M. M. de; BASSALO, F. S. Teoria Social Cognitiva: Autoeficácia em conexão com especificidades de treinamento operacional do Batalhão de Polícia de Choque na Polícia Militar do Pará. In: Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Segurança Pública, 2023, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UFSC, 2023. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/ensaus/sicti/schedConf/presentations>. Acesso em: 8 abr. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Lei nº 6.833, de 13 de fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: [http://www.acspa.com.br/images/leis\\_pdf/codigo\\_de\\_etica\\_e\\_disciplina\\_da\\_pmpa.pdf](http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_etica_e_disciplina_da_pmpa.pdf). Acesso em: 8 abr. 2025.

PARÁ. Constituição do Estado do Pará. Disponível em: <http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Manual de Gerenciamento de Crises da PMPA. 1ª Ed. Belém/PA, 2023.

PARÁ. Polícia Militar. Manual de Policiamento Ostensivo Geral (POG) – Vol. 1. 1ª Ed. Belém/PA, 2024.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências. Aditamento ao BG nº 240 II, 27 dez. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/PMPA/Desktop/ADIT.%20BG%20N%20240%20II%20de%2027%20DEZ%202024%20-%20DIRETRIZ%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 377/2024 – GAB CMD/PMPA. Regulamentação da Capacitação Operacional para o Aperfeiçoamento Policial (COAP). Aditamento ao Boletim Geral nº 238, de 23 dez. 2024. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/bg-e-adit/category/1948-dezembro.html>. Acesso em: 8 abr. 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 204/12 – CONSEP – Regulamenta o uso da força pelos agentes de segurança pública do estado do Pará, em acompanhamento das diretrizes estabelecidas na Portaria Interministerial nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010, do Governo Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/consep.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/consep.htm). Acesso em: 8 abr. 2025.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivo Geral:**

Habilitar e instruir os policiais militares nas diversas áreas de atuação, com ênfase no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o manuseio seguro, eficiente e legal dos equipamentos e armamentos institucionais, utilizando técnicas adequadas que possam ser aplicadas tanto durante o serviço quanto no período de folga, sempre dentro dos parâmetros legais e regulamentares.

**3.2. Objetivos Específicos**

3.2.1 Instruir os policiais militares sobre a preservação da vida, respeito aos direitos humanos e o uso adequado, progressivo e seletivo da força, prevenindo crimes, transgressões e excessos durante a execução de suas funções;

3.2.2 Aprimorar a técnica policial em abordagens e no manuseio de armamentos, incluindo a capacitação em montagem/desmontagem, manutenção e técnicas de tiro com o Fuzil Beretta Cal. 7,62 e Pistola Beretta APX Cal .40;

3.2.3 Habilitar os policiais militares para atuarem como primeiros interventores em eventos críticos ou crises, aprimorando a percepção de riscos e a tomada de decisões através de simulações práticas e análise de ocorrências reais.

**4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

4.1. Carga horária: 50 horas-aula.

4.2. Nível de Ensino/Tipo de Formação/ Modalidade de Ensino: Ensino Técnico-Profissional/ Formação Complementar/ Presencial.

4.3. Período de realização: 3 de junho a 28 de outubro de 2025.

4.4. Distribuição das turmas: 9 (nove) turmas, conforme tabela abaixo:

Nº DE TURMA	PERÍODO	QUANTIDADE DE ALUNOS
1ª Turma	03 a 06 JUN	19 PMs - Sede/CPR XI
2ª Turma	10 a 13 JUN	37 PMs - 8º BPM
3ª Turma	5 a 8 AGO	37 PMs - 8º BPM
4ª Turma	11 a 14 AGO	37 PMs - 8º BPM
5ª Turma	19 a 22 AGO	37 PMs - 8º BPM
6ª Turma	26 a 29 AGO	37 PMs - 8º BPM
7ª Turma	02 a 05 SET	36 PMs - 8º BPM
8ª Turma	09 a 12 SET	34 PMs - 20ª CIPM
9ª Turma	16 a 19 SET	33 PMs - 20ª CIPM
<b>INSTRUÇÕES DE TIRO</b>		
Nº DE TURMA	PERÍODO	QUANTIDADE DE ALUNOS POR DIA
1ª Turma	22 SET	19 PPMM - SEDE/CPR I
2ª Turma	30 SET	37 PMs - 8º BPM
3ª Turma	02 OUT	37 PMs - 8º BPM
4ª Turma	07 OUT	37 PMs - 8º BPM
5ª Turma	14 OUT	37 PMs - 8º BPM
6ª Turma	16 OUT	37 PMs - 8º BPM
7ª Turma	21 OUT	36 PMs - 8º BPM
8ª Turma	23 OUT	34 PMs - 20ª CIPM
9ª Turma	28 OUT	33 PMs - 20ª CIPM

4.5. Público-alvo: Oficiais e Praças, da ativa e convocados, do Comando de Policiamento Regional XI (CPR III-Sede, 8º BPM e 2ª CIPM), quantificando um total de 307 (trezentos e sete) PPMM a participarem da referida capacitação continuada, sendo atendidos com os seguintes quantitativos por OPM, conforme tabela abaixo:

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

ORGANIZAÇÃO POLICIAL MILITAR		Quantitativo de PPMM a Serem Capacitados
CPR XI	SEDE	19
	8º BPM	221
	20ª CIPMI	67
TOTAL	307 PPMM	

### 4.6. LOCAL/ESTRUTURA FÍSICA

4.6.1. Instrução Teórica e Prática: Na base do CPR XI, 8º BPM e 20ª CIPM, podendo ser utilizadas outras áreas, a critério da Coordenação ou ainda, de acordo com a necessidade das instruções.

4.6.2 Instruções de Armamento e tiro: Fazenda Aiquê, localizada no município de Souré.

4.7. Uniforme: 5º A2 (Uniforme de Instrução), previsto no RUPM, e traje civil para os dias da instrução prática de Comportamento de Autoproteção.

4.8. Equipamento de Proteção Individual – EPI: Colete balístico, cinto N/A, coldre, e o que mais for pertinente, de acordo com a orientação da coordenação da capacitação.

4.9. Efetivo Total Previsto: 307 (trezentos e sete) policiais militares, divididos em 9 (nove) turmas, conforme tabela demonstrada no item 4.5;

4.9.1. Composição das Turmas: Conforme escala a ser providenciada pelos P1 das unidades e encaminhadas ao CPR XI;

4.11. Normas Gerais de Ensino: As ações formativas na Corporação seguem as diretrizes da Matriz Curricular Nacional para as ações formativas na área de segurança pública.

#### 4.11.1. Matriz Curricular:

EIXOS		DISCIPLINA	C.H
III - CONHECIMENTO JURÍDICO	01	Noções de Direitos Humanos	5h/a
IV - MODALIDADE DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS	02	Noções de Gerenciamento de Crises e Intervenção	10h/a
V – VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	03	Relações Interpessoais	5h/a
VIII - FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	04	Comportamento de Autoproteção	10h/a
	05	Armamento Munição, e Tiro Policial	10h/a
	06	Policciamento Ostensivo Geral (POG)	10h/a
CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS			50 H/A

#### 4.12. Instrutores: Conforme tabela abaixo:

DISCIPLINA	INSTRUTOR	TURMA
NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	2º TEN PM SPINDOLA	1, 2,3,4,5,6 e 7
	CB IURI	
	1º TEN PM MONTEIRO	8 e 9
RELAÇÕES INTERPESSOAIS	2º TEN PM TONY	1, 2,3,4,5,6 e 7
	3º SGT PM JULIANA	

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

	2º TEN PM VANILSON	8 e 9
NOÇÕES DE GERENCIAMENTO DE CRISES E INTERVENÇÃO	3º SGT PM FERNANDES	1, 2,3,4,5,6 e 7
	SD PM POMPEU	
	3º SGT PM RODRIGO	8 e 9
POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL (POG)	CAP PM MARQUES	1, 2,3,4,5,6 e 7
	CB PM MANOEL	
COMPORTAMENTO DE AUTOPROTEÇÃO (TEORIA E PRÁTICA)	2º TEN PM JHENNIFER	1, 2,3,4,5,6 e 7
	CB PM CRISTIANE	
	2º TEN PM CARNEIRO	8 e 9
ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO POLICIAL	TEN CEL PM MELO	
	1º SGT PM RUBEN	1, 2,3,4,5,6 e 7
	2º SGT PM DOUGLAS	
	2º SGT PM ADMAR	

### 4.12.1. Plano de ensino: Apêndice A.

### 4.12.2. Quadro de Trabalho Semanal – QTS: Conforme tabela abaixo:

Horário	1º Dia (segunda-feira)	2º Dia (terça-feira)	3º Dia (quarta-feira)	4º Dia (quinta-feira)	5º Dia (sexta-feira)
8h às 12h	Relações Interpessoais	Noções de Gerenciamento de Crises	POG	Comportamento de Autoproteção (teoria)	Armamento, Munição e Tiro Policial
Intervalo					
13h às 17h30	Noções de Direitos Humanos	Noções de Gerenciamento de Crises	POG	Comportamento de Auto Proteção (prática)	Armamento, Munição e Tiro Policial

4.12.2.1 As instruções de tiro policial se desenvolverão nos dias: 1, 6, 8, 13, 15, 20, 22, 27 e 29 de agosto de 2025, por questão de logística.

4.12.2.1. Metodologia de Ensino: As ações formativas em Segurança Pública, fundamenta-se em uma abordagem por competência, o que pressupõem o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para reflexão e discussão pelos docentes e discentes, na prática pedagógica.

4.12.3. Técnicas de Ensino: Aulas expositivas dialogadas/Prática Simulada.

4.12.4. Avaliação da Aprendizagem e Critérios de Aprovação:

4.12.4.1. Quanto ao Tipo: Vertical.

4.12.4.2. Quanto à Modalidade: Avaliação Somativa (AS).

4.12.4.3. Quanto aos Instrumentos: Súmula de avaliação (prática).

- A súmula de avaliação conterá os procedimentos operacionais pertinentes a instrução de armamento e tiro, a qual será aplicada pelo instrutor aos policiais militares não habilitados ao uso do referido armamento e que exigirá a necessidade de aproveitamento mínimo de 60%. Aos já habilitados, conforme publicado no art. 14 da Resolução nº 377/2024, também haverá a necessidade de se alcançar o mesmo aproveitamento.

4.12.5. Critérios de Aprovação e Classificação:

a) Critérios de aprovação: Conforme Instrução Normativa n.º 3/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024:

- Obter frequência mínima 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina.

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

- Obter nota igual ou superior a 6,00 (seis), para a disciplina de armamento munição e tiro.

b) Classificação: Não se aplica.

4.7. Regime Disciplinar: Conforme Código de Ética e Disciplina da PMPA.

4.8. Desligamento: Conforme Art. 4º da Instrução Normativa n.º 5/2024 – GAB CMD, publicada no ADIT. BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

### 5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

5.1. Custo com instrutores/monitores: Não haverá pagamento de hora-aula aos instrutores/professores, conforme Art. 4º, § 7º, da Instrução Normativa n.º 6/2024 – GAB CMD, publicada no Aditamento ao BG N.º 240 II, de 27 de dezembro de 2024.

5.2. Custo com discente: Não haverá custo com pagamento de diária para alunos.

5.3. Custo com Munição: A cargo do DGA

MUNIÇÃO						
ORDEM	DESCRIÇÃO	Nº DE ALUNOS	QUANT/POR ALUNO	QUANT./ MUNIÇÃO	CUSTO UNITÁRIO	TOTAL
01	Munição cal .40 (treina)	307	20	6.140	6,12	R\$37.576,80
02	Munição cal 7,62 (treina)			6.140	6,75	R\$41.445,00
CUSTO TOTAL				12.280	-	R\$79.021,80

5.3.1. Custo geral do curso: R\$ 79.021,80 (setenta e nove mil, vinte e um reais e oitenta centavos).

5.3.2. Custo por aluno: R\$ 257,40 (duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos) por aluno.

### 6. COMPETÊNCIA E RESPONSABILIDADES

6.1. Supervisão-Geral: Departamento-Geral de Educação e Cultura – DGEC.

6.2. Órgão Responsável: Comando de Policiamento Regional XI - (CPR XI).

6.3. Órgão Executor: Comando de Policiamento Regional XI - (CPR XI).

6.4. Coordenador-Geral: Subcomandante do CPR XI.

6.4.1. São atribuições do Coordenador-geral:

– Coordenar, controlar e fiscalizar a execução do presente planejamento, adotando as medidas necessárias para que não sofra solução de continuidade;

– Acompanhar diariamente o funcionamento das atividades acadêmicas e o progresso da ação formativa.

6.5. Coordenador Administrativo: Chefe da 3ª Seção do CPR XI

6.5.1. São atribuições do Coordenador administrativo:

– Adotar todas as providências necessárias para o bom andamento da ação formativa;

– Cabe ao coordenador administrativo controlar o efetivo para o bom andamento da capacitação;

- Providenciar, equipe médica, com apoio de ambulância, para todas as instruções em que haja risco à integridade física do discente, equipe de instrutor e coordenação.

- Divulgar semanalmente o QTS das instruções de cada Turma e providenciar a divulgação de cada QTS semanal ao corpo discente;

- Informar aos Comandantes, dos policiais militares a eles subordinados, os casos de faltas a fim de que as medidas pertinentes sejam adotadas;

- Realizar o controle semanal do efetivo que participou de cada Turma, prestando contas frequentemente com a Coordenação Geral, a fim de que todo o efetivo previsto em ser contemplado com a COAP venha a ser alcançado em sua totalidade;

- Encaminhar ao DGEC a Ata de Conclusão da capacitação, por meio de mídia editável para o e-mail [ssfcompdgec@gmail.com](mailto:ssfcompdgec@gmail.com), e via PAE, no primeiro dia útil após a conclusão da ação formativa, para fins de conhecimento, controle, estatística e publicação em Boletim Geral.

- Providenciar a devolução dos estojos usados na instrução de armamento e tiro junto a Seção de Armamento e Munição (SAME), do Almoxarifado Central.

6.6. Coordenador Executivo: Subcomandante do 8º BPM/CPR XI.

6.6.1. São atribuições do Coordenador executivo:

- Cumprir e fazer cumprir o presente planejamento, adotando as medidas necessárias para o pleno êxito da Ação Formativa;

- Acompanhar todas as atividades acadêmicas;

- Comunicar de imediato, ao Coordenador-Geral, qualquer intercorrência que venha trazer prejuízo para o bom andamento da capacitação;

- Adotar medidas de prevenção, a fim de evitar e/ou mitigar acidentes/incidentes durante as instruções;

- Encaminhar ao Coordenador Administrativo o militar que porventura venham a ser desligado, a fim de que possa controlar e adotar as medidas administrativas pertinentes para o encaminhamento ao órgão responsável.

- Coordenar, controlar e fiscalizar o uso de munição e armamentos durante as instruções, em conjunto com o instrutor da disciplina;

- Agir preventivamente a fim de evitar e/ou mitigar acidentes, incidentes e e imprevistos.

6.7. Oficial de Segurança: Chefe do P4 do 8º BPM/CPR XI.

6.7.1. São atribuições do Oficial de segurança:

- Acompanhar, controlar e fiscalizar o fiel cumprimento da ação formativa, sempre com a premissa de minimizar e/ou controlar os eventuais riscos inerentes às instruções;

- Intervir nas instruções sempre que estas estiverem em discordância com o planejamento, ou ainda, quando os requisitos mínimos de segurança não estiverem presentes, reportando o fato, imediatamente, ao Chefe do DGEC, sendo posteriormente encaminhado Relatório Circunstanciado, para conhecimento e providências.

6.8. São atribuições dos instrutores:



## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

- Cumprir e fazer cumprir as ordens emanadas pela Coordenação, adotando as medidas no seu âmbito de responsabilidade, para o pleno êxito da Ação Formativa;

- Auxiliar o Coordenador Executivo, quanto ao cumprimento do QTS;

- Informar de imediato ao escalão superior qualquer ato que atente contra a segurança de qualquer um dos envolvidos no processo;

- Enviar, ao término de suas instruções, ao Coordenador Administrativo ou Coordenador Executivo o relatório de sua instrução, a fim de que possam ser tomadas as providências pertinentes.

### 7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

#### 7.1. Ligação e Comunicação:

7.1.1. Coordenador Geral: (91) 98406-4427

7.1.2. Coordenador Administrativo: (91) 98516-7125

7.1.3. Coordenador Executivo: (91) 98407-5707

#### 7.2. Atribuições diversas:

7.2.1. A ação formativa é considerada **ATO DE SERVIÇO**;

7.2.2. Em caso de necessidade os Hospitais de Souré e Salvaterra, ficarão definidos por ocasião de um possível atendimento, como hospital de retaguarda;

7.2.3. Os instrutores de tiro policial devem, obrigatoriamente, possuir o Curso de Instrutor de Tiro da PMPA -CITPMPA;

7.2.4. Os casos omissos serão dirimidos pela Coordenação-Geral em conjunto com o Chefe do DGEC.

Salvaterra, 7 de abril de 2025.

AUGUSTO CÉZAR SILVA **GUIMARÃES** - CEL QOPM RG 29209

Comandante do CPR XI

Icoaraci, 9 de abril de 2025.

**SILVIO BENEDITO FERREIRA COSTA** – TEN CEL RG 30334

Chefe da Seção de Ensino do DGEC

(Nota n.º 261/2025 – SSFCOMP/SE/DGEC).

### APÊNDICE A PLANO DE ENSINO – PE

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA						
DISCIPLINA:	Direitos Humanos e Uso Diferenciado da Força (DDHH e UDF)				C/H Total	05 H/A
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial	X	Continuada		Complementar
MODALIDADE	X	Presencial		EAD		Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	Auditório das Unidades					
INSTRUTORES:	1º TEN PM MONTEIRO - 2º TEN PM SPINDOLA – CB PM IURI					
OBJETIVO GERAL: Rememorar o policial à promoção, a garantia e a proteção dos direitos humanos, o respeito aos direitos fundamentais e a garantia da cidadania e da dignidade da pessoa humana a partir da reflexão e análise dos problemas reais que se enfrentam na segurança pública.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

- a). Conceituar o significado do uso da força e arma de fogo pelos agentes de segurança pública. Aplicar, em situações-problema, de maneira correta, o uso diferenciado da força nas intervenções policiais.
- b) Reconhecer a importância, a dimensão e as consequências do papel dos órgãos de segurança pública, mesmo que seus operadores tenham de operar empregando o uso da força, garantindo que esta atuação seja técnica e ética, sob uma visão sistêmica e integrada para a promoção, garantia e proteção dos direitos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO	RECURSOS DIDÁTICOS
03h	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O que são os Direitos Humanos, sua descrição, evolução e características;</li> <li>- O papel da segurança pública no Brasil;</li> <li>- Direitos humanos e direitos fundamentais aplicados nas ações dos profissionais de segurança pública;</li> <li>- Violação dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais;</li> <li>- Direitos e Obrigações dos profissionais que atuam na Segurança Pública e o Uso Legítimo da Força.</li> </ul>	Sala de aula climatizada; Computador e Data show
02h	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modelos de Uso Diferenciado da Força;</li> <li>- Ações institucionais aos planos de segurança pública para a tutela dos direitos humanos;</li> <li>- Casos sobre Direitos Humanos e Uso Diferenciado da Força.</li> </ul>	

AVALIAÇÃO		
ESCRITA ( ) Objetiva ( ) Subjetiva ( ) Mista	x	PRÁTICA ( ) Súmula de Avaliação (X) Outros

ESTRATÉGIAS DE ENSINO:		
(x)Aula Expositiva Dialogada (x)Estudo de Caso ( )Simulação (x)Estudo Dirigido ( )Seminário		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS		
As atividades serão realizadas todas em salas de aula, sem que haja esforço físico, em razão da disciplina ser de caráter exclusivamente teórica.		

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm</a> .		
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Curso Direitos Humanos, casos práticos nas ações de Segurança Pública – Apostila. Diretoria de Ensino e Pesquisa. SEGEN - MJSP. 2022.		
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Curso Uso Diferenciado da Força – Apostila. Diretoria de Ensino e Pesquisa. SEGEN - MJSP. 2022.		
MAZZUOLI, Valério de O. Curso de direitos humanos. Rio de Janeiro: Forense, 2019.		
BALESTREI, Ricardo Brisolla. Direitos Humanos Coisa de Polícia. Rio Grande do Sul: Capec, 2005.		
ROVER, Cees de. Servir e proteger: direitos humanos e direito Internacional humanitário para Forças Policiais e de Segurança. 2 ed [revisada por BIENERT, Anja]. Brasília: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2017.		

DESPACHO	
MÁRIO JORGE NASCIMENTO MARQUES - CAP QOPM	1º TEN PM MONTEIRO - 2º TEN PM SPINDOLA – CB PM IURI
COORDENADOR-EXECUTIVO	INSTRUTORES DA DISCIPLINA
JORGE AUGUSTO LARANJEIRA MELO - TEN CEL QOPM	
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO	
JORGE AUGUSTO LARANJEIRA MELO - TEN CEL QOPM	
COORDENADOR-GERAL	

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA:	Policimento Ostensivo Geral (POG) e Técnicas de Abordagens			C/H Total	05 H/A
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial	x	Continuada	Complementar
MODALIDADE	x	Presencial		EAD	Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	Dependências das Unidades				
INSTRUTOR / EQUIPE INSTRUÇÃO:	CAP PM MARQUES; CAP PM MUNIZ; CB PM MANOEL				
OBJETIVO GERAL: Aprimorar os Policiais Militares quanto aos Procedimentos Operacionais Padrão de Técnicas de Abordagens, em consonância com as legislações em vigor que abarcam a temática no ordenamento jurídico brasileiro.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
a) Apresentar e analisar algumas legislações que afetam a atuação policial durante a prática de abordagens, bem como os Procedimentos Operacionais Padrão (POP's) institucionais que tratam o tema, evitando que os operadores cometam abusos ou					

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

excessos. b) Rememorar os níveis de abordagens e a forma técnica de atuação quando as equipes policiais forem formadas por dois e por três operadores; c) Aperfeiçoar a prática da abordagem policial, face aos mais diversificados cenários, garantindo aos operadores uma atuação técnica que minimize a possibilidade de reações adversas e, consequentemente, garanta a segurança e a manutenção da integridade da guarnição.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO		RECURSOS DIDÁTICOS
03h	- Policiamento Ostensivo Geral (POG) – conceitos, tipos, processos e modalidades; - Conceituar abordagem policial, níveis e o respaldo legal, conforme prevê o “poder de polícia” (Art.78 do Código Tributário Nacional); - Tipos de suspeitos e o nível da abordagem para cada caso; - Estudos de casos analisando os riscos durante a realização de abordagens policiais;		Sala de aula climatizada com Computador e Data show
02h	- Apresentação dos POP's de nº 003 e 004, que tratam das Abordagens Policiais com 2 e com 3 componentes na GU e a função executada por cada um destes durante a realização de abordagens;		
AVALIAÇÃO			
ESCRITA ( ) OBJETIVA ( ) SUBJETIVA ( ) MISTA		PRÁTICA: ( ) SÚMULA DE AVALIAÇÃO ( x ) OUTROS	
ESTRATÉGIAS DE ENSINO:			
( x ) – AULA EXPOSITIVA DIALOGADA ( x ) ESTUDO DE CASO ( x ) – SIMULAÇÃO ( x ) ESTUDO DIRIGIDO ( ) SEMINÁRIO			
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS			
As atividades serão realizadas em sala de aula, com explanação do conteúdo teórico.			
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA			
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm</a> . BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal Brasileiro. Disponível em: <a href="http://www2.senado.leg.br/codigopenal_1ed.htm">http://www2.senado.leg.br/codigopenal_1ed.htm</a> . BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689/1941 – Código de Processo Penal. Disponível em: <a href="http://www2.senado.leg.br/codigoprocessopenal/bitstream.htm">http://www2.senado.leg.br/codigoprocessopenal/bitstream.htm</a> . BRASIL. Lei nº 5.172/1966 – Código Tributário Nacional. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/compilado.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/compilado.htm</a> . BRASIL. Lei nº 13.869/2019 – Lei de Abuso de Autoridades. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ato2019-2022/leis/compilado.htm">http://www.planalto.gov.br/ato2019-2022/leis/compilado.htm</a> . MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Editora Malheiros. 29ª Ed. São Paulo/SP, 2004. PARÁ. Polícia Militar. Manual Policiamento Ostensivo Geral (POG) – Vol. 1. Estado-Maior Geral da PMPA/3ª Seção. Belém/PA, 2024. PARÁ. Polícia Militar. Manual Procedimento Operacional Padrão – Vol. 1. Estado-Maior Geral da PMPA/7ª Seção. Belém/PA, 2021.			
DESPACHO			
MÁRIO JORGE NASCIMENTO MARQUES - CAP QOPM		CAP PM MARQUES; CAP PM MUNIZ; CB PM MANOEL	
COORDENADOR-EXECUTIVO		INSTRUTOR DA DISCIPLINA	
JORGE AUGUSTO LARANJEIRA MELO - TEN CEL QOPM			
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO			
JORGE AUGUSTO LARANJEIRA MELO - TEN CEL QOPM			
COORDENADOR-GERAL			
IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA			
DISCIPLINA:	Noções de gerenciamento de crise e primeira intervenção		C/H Total
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA	Inicial	X	10 H/A
MODALIDADE	X Presencial		Complementar
LOCAL DA INSTRUÇÃO	Auditório das Unidades		Híbrido
INSTRUTORES:	3º SGT PM FERNANDES, 3º SGT PM RODRIGO, SD PM POMPEU		
OBJETIVO GERAL: Preparar o policial militar para atuar como primeiro intervisor em diversas modalidades de crises, adotando um conjunto de ações e técnicas iniciais diante de ocorrências críticas que possa vir a se deparar durante o policiamento do serviço operacional, instrumentalizando, desta forma, os procedimentos técnicos e específicos que lhe cabem para serem empregados em ocorrências complexas.			
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: a) Identificar, aplicar os procedimentos de primeira intervenção em crise, aplicando os protocolos doutrinários e evitando que um incidente crítico potencialize. b) Habilitar os instrutores a adotarem as medidas de segurança necessárias, se o caso diz respeito ao critério definido como ocorrência crítica, ou migrar para isso, ainda que em suas mais diversas modalidades.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			

# ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

C/ H	CONTEÚDO MINISTRADO	RECURSOS DIDÁTICOS	
2h	Apresentação do POP da PMPA de primeira intervenção em crise; Conceitos fundamentais de Crise e de Primeira Intervenção;	Sala de aula climatizada; Computador e Data show	
3h	Passos iniciais da primeira intervenção em crise, a primeira intervenção na atual conjuntura e a "Teoria do Resultado"; Normas sobre a primeira intervenção;		
3h	Tipologias de Causadores de Eventos Críticos (CEC) e suas possíveis Motivações; Procedimentos finais do primeiro intervisor;		
2h	Exercícios com Simulações de 01 (um) Incidente Crítico, como forma prática de aferir os conhecimentos ministrados.		
Área das Unidades			
AVALIAÇÃO			
	ESCRITA ( ) Objetiva ( ) Subjetiva ( ) Mista	x	PRÁTICA ( ) Súmula de Avaliação (X) Outros
ESTRATÉGIAS DE ENSINO:			
(x)Aula Expositiva Dialogada (x)Estudo de Caso ( x )Simulação (x)Estudo Dirigido (x)Seminário			
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS			
As atividades serão, inicialmente, realizadas em salas de aula, havendo também exercícios práticos em outros espaços para que os instrutores possam assimilar os conteúdos ministrados em sala.			
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA			
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. Procedimento Operacional Padrão 009.001. POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. Diretriz Geral para emprego operacional. Departamento Geral de Operações nº001/2014, item 5.3. SILVA, Marco Antonio. Primeira Intervenção em Crises Policiais. Polícia Militar do Paraná. 3ª edição. Paraná, 2020. ARRUDA, José Darcy Santos. Gerenciamento de Crise na Segurança Pública e Privada. Espírito Santo: 2019.			
DESPACHO			
MÁRIO JORGE NASCIMENTO MARQUES - CAP QOPM		3º SGT PM FERNANDES, 3º SGT PM RODRIGO, SD PM POMPEU	
COORDENADOR-EXECUTIVO		INSTRUTOR DA DISCIPLINA	
JORGE AUGUSTO LARANJEIRA MELO - TEN CEL QOPM			
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO			
JORGE AUGUSTO LARANJEIRA MELO - TEN CEL QOPM			
COORDENADOR-GERAL			

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA:	Comportamento de Autoproteção		C/H Total	10 H/A
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA	Inicial	Continuada		Complementar
MODALIDADE	X Presencial	EAD		Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	Auditório das Unidades			
INSTRUTORES:	2º TEN PM JHENNIFER; 2º TEN PM CARNEIRO; CB PM CRISTIANE			
OBJETIVO GERAL: Dominar habilidades para aumentar o nível de proteção individual policial, estando ou não no exercício da atividade, visando mitigar a exposição ao risco em suas diversas formas, por meio do treinamento de técnicas do tiro prático, e com o uso velado da arma de fogo.				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:				
a) Compreender, analisar e agir diante das ocorrências simuladas de forma técnica e prudente;				
b) Identificar e compreender a linha de raciocínio sobre preparo mental, escalonando estado psicológico com um código de cores predefinidos para se manter alerta.				
b) Compreender que o corpo precisa desenvolver meios em busca de comportamentos intuitivos de forma inconsciente, porém de acordo com o cenário proposto na simulação.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO			RECURSOS DIDÁTICOS
02h	Consciência Situacional: Cenários Mentais; Tomada de decisões; O que fazer, como e quando fazer; Aplicabilidade do Ciclo OODA; Efeitos Psicológicos e Fisiológicos.			Sala de aula climatizada; computador e data show (aula teórica)
02h	Mentalidade de Combate: Código de cores de John Dean "Jeff" Cooper; A busca pela reação eficiente e inconsciente.			
02h	Teoria do "Homem Cinza": Conceito; Dissimulação do comportamento do policial militar; Simplicidade e sutileza.			Espaço Aberto (aula prática)

# ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

02h	Seleção de Equipamentos voltados a Autoproteção; Táticas e Ações Imediatas na Simulação e a importância de se movimentar e distanciar-se do perigo	Discentes à paisana portando uma pistola, três carregadores,
02h	Formas de Porte e Posições para Condução do Armamento de Porte; Estudos de caso; Conduta Policial Protetiva (Prática)	
<b>AValiação</b>		
ESCRITA ( ) Objetiva ( ) Subjetiva ( ) Mista		PRÁTICA ( ) Súmula de Avaliação (x) Outros
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO:</b>		
(x)Aula Expositiva Dialogada (x)Estudo de Caso ( ) Simulação ( ) Estudo Dirigido ( ) Seminário		
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>		
<p>- Compreender que o processo de dissimulação é uma arte para ser discreto e não chamar atenção.</p> <p>Identificar, compreender a linha de raciocínio sobre preparo mental, escalonando estado psicológico com um código de cores predefinidos para se manter alerta; - Compreender as habilidades que devem ser treinadas para garantir uma menor exposição ao perigo extremo das pessoas que estejam sob a sua proteção.</p> <p>- Conhecer e perceber os efeitos psicológicos ocorridos durante a simulação.</p>		
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>		
<p>Análise de vitimização de policiais militares por homicídio, latrocínio e confronto: Para, 2017. In: Segurança e defesa: Cidade, criminalidade, tecnologia e diversidade. Volume 2. Praia- Cabo Verde. Edições Uni-CV, 2019. P. 49-61.</p> <p>ARTWOHL, A.; CHRISTENSEN, L. W. Deadly force encounters: What cops need to know to mentally and physically prepare for and survive a gunfight. Boulder: Paladin Press, 2012.</p> <p>ASKEN, M. J.; GROSSMAN, D.; CHRISTENSEN, L. W. Warrior mindset: Mental toughness skills for a nation's peacekeepers. 1 Ed. USA: Warrior science publications, 2010.</p> <p>BANDURA, A. Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. Psychological review, v. 84, n. 2, p. 191, 1977.</p> <p>BANDURA, A. The explanatory and predictive scope of self-efficacy theory. Journal of Clinical and Social Psychology, v. 4, p. 359-373, 1986.</p> <p>BANDURA, A. Self-efficacy: The exercise of control. New York: Freeman, 1997.</p> <p>BANDURA, A. Social cognitive theory: An agentic perspective. Annual review of psychology, v. 52, n. 1, p. 1-26, 2001.</p> <p>BANDURA, A.; AZZI, R. G.; POLYDORO, S. A. Teoria social cognitiva: conceitos básicos. Artmed Editora, 2009.</p> <p>BECK, Ulrich. Sociedade de risco. 2 ed. Munique: Editora 34, 2011.</p> <p>BITTNER, E. Aspectos do trabalho policial. Trad. Ana Luisa Amendola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.</p> <p>GILMARTIN, K. M. Emotional Survival for law enforcement: A Guide for officers and their families. Tucson: E-S press, 2018.</p> <p>GROSSMAN, DAVE. Matar!: Um estudo sobre o ato de matar. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2007.</p> <p>MEDINA, John. Brain rules: 12 principles for surviving and thriving at work, home and School. 1 Ed. Seattle: Pear Press, 2009</p> <p>MELLO, C. M. de A. Mesmo com o sacrifício da própria vida: A multiplicidade dos Riscos na Profissão Policial Militar. 75p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública na Universidade Federal do Para). Guamá, 2015.</p> <p>PARA. Polícia Militar do Para. Diretoria de Ensino e Instrução. Nota de instrução no 008/2018 – DEI - capacitação em conduta policial militar defensiva – ccpmd “modulo promotor”. 13 de abril de 2018.</p> <p>PARA. Polícia Militar do Para. 3a Seção do Estado Maior Geral. Plano do Curso de Comportamento de Autoproteção. 21 de janeiro de 2019.</p> <p>GODOY, Jefferson Petersen Garcia De. Manual do Porte velado, Fund., Técnicas e Equipamentos que incorporam o uso velado de arma de fogo.</p>		
<b>DESPACHO</b>		
2º TEN PM JHENNIFER; 2º TEN PM CARNEIRO; CB PM CRISTIANE		
INSTRUTORES DA DISCIPLINA		
MÁRIO JORGE NASCIMENTO MARQUES - CAP QOPM		
COORDENADOR-EXECUTIVO		
JORGE AUGUSTO LARANJEIRA MELO - TEN CEL QOPM		
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO		
JORGE AUGUSTO LARANJEIRA MELO - TEN CEL QOPM		
COORDENADOR-GERAL		

<b>IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA</b>					
DISCIPLINA:	Armamento e Tiro Policial (ATP)			C/H Total	10 H/A
TIPO DE AÇÃO FORMATIVA		Inicial	Continuada		Complementar
MODALIDADE	X	Presencial	EAD		Híbrido
LOCAL DA INSTRUÇÃO	Fazenda Aiquê, município de Soure				
INSTRUTORES:	TEN CEL QOPM MELO; 1º SGT PM RUBENS; 2º SGT PM ADMAR; 2º SGT PM DOUGLAS				
OBJETIVO GERAL: Preparar o policial militar para manusear e portar os armamentos institucionais Pistola Beretta APX cal. 40 e Fuzil Beretta cal. 7, 62, para atuar em confrontos armados e operar nas mais diversas ocorrências operacionais em que o emprego do referido					

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

armamento se faça necessário.		
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>		
a). Identificar o armamento e suas peças pelo nome e realizar a montagem e desmontagem em 1º escalão.		
b) Habilitar os instrutores a realizar o disparo policial com precisão, fazer recargas de munição, solucionar possíveis problemas de funcionamento e realizar protocolos de técnicas de combate com segurança.		
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
C/H	CONTEÚDO MINISTRADO	RECURSOS DIDÁTICOS
01h	Fundamentos do tiro, decisão de tiro: onde e quando atirar	Sala de aula climatizada; computador e data show (aula teórica); Stand de Tiro, Alvos, orelha, grampeador, grampos, caneta tipo piloto (aula prática)
04h	Apresentação, manejo, montagem e desmontagem da Pistola Beretta APX cal. 40 e Fuzil Beretta cal. 7, 62	
05h	Prática de Tiro	
<b>AVALIAÇÃO</b>		
ESCRITA ( ) Objetiva ( ) Subjetiva ( ) Mista		x PRÁTICA ( ) Súmula de Avaliação (x) Outros
<b>ESTRATÉGIAS DE ENSINO:</b>		
(x) Aula Expositiva Dialogada (x) Estudo de Caso ( x ) Prática ( ) Estudo Dirigido ( ) Seminário		
<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>		
As atividades serão desenvolvidas de forma prática em stand de tiro		
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>		
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.		
PARÁ. Polícia Militar. Manual de Armamento e Tiro da PMPA / Polícia Militar do Pará; organizadores: Alan Rayol da Cunha Paes, José de Jesus Palheta Junior, Cleiderson Torres da Costa, Adamus Daniel Damasceno de Vasconcelos e Paulo Henrique Bechara e Silva – 1.ed. - Belém, PA: PMPA, 2024.		
Ministério da Justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Disponível em: <a href="https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matrizcurricular-nacional-versao-final_2014.pdf">https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matrizcurricular-nacional-versao-final_2014.pdf</a>		
Ministério da Justiça. Sistema Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Disponível em: <a href="https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matrizcurricular-nacional-versao-final_2014.pdf">https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matrizcurricular-nacional-versao-final_2014.pdf</a> .		
GIRALDI, Nilson. Método Giraldi. Disponível em: <a href="http://www.esmp.sp.gov.br/eventos/passados/giraldi_oqueometodo.doc">www.esmp.sp.gov.br/eventos/passados/giraldi_oqueometodo.doc</a> .		
Polícia Militar. Aditamento Boletim Geral Nº 018, 27 de janeiro de 2003. Normas para o Planejamento e Condução de Ensino e Instrução. Disponível em: <a href="http://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/2003/ADIT_BG_018_DE_27_JAN_2003.pdf">http://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/2003/ADIT_BG_018_DE_27_JAN_2003.pdf</a> .		
Polícia Militar. Lei nº 6833, de 13 de fevereiro de 2006. Código de Ética e Disciplinar da Polícia Militar do Pará. Disponível em: <a href="http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_etica_e_disciplina_da_pmpa.pdf">http://www.acspa.com.br/images/leis_pdf/codigo_de_etica_e_disciplina_da_pmpa.pdf</a> .		
<b>DESPACHO</b>		
MÁRIO JORGE NASCIMENTO MARQUES - CAP QOPM	TEN CEL QOPM MELO; 1º SGT PM RUBENS; 2º SGT PM ADMAR; 2º SGT PM DOUGLAS	
COORDENADOR-EXECUTIVO	INSTRUTORES DA DISCIPLINA	
JORGE AUGUSTO LARANJEIRA MELO - TEN CEL QOPM		
COORDENADOR – ADMINISTRATIVO		
JORGE AUGUSTO LARANJEIRA MELO - TEN CEL QOPM		
COORDENADOR-GERAL		

### **ATA DE CONCLUSÃO DE CAPACITAÇÃO OPERACIONAL PARA O APERFEIÇOAMENTO POLICIAL – TURMA II.**

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, na cidade de Parauapebas, estado do Pará, foi concluído a CAPACITAÇÃO OPERACIONAL PARA O APERFEIÇOAMENTO POLICIAL – TURMA II, das unidades subordinadas ao CPR XIV: 23º BPM - Parauapebas e 10º PEL. DEST. CURIONÓPOLIS e 25ª CIPM no 23º BPM, no período de 24 a 28 de março de 2025, cujo Projeto Pedagógico Formativo foi publicado no ADIT. BG N.º 44 II, de 6 de março de 2025, com carga horária de 50 horas-aula, sendo considerados APTOS 10 (dez) policiais militares abaixo relacionados:

## ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025

---

### CPR XIV – PARAUAPEBAS

ORD	POSTO/GRAD	RG	NOME COMPLETO	OPM	SITUAÇÃO
01	2º SGT PM	28728	HILTEVAN CARDOSO MACHADO	CPR XIV	APTO

### 23º BPM – PARAUAPEBAS

ORD	POSTO/GRAD	RG	NOME COMPLETO	OPM	SITUAÇÃO
02	3º SGT PM	35150	ROSIVAN SILVA DIAS	23º BPM	APTO
03	CB PM	41472	MARLON CRISTIANO FIGUEIREDO GIEHL	23º BPM	APTO
04	CB PM	38387	GILBERTO DA SILVA	23º BPM	APTO
05	SD PM	46410	FELIPE BARROS DE SOUSA	23º BPM	APTO

### 10º PEL DEST. CURIONÓPOLIS

ORD	POSTO/GRAD	RG	NOME COMPLETO	OPM	SITUAÇÃO
06	CB PM	41036	ALEQUESANDRO CONCEIÇÃO DOS SANTOS	10º PEL	APTO
07	CB PM	41455	GILDSON DA CONCEICAO VIANA RIOS	10º PEL	APTO
08	SD PM	46372	CLOVIS OLIVEIRA SILVA	10º PEL	APTO

### 25º CIPM ELDORADO DO CARAJÁS

ORD	POSTO/GRAD	RG	NOME COMPLETO	OPM	SITUAÇÃO
09	SD PM	45842	WELLIGTON PEREIRA ARAUJO	25º CIPM	APTO
10	SD PM	46316	RENATO DA SILVA SILVA	25º CIPM	APTO

Nada mais havendo a registrar, dou por encerrada a presente ATA, que vai assinada pelo Sr. CEL QOPM GLEDSON MELO DOS SANTOS, Comandante do CPR XIV e Coordenador Geral do Curso, Sr. TEN CEL QOPM ADILSON TAVARES DE AQUINO, Coordenador Administrativo, Sr. CAP QOPM RAFAEL DOS ANJOS GUIMARÃES, Coordenador Executivo e pelo CAP QOPM RAFAEL DOS ANJOS GUIMARÃES e Sr. 2º TEN QOPM VICTOR DE OLIVEIRA GOMES, Instrutores da capacitação.

**GLEDSON MELO DOS SANTOS** - CEL QOPM RG 27298  
Coordenador Geral

**ADILSON TAVARES DE AQUINO** – TEN CEL QOPM RG 26323  
Coordenador Administrativo

**RAFAEL DOS ANJOS GUIMARÃES** - CAP QOPM RG 36330  
Coordenador Executivo e Instrutor

Icoaraci, 11 de abril de 2025

**BENEDITO FERREIRA COSTA** – TEN CEL QOPM RG 30334  
Chefe da Seção de Ensino do DGECSILVIO  
(Nota n.º 257/2025 – SSFCOMPSE/DGEC).

**III PARTE (ASSUNTOS GERAIS & ADMINISTRATIVOS)**

**1 - ASSUNTOS GERAIS**

**A) ALTERAÇÕES DE OFICIAIS**

- SEM REGISTRO

**B) ALTERAÇÕES DE PRAÇAS ESPECIAIS**

- SEM REGISTRO

**C) ALTERAÇÕES DE PRAÇAS**

- SEM REGISTRO

**D) ALTERAÇÕES DE VETERANOS**

- SEM REGISTRO

**E) ALTERAÇÕES DE SERVIDORES CIVIS**

- SEM REGISTRO

**2 – ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

- ATO DO DEPARTAMENTO-GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**IV PARTE (JUSTIÇA & DISCIPLINA)**

- SEM REGISTRO

---

**ASSINA:**

ALESSANDRO ALBERTO DE SOUZA **DIAS** – CEL QOPM RG 11583  
Ajudante-Geral da PMPA



**ADITAMENTO AO BG N.º 70 II, de 11 ABR 2025**

---

**CONFERE COM O ORIGINAL:**

---

BRUNO ANTÔNIO **VIVACQUA** ALMEIDA – TEN CEL QOPM RG 27316  
Secretário da Ajudância Geral da PMPA